

The background is a vibrant orange color, overlaid with a complex pattern of white geometric lines. These lines form various shapes including zig-zags, chevrons, and stylized human figures. A large, solid pink circle is centered on the page, containing the main text.

EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

Formação de jovens
mediadores
e multiplicadores

Michelle Márcia Cobra Torre (Coord.)

Isabela Tavares Guerra

Soraia Freitas Dutra

Yuri Mello Mesquita

EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

Formação de jovens mediadores e multiplicadores

Produzido pela Fundação Municipal de Cultura por meio da Diretoria do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Diretoria de Patrimônio Cultural, Diretoria de Políticas Museológicas, Museu Histórico Abílio Barreto, Museu de Arte da Pampulha e Casa do Baile.

Belo Horizonte, 2013

E21

Educação para o Patrimônio Cultural: formação de jovens mediadores e multiplicadores / coordenador, Michelle Márcia Cobra Torre. — Belo Horizonte: ACAP-BH, 2013.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol.

Produzido pela Fundação Municipal de Cultura por meio da Diretoria do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Diretoria de Patrimônio Cultural, Diretoria de Políticas Museológicas, Museu Histórico Abílio Barreto e Casa do Baile.

ISBN: 978-85-64559-03-5

1. Educação. 2. Educação — Estudo e Ensino. 3. Torre, Michelle Márcia Cobra (coord.). II. Guerra, Isabela Tavares. III. Dutra, Soraia Freitas. IV. Mesquita, Yuri Mello. V. Diretoria do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. VI. Diretoria de Patrimônio Cultural. VII. Diretoria de Políticas Museológicas. VIII. Museu Histórico Abílio Barreto. IX. Casa do Baile.

CDD 370.154

SUMÁRIO

- 5 Apresentação
- 7 Prefácio
- 11 Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Horizonte
- 13 O Patrimônio no dia a dia: um convite à reflexão
- 16 A Educação para o Patrimônio Cultural: entre práticas e concepções
- 21 A Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Horizonte: ações e reflexões
- 26 Projetos Educativos em destaque
- 28 Coleção Histórias de Bairros
- 34 Onde Mora a Minha História?
- 41 Paisagem de BH: uma descoberta
- 46 Roteiros: um convite a outras possibilidades de apropriação do patrimônio da cidade
- 132 Belo Horizonte e a natureza da metrópole: um breve histórico da capital de Minas Gerais
- 141 Referências
- 149 Ficha técnica

An aerial black and white photograph of Praça Raul Soares, a large urban square. The square features a central green area with several circular lawns and winding pedestrian paths decorated with geometric patterns. Numerous trees are scattered throughout the space. In the background, a busy street with cars and buses is visible. A large red circle with a white border is superimposed over the center of the image, containing the word "APRESENTAÇÃO" in white capital letters, flanked by two horizontal white lines.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Michelle Torre

Supervisora técnica do projeto

CARO LEITOR,

Esta produção é o resultado da primeira etapa do projeto Educação para o Patrimônio Cultural: formação de jovens mediadores e multiplicadores, patrocinado pela Arcelor Mittal, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura. O projeto é uma realização da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e da Fundação Municipal de Cultura.

A proposta deste trabalho é difundir e refletir sobre as metodologias de educação patrimonial desenvolvidas por órgãos integrantes da Fundação Municipal de Cultura, com destaque para o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, a Diretoria de Patrimônio Cultural e o Museu Histórico Abílio Barreto.

O projeto consiste em três fases, tendo envolvido na primeira delas a pesquisa, o levantamento das ações educativas, a sistematização das metodologias adotadas nas instituições e, por fim, a elaboração desta publicação didática e informativa. A segunda etapa do projeto, com base neste material didático, consiste na elaboração de um curso de formação voltado para

os jovens educadores que participam da Escola Integrada, programa da Secretaria Municipal de Educação (SMED), no qual esses monitores atuam como mediadores e multiplicadores culturais. A parceria com a Secretaria Municipal de Educação permite a realização de uma ação conjunta destinada a tais jovens, que atuam nas escolas da cidade. Um dos objetivos do projeto é que a formação possibilite aos mediadores a elaboração de oficinas voltadas para a educação patrimonial nas escolas, multiplicando saberes, construindo espaços de reflexão das práticas educativas e explorando as potencialidades de apropriação da cidade. A terceira fase do projeto consiste nas ações de divulgação e de distribuição gratuita do material em CDs para entidades educativas e culturais de Belo Horizonte, além de sua disponibilização na internet.

Além de discutir as metodologias de educação patrimonial das instituições envolvidas no projeto, objetiva-se refletir sobre a cidade e as possibilidades de sua apropriação nos processos educacionais, principalmente no que diz respeito à discussão de patrimônio cultural. Dessa forma, apresentamos aqui os roteiros temáticos, que visam a uma reflexão sobre a cidade em seus múltiplos aspectos, discutindo-os como patrimônios a serem valorizados, apropriados e preservados pelos cidadãos belo-horizontinos. Esperamos que esta obra contribua para a sensibilização de todos em relação à importância da abordagem da cidade como fonte educadora e que as discussões aqui apresentadas sejam um passo para a multiplicação de ações nesse sentido.

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Leônidas José de Oliveira

Presidente da Fundação Municipal de Cultura

Muitas são as definições que existem sobre o patrimônio cultural e sua natureza, algumas delas contraditórias e questionáveis. No entanto, estaremos todos de acordo ao afirmar que patrimônio cultural é o conjunto de recursos que um povo cria para garantir sua sobrevivência e reprodução. Os povos identificam-se segundo seu patrimônio cultural, que lhes dá segurança frente aos empecilhos de seu meio imediato e lhes permite inovar, de maneira criativa, reagindo aos novos desafios do presente.

Na outra vertente, o conceito de educação patrimonial ganha atualmente importância e reconhecimento. Trata-se de tarefa urgente, que necessariamente deve acompanhar as demais medidas de proteção. Desse modo, a educação e a sensibilização para o patrimônio cultural convertem-se em objetivo da educação formal e informal. Quando mencionamos o Patrimônio Cultural, não nos referimos a uma realidade alienada, que se mantém à margem dos conflitos sociais. O patrimônio relaciona-se a outras questões e versões, tais como o multiculturalismo, o reconhecimento das demais

diferenças, como as de classe ou gênero, a desigualdade ou o exercício do poder. Por isso, o patrimônio faz parte, legitimamente, da discussão e luta política em torno dos modelos de sociedade que queremos construir.

A educação patrimonial é tema de reflexão teórica ou sensorial para a construção desses significados em contraponto ao distanciamento da memória, próprio dos nossos dias. Portanto, a educação para o patrimônio e para a cultura tornam-se elementos de grande importância. Tal reflexão, porém, implica o desenvolvimento de bases teóricas e metodológicas específicas, que envolvam os cidadãos na sustentabilidade das comunidades e de seus bens patrimoniais. Sustentabilidade entendida aqui como a capacidade de vida saudável nos planos material e espiritual. São esses os parâmetros da reflexão proposta neste livro: análise da educação patrimonial como campo emergente, por meio do qual podemos levar o ser a um maior envolvimento com a coletividade, com a cultura e, portanto, com o mundo. Segundo ele, deve-se pensar em abordar assuntos como a variabilidade e a diversidade cultural. Desse modo, enquanto a concepção clássica de patrimônio era antidemocrática e elitista porque o restringia às manifestações da cultura ocidental, que respondiam aos gostos e ideais estéticos das elites sociais com maior poder político-religioso ou econômico, a nova concepção amplia o conceito a todas as manifestações culturais, que são expressão da identidade de um grupo e que surgem de seu esforço de adaptação às cambiantes condições ecológicas, sociais e históricas em que vive.

Essa nova perspectiva se introduziu progressivamente em âmbitos internacionais, sob a tutela da UNESCO, que, por sua vez, converte o patrimônio em ferramenta para a consecução de uma sociedade plural e intercultural, pois abre seu âmbito à participação dos agentes sociais, bem como à reivindicação de grupos até o momento marginalizados ou silenciados pelas práticas patrimonialistas. É o caso do patrimônio imaterial, força vital para a celebração da vida em suas dimensões espirituais. Também nos últimos anos, desenvolveu-se em diversos âmbitos acadêmicos e na sociedade a reflexão a respeito de tópicos e conceitos relacionados com a democracia e a educação política e cidadã.

Entre esses conceitos, desejamos destacar três que são de fundamental importância para a formação cidadã: a noção de identidade individual e coletiva; o sentido de pertencimento a uma família, um grupo, localidade, comunidade, nação ou à humanidade e, por último, a ideia de liberdade como processo de emancipação, isto é, a liberdade entendida como projeto de soberania e de não dominação, de reconhecimento identitário, fator necessário para qualquer organização social saudável.

Para que isso seja possível, torna-se necessária a criação de categorias de mediação, conceitos a partir dos quais possam derivar estratégias didáticas concretas de sensibilização, que mobilizem os conteúdos para gerar as habilidades, destrezas e aptidões que a educação patrimonial requer. Tais estratégias têm que expressar a ideia de mundo como resultado da criação humana, historicamente determinada e orientada para o progresso moral e material. O homem como sujeito que se reconhece na produção cultural, capaz

de historizar a si mesmo e ao coletivo, definindo-se como indivíduo. A articulação desses elementos constitui um modelo, um paradigma pedagógico. Os modelos, as teorias ou os paradigmas pedagógicos (entendidos aqui como sinônimos) buscam dar respostas e soluções a seu tempo e espaço, a seu aqui e agora - pois disto dependerão sua pertinência e sua viabilidade. A validade de um modelo de educação patrimonial depende, então, de sua capacidade para se tornar compreensível, proporcionando aos indivíduos o recolhimento dos signos de seu tempo e de si mesmos. Junta-se a isso o fato de que cada geração deve reconhecer seus próprios problemas, dando ao homem a capacidade de realizar-se como sujeito histórico em seu momento de criação e recriação do mundo.

Segundo Miguel de Unamuno, vivemos na lembrança e pela lembrança. Nossa vida espiritual não é o fundo senão do esforço que fazemos para que nossas lembranças se perpetuem e se transformem em esperança e, portanto, para que nosso passado se projete no futuro. Nesse entendimento, a identidade é elemento central da educação patrimonial, impulsionadora do sentido de pertencimento e apropriação cultural. A identidade de um objeto ou sujeito define-se, pois, a partir do conjunto de seus atributos. Identidade é aquilo que pode ser afirmado. Somente teremos uma educação patrimonial eficaz a partir do momento em que entendermos, portanto, seu momento presente projetado no futuro.

Assim, faz-se urgente criar vínculos com nosso patrimônio cultural, principalmente a população juvenil, que, reconhecendo-se nele, entenda-o como instrumento para o futuro, recurso para a formação, o uso e a participação social. Efetivamente, trata-se de fazer chegar à comunidade docente o variado conjunto de manifestações patrimoniais, para dotar os alunos dos instrumentos formativos que lhes permitam conhecer e entender as exclusividades do Patrimônio Cultural no caso específico de Belo Horizonte. É indiscutível a necessidade da incorporação das características e dos elementos mais representativos desse patrimônio ao currículo regular das escolas. Entretanto, ao aproximar a ideia e a visão do patrimônio dos jovens, há que se entendê-las mais amplas e elásticas que as atuais, mais criativas, em consonância com o mundo em que vivemos, de cada pessoa imbuída de experiências individuais. Dessa maneira, serão estabelecidas pontes de diálogos entre o produzido no passado e os novos usos do presente.



Nas últimas décadas, temos sido testemunhas dessa mudança experimentada pelo conceito de patrimônio cultural. Depois de superar a visão antiquada que atribuía a esse um valor estético, uma realidade atraente que era foco de atenção exclusivamente de especialistas em História da Arte ou objetos mudos cujo principal motivo de conservação era o defendido por colecionistas antiquários, atingimos uma dimensão mais dinâmica e elástica a respeito de sua natureza e concepção. Efetivamente, o fenômeno do patrimônio cultural e de suas múltiplas manifestações, materiais e imateriais, não só se apresenta como objetos estáticos ou anônimos, mas, em vez disto, se encontra em muitas faces da realidade cotidiana: numa arquitetura popular, nas artes plásticas, na arqueologia industrial, nas esculturas públicas das cidades, nas artes cênicas, como elementos coreográficos, ou na indústria cultural, como valor acrescentado. Paralelamente a tal processo de revisão conceitual, foi-se criando interessante debate em torno da conservação e do gerenciamento do patrimônio. Melhoraram-se, notavelmente, as técnicas de restauração e consolidação, especialmente as relacionadas ao patrimônio móvel, incorporaram-se novas disciplinas nos processos de catalogação dos inventários e desenharam-se novas linguagens expositivas, para fazer chegar à população os valores patrimoniais. Sem dúvida alguma, essa nova dimensão do patrimônio aparece não só pela saudável incorporação ao discurso patrimonial de diferentes especialistas, mas também por novos estudiosos. Tais estudiosos produzem e renovam as referências patrimoniais, por meio de novos olhares que aproximam as próprias experiências de vida a inovadoras estratégias de comunicação, que lhes facilitam o entendimento dos processos sociais contidos nesses patrimônios.

Considerando que o patrimônio não é nada se não se projeta, se não se enraíza nas sociedades, a comunicação e a formação tornam-se o recurso mais adequado para que a mensagem tenha repercussão junto ao público. Um segmento importante dessa nova realidade social é a comunidade educativa, pelas próprias características do coletivo docente e pelo efeito multiplicador que provoca a quantas ações se dirijam a ela. A vinculação emocional que supõe pôr em contato os alunos e suas referências patrimoniais significa aproximá-los dos lugares em que se encontram, inteirá-los de sua importância, fazê-los cotidianos em suas experiências diárias. O uso do patrimônio como ferramenta educativa permite aos educadores explorar novas estratégias para desenvolver determinados conteúdos curriculares que, a princípio, possam parecer alheios à temática patrimonial e que, em muitas ocasiões, mostram-se tediosos para os estudantes. O mais importante é conseguir aproximá-los afetivamente do ambiente em que vivem, conseguindo estabelecer território mais ameno, humano e potencialmente criativo.

Finalmente, nenhum território ou patrimônio dele derivado poderá ser valorizado e amado se for desconhecida sua existência. Nesse sentido, entendemos que a sensibilização e a educação patrimonial se dão quando o patrimônio é realmente conhecido, compreendido e valorizado como coisa de cada um. Quando estudantes conhecem um conjunto histórico, como a Pampulha, ou compreendem documentos de uma exposição, terão adquirido mais conhecimento sobre eles mesmos, sua origem, seu funcionamento. O processo de aprendizagem resultará ainda mais efetivo se os estudantes veem o patrimônio como algo dinâmico, mais próximo de seu tempo, e não como objeto estático pertencente única e exclusivamente a determinada época histórica. O desejável é que tenham uma dimensão de presente, próxima às formas de linguagem que utilizam diariamente e, o mais importante, que enxerguem no patrimônio um suporte em que estejam contidas suas experiências de vida, tratando de relacionar o patrimônio ao presente, e não ao passado. A educação patrimonial e sua consequente preservação devem estar juntas ao encarar como elementos da mesma realidade o tempo presente, futuro e histórico.

A EDUCAÇÃO
PARA O PATRIMÔNIO
CULTURAL
EM BELO HORIZONTE

A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELO HORIZONTE

Equipe do Projeto

1 O Programa Escola Integrada é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que visa à formação integral dos alunos de 6 a 14/15 anos do Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar para 9 horas diárias.

PREZADO LEITOR,

A cidade cada vez mais vem sendo percebida em toda sua potencialidade educadora. Nesse sentido, ela é apropriada de diversas maneiras em processos de formação que extrapolam os espaços escolares e que procuram se beneficiar do cenário urbano nos processos educacionais formais e não-formais.

Nessa perspectiva, o patrimônio cultural, em suas múltiplas formas, ganha papel destacado como objeto de reflexão e de apropriação em processos educativos. A cidade em sua dimensão material e imaterial, com seus bens tombados, espaços culturais e de preservação, modos de ser e de fazer, acervos arquivísticos e museais, etc., torna-se palco e ator do processo de formação de seus cidadãos.

Esta publicação é o resultado do *Projeto Educação para o Patrimônio Cultural: formação de jovens mediadores e multiplicadores* proposto pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) em parceria com o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e a Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC), acrescidos ainda da participação do Museu de Arte

da Pampulha (MAP) e da Casa do Baile — Centro de Referência de Urbanismo, Arquitetura e Design. Todas essas instituições são ligadas à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte e têm o patrimônio cultural da cidade como seu objeto de interesse. Ela se destina à formação de jovens mediadores e multiplicadores culturais que atuam em escolas municipais de Belo Horizonte em atividades do turno complementar, mais especificamente aos profissionais da Escola Integrada¹.

Aqui, apresentaremos uma reflexão inicial sobre a importância da Educação para o Patrimônio como instrumento de sensibilização para o conhecimento, a valorização e a proteção do patrimônio cultural da cidade na sua diversidade e pluralidade. Traremos para discussão aspectos conceituais sobre educação para o Patrimônio Cultural e colocaremos em evidência alguns dos projetos educativos dessas instituições que abordam o patrimônio cultural de Belo Horizonte.

Por fim, apresentaremos roteiros temáticos com propostas de apropriação do patrimônio da cidade com vistas a contribuir para o trabalho dos educadores envolvidos na Escola Integrada que apresentam em suas práticas cotidianas formas de apropriação do patrimônio local, fonte de (re)significação das identidades dos sujeitos que a habitam.

Desejamos que esse material abra novas possibilidades de compreensão das múltiplas dimensões da vida urbana, contribuindo para descoberta e redescoberta da “fecundidade educativa do cotidiano poético da cidade” (SIMAN, 2010).

O PATRIMÔNIO
NO DIA A DIA:
**UM CONVITE
À REFLEXÃO**

O PATRIMÔNIO NO DIA A DIA: UM CONVITE À REFLEXÃO

Diariamente centenas de pessoas circulam pela região central de Belo Horizonte e passam pela Praça Sete que logo se deixa reconhecer pela presença marcante do obelisco central – o Pirulito. Mas que Praça é essa sem bancos, nem canteiros de flores, nem coreto central, a qual todos chamam e reconhecem como Praça Sete? Quantas vezes você já parou para observar esse espaço da cidade e notou o seu Pirulito? Que relações os belo-horizontinos têm com esse monumento?

Convidamos você, caro leitor, a uma pequena pausa para contemplação:



Praça Sete — Acervo APCBH/Fundo ASCOM



Praça da Savassi, 1971 — Acervo APCBH/Fundo ASCOM

2 Expressão cunhada por Nora (1984) no clássico *Les lieux des mémoires* (Lugares de memória). A noção de lugar ultrapassa a dimensão geográfica referindo-se à operação da escolha humana de suportes, de natureza física, capazes de evocar memórias.



Praça Sete, 2013 — Foto: Pedro Nicoli

As imagens do Pirulito nos convidam a refletir sobre os usos que têm sido feitos dele em diferentes momentos da história da cidade. O que esses diferentes usos nos revelam sobre a relação das pessoas com os monumentos da cidade?

Construído na década de 1920 em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, o obelisco da Praça Sete é uma referência para os moradores da cidade. Ao longo da história de Belo Horizonte ele foi diversas vezes utilizado como cenário de campanhas políticas e manifestações populares, foi revestido por uma camisinha gigante em campanha contra a Aids, testemunhou protestos, foi pichado diversas vezes e já foi até transferido para a Praça Diogo de Vasconcelos, na Savassi, em 1962. Você imagina hoje esse monumento sendo removido para outro lugar da cidade? Como você reagiria caso isso ocorresse? Considerado e reconhecido pelo poder público como um bem cultural e patrimônio da cidade, o Pirulito

também sofreu ações de pichadores que podem ser enquadrados no Código Penal, por destruir, inutilizar ou deteriorar patrimônio do município. Mas o que a ação desses pichadores pode nos contar sobre a relação de parte da população com o patrimônio tombado? Para além da ação depredatória de um bem público, que outras leituras as pichações nos permitem fazer?

Essas imagens nos convidam a pensar em diferentes relações das pessoas com um dos reconhecidos monumentos da cidade. Os usos e significados atribuídos aos monumentos são resultados de diferentes relações que as pessoas têm com esses lugares de memória ² e seus significados históricos. Em uma cidade de dimensões metropolitanas e marcada pela diversidade cultural, cada grupo social constrói um tipo de relação com um monumento e nem sempre esses monumentos são reconhecidos por todos como significativos, tornando a sua preservação um grande desafio. É nesse espaço entre a atribuição de valores e significados por diferentes grupos sociais aos diferentes bens culturais e a escolha pela sua preservação, que ganham importância as ações de Educação Patrimonial.

**A EDUCAÇÃO PARA
O PATRIMÔNIO
CULTURAL:
ENTRE PRÁTICAS
E CONCEPÇÕES**

A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE PRÁTICAS E CONCEPÇÕES

3 Mario Chagas está se referindo à criação de Museus (1922) e do Curso de Museologia (1932) e à elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional (1933). A criação do SPHAN só se deu em 1936.

As práticas educativas que têm como referencial o patrimônio cultural encontram na realidade social múltiplas experiências ancoradas em variados pressupostos teóricos e conceituais. O que se entende por Educação Patrimonial no Brasil abarca uma pluralidade de práticas e definições evidenciando o seu caráter polissêmico.

O amplo leque de ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio torna desafiadora a tentativa de organizar um entendimento consensual sobre a Educação Patrimonial em termos de normas e metodologias (CASCO, 2005). O que traremos para a nossa análise são algumas contribuições que abordam as relações entre a educação e o patrimônio e nos convidam a uma reflexão acerca das potencialidades educativas do patrimônio cultural.

Para Mario Chagas (2006),

*Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos; investigam pra conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de **Educação Patrimonial** (grifo nosso).*

Nessa perspectiva, o autor alarga a compreensão da noção de educação patrimonial e situa suas raízes nas práticas de preservação e uso educacional do que viria a ser chamado de patrimônio cultural no Brasil, antes mesmo da criação de um órgão de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional³. Ao reconhecer as necessidades de compreender os usos e significados que a expressão educação patrimonial tem tomado, Chagas (2006) ressalta que “o vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a cultura e o patrimônio”.

No entanto, a vastidão das práticas e a ampliação dos interesses e das investigações sobre o tema instalam um debate na busca de definições e de conceituações advindas de diferentes áreas de atuação e de pesquisa. Um breve panorama de algumas das perspectivas de abordagens do tema nos ajuda a ampliar a compreensão desta área de interesse crescente que articula os campos da educação e do patrimônio.

As tentativas de sistematização de metodologias educativas específicas para o campo dos museus e a busca de um distanciamento dos conceitos e métodos advindos do ensino impulsionaram o desenvolvimento de uma abordagem metodológica centrada na utilização do patrimônio cultural no processo educacional, denominada Educação Patrimonial, que, na perspectiva de Maria de Lourdes Horta, pode ser definida como:

[...] Um processo sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um usufruto destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, et al., 1999: 6).

Esses princípios foram traduzidos em uma proposta metodológica sistemática de trabalho com os bens culturais em busca de “envolvimento efetivo e a participação ativa dos aprendizes no processo de conhecimento dos bens materiais” (CHAGAS, 2010), tornando-se uma das referências metodológicas de trabalho com os bens culturais, sobretudo nos museus brasileiros. Tal perspectiva metodológica ganhou visibilidade em todo o País

com a publicação pelo IPHAN do Guia de Educação Patrimonial (1999), ao apresentar os princípios que norteiam a Educação Patrimonial e os passos (observação, registro, exploração e apropriação) que orientam a utilização dos bens culturais como fontes na construção do conhecimento.

Em artigo publicado em 2005, Horta reafirma e amplia alguns princípios que orientam a perspectiva da educação patrimonial, quais sejam:

- a) o reconhecimento dos bens culturais como expressões tangíveis e perceptíveis dos gestos e atos criativos dos indivíduos, e que resultam de suas relações e interações com o seu meio ambiente histórico e social;*
- b) a percepção, compreensão e a identificação com o drama histórico, social e cultural encapsulado em cada expressão cultural que preservamos em nossos museus ou fora deles, como referência para o presente e para o futuro;*
- c) a percepção de que os objetos culturais, tomados como patrimônio ou memória coletivos, têm a força e a função de signos no processo da comunicação social, como suportes de sentidos e significados (HORTA, 2005:223-4)*

A partir desses pressupostos, as etapas metodológicas propostas no trabalho da educação patrimonial envolveriam:

a análise, a observação e o questionamento dos aspectos formais, materiais, sensoriais dos objetos, de suas marcas identitárias, de sua função e uso primário, suas características distintivas, inseridas no tempo e no espaço de sua criação e utilização e [...] a exploração dos significados possíveis expressos por esses objetos ou fenômenos (HORTA, 2005:224).

A proposição dessa metodologia assenta-se na possibilidade de:

capacitar o aprendiz no domínio das técnicas e habilidades do historiador, arqueólogo ou do crítico de arte...; exercitar sua capacidade de trabalhar a partir das evidências, dos vestígios e fragmentos da matéria perceptível, e, a partir daí formular perguntas, propor hipóteses, comparar dados, deduzir, investigar, para finalmente elaborar sua própria interpretação da realidade analisada (HORTA, 2005:228).

4 Para Ivo Mattozzi (2008:135), as ações humanas e naturais produzem e deixam diferentes marcas sobre o território: “marcas de metamorfoses geológicas e geográficas; marcas de habitações (sítios arqueológicos, centros urbanos, vilas); marcas arquitetônicas; marcas de estradas e organizações hidráulicas; marcas das atividades produtivas (arqueologia da paisagem, arqueologia industrial...); marcas de atividades administrativas (arquivos); marcas das atividades do poder ou dos poderes (arquivos, museus); marcas das atividades religiosas (locais de culto, necrópoles...); marcas das atividades lúdicas e festivas; marcas das catástrofes humanas (erupções vulcânicas, abandonos, terremotos, enchentes, bombardeamentos...)”.

Denise Grinspum (2001), a partir do contexto dos museus de arte, formulou eixos de uma política educacional cujas bases se assentam no que ela denominou Educação para o Patrimônio e que pode ser entendido como:

[...] forma de mediação que propicia aos diversos públicos a possibilidade de interpretar bens culturais, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios da cultura material e imaterial com excelência e igualdade (GRINSPUM, 2001:27).

Na visão de Grinspum (2001:4), educar para o patrimônio implica “fazer com que os bens (materiais e imateriais) sejam significativos para os sujeitos de uma ou mais comunidades a ponto de conscientizá-los de que a responsabilidade pela sua preservação seja compartilhada por todos”. A perspectiva de Grinspum parece ampliar a noção de educação patrimonial apresentada por Horta (1999), atentando para as dimensões imateriais simbólicas do patrimônio e incorporando a dimensão política e ética do processo educativo que envolve o patrimônio.

As aproximações entre o ensino da história e o patrimônio tornaram-se também objeto de interesse de pesquisadores e professores que perceberam a perspectiva da Educação Patrimonial entendida como a “utilização dos museus, monumentos históricos, arquivos bibliotecas – os lugares de suporte da memória – no processo educativo” como meio de desenvolvimento da sensibilidade e da consciência dos alunos acerca da importância da preservação destes bens culturais (ORIÁ, 1997:141).

Para o historiador Ivo Mattozzi (2008), o território em que vivemos está repleto de marcas ⁴ resultantes de fenômenos naturais e de ações humanas num processo interativo e dinâmico que se desenvolve ao longo do tempo. Como evidências de processos historicamente construídos, essas marcas podem assumir valor cognitivo, simbólico, afetivo e estético vindo a se constituírem em bens culturais. Esses bens culturais encerram, portanto, diferentes níveis de inteligibilidade: referente ao processo de sua produção e uso na sua origem; de descoberta e uso de conhecimento e o processo de sua valorização como bens culturais.

Interessado em analisar a relação entre os bens culturais e a história, esse autor afirma que as marcas que se tornaram bens culturais interessam à história na medida em que são transformadas em matéria-prima do conhecimento e instrumentos de informação e em objeto de estudo histórico e, ao pertencerem ao território, tornam-se elementos de sua identificação. Assim os bens culturais são transformados em instrumentos de informação, tornando-se marcos do território e meios para o seu conhecimento. Tornam-se reconhecidos como parte de um patrimônio amplo e difuso sob a tutela de diferentes instituições e administrações. Para ele, o uso dos bens culturais na promoção de uma educação para o patrimônio deve obedecer a determinadas condições e estratégias que ultrapassem o uso utilitário dos bens culturais e promovam uma compreensão mais ampla destes como parte de um patrimônio mais vasto e complexo. Segundo Mattozzi,

a primeira condição seria que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos, etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e os estudam (MATTOZZI, 2008:137).

Para Mattozzi (2008:149), “o escopo da educação patrimonial é gerar o sentido, o conhecimento e o respeito ao patrimônio.” Essa geração de sentido e significado é o que define a atribuição de valor. Ao analisar a relação entre a história e o patrimônio, afirma que “o patrimônio contribui

para a formação histórica por permitir dar consistência às informações e aos textos históricos e porque constrói a percepção e a visão histórica do território e do mundo”. A relação entre a história e o patrimônio, na sua visão, deveria ser caracterizada pelo contato direto com os bens, pela fruição cognitiva e estética, e pela descoberta do valor simbólico e afetivo. Portanto, fazer a passagem do uso dos bens para a concepção do patrimônio seria, na visão de Mattozzi, a capacidade de reconhecer as razões do valor cultural do patrimônio, respeitando-o e preservando-o.

As recentes publicações do Programa Mais Educação do MEC apresentam a Educação Patrimonial como tema transversal a ser incluído no currículo escolar e que se constitui em um instrumento de ação que visa à sensibilização para a cultura e o patrimônio cultural brasileiro. É compreendida como “os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação”(BRASIL, 2007).

Se a existência de uma diversidade de práticas e definições em torno da educação para o patrimônio nos informa do vigor das iniciativas de cunho preservacionista difundidas por todo o País, o estabelecimento de algumas diretrizes norteadoras de uma política de educação voltada para o patrimônio cultural e ainda de uma política de patrimônio voltada para a educação (CASCO, 2005), que leve em conta a diversidade das práticas nas diferentes instituições, pode fundamentar e ampliar o debate em torno dos princípios de uma educação patrimonial que favoreça a formação integral do sujeito.



Projeto educativo desenvolvido pela DIPC e Projeto Guernica — Acervo: DIPC/Arquivo Administrativo

**A EDUCAÇÃO PARA
O PATRIMÔNIO
CULTURAL EM
BELO HORIZONTE:
AÇÕES E REFLEXÕES**

A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELO HORIZONTE: AÇÕES E REFLEXÕES

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por meio da Fundação Municipal de Cultura, é composta por várias instituições que tratam do patrimônio cultural⁵ de Belo Horizonte, por meio de identificação de bens, conservação destes, constituição de acervos de documentos textuais, fotográficos, objetos artísticos, audiovisuais, e da difusão destas informações. Essas instituições possuem papel significativo na compreensão das identidades dos belo-horizontinos, no entendimento da história da cidade⁶ e da sua dinâmica social. Compreendendo que patrimônio cultural é constituído por bens que devem ser colocados em usufruto da comunidade, grande parte dessas instituições desenvolveu projetos educativos que aproximam a população de Belo Horizonte dos bens culturais.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), a Casa do Baile (Centro de Referência de Urbanismo, Arquitetura e Design), o Centro de Referência da Moda, a Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC), o Museu de Arte da Pampulha (MAP) e o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), todas ligadas à Fundação Municipal de Cultural, são instituições que se ocupam

PATRIMÔNIO CULTURAL⁵

O patrimônio cultural de uma cidade é o conjunto das manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo no espaço urbano, seja no campo das artes, nos modos de viver, nos ofícios, festas, lugares ou na paisagem da própria cidade. São os bens para os quais a sociedade imprimiu significado e que ligam as pessoas às outras gerações e que se quer transmitir. Os bens podem ser oficializados (protegidos por legislações, registros, instituições de memória) ou não oficializados (revelam os múltiplos aspectos da cultura de uma sociedade, mas não sofreram intervenção do poder público).

CIDADE⁶

Os projetos aqui apresentados abordaram o espaço simbólico dentro do município, os modos de vida, as transformações no tempo, as articulações sociais, os conflitos e a definição coletiva do território. A partir da leitura do espaço físico da cidade, da leitura documental e do recolhimento de objetos procurou-se abordar as informações que ela nos transmite na sua materialidade. Buscou-se também por meio de entrevistas com os moradores, de visitas etnográficas e produção de textos abordar as maneiras como a cidade é representada e imaginada.

7 O movimento denominado Cidade Educadora preconiza a importância da cidade como corresponsável nos processos de construção de “novas formas de sociabilidade e interações com seus múltiplos espaços de conhecimento e e múltiplas possibilidades de aprendizagem, na construção de uma pedagogia dos espaços e de uma pedagogia dos lugares” (CARTA das Cidades Educadoras, declaração de Barcelona, 1990, p. 21 *apud* DE BERNARDI, 2011, p. 13)

em preservar e refletir sobre o patrimônio cultural de Belo Horizonte e buscam desenvolver parcerias com a comunidade por meio de propostas educativas.

Com larga trajetória no desenvolvimento de ações educativas com foco no patrimônio cultural de Belo Horizonte, essas instituições já realizaram projetos voltados para diferentes públicos, acumulando reflexões e desenvolvendo metodologias de trabalho que propõem apropriações dos bens culturais da cidade.

Em um levantamento inicial sobre as ações educativas desenvolvidas na Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) podemos perceber a centralidade em torno da necessidade de apreensão e compreensão da cidade e seus espaços de vivência coletivos. A cidade e sua dinâmica se tornam o eixo central das ações educativas da DIPC, cujo escopo é a sua percepção como patrimônio. O desenvolvimento de estratégias diversificadas como a realização de visitas etnográficas aos espaços da cidade, oficinas e encontros com a finalidade de promover a percepção dos espaços e da dinâmica urbana; o reconhecimento e a afirmação de vínculos cotidianos com os espaços da cidade, a fim de compreender seus usos e as possíveis transformações, são dimensões do processo educativo. Evidencia-se, nessa perspectiva de ação, a percepção da cidade como espaço educativo capaz de promover aprendizagens e processos de (re)significação dos sujeitos na sua relação com os lugares de vivência e espaços coletivos, ampliando a noção de patrimônio para além dos bens tombados.

A compreensão de que os saberes, práticas e memórias presentes no espaço onde vivem os sujeitos podem ampliar o entendimento e a análise da realidade e do cotidiano, e que o estudo da localidade permite aos alunos se situarem no momento histórico, nas

relações entre múltiplas temporalidades e espacialidades, possibilitando o desenvolvimento do sentido de pertencimento e de identidade social, já está presente nas proposições curriculares da educação formal há algum tempo. Nos dias atuais, a cidade, concebida como espaço de aprendizagem ou como espaço de educação e como conteúdo educativo, reaparece no debate no campo educacional trazendo a concepção de “cidade educadora”⁷. Nessa medida, a Diretoria de Patrimônio Cultural, como espaço não escolar de educação, se insere no debate contemporâneo ao trazer a cidade para o centro de suas ações educativas. Compreender a cidade como patrimônio implica sua apreensão, seu reconhecimento, possibilidade de intervenção e fortalecimento dos vínculos de pertencimento dos seus habitantes.

No Museu de Arte da Pampulha (MAP), as ações educativas se diversificam em torno de estratégias que objetivam a garantia de acesso do público aos bens culturais do acervo da instituição, às exposições de arte contemporânea do museu e ao patrimônio cultural da Pampulha. Estratégias de mediação nas exposições, de sensibilização do público e da oferta de informações sobre o acervo constituem o eixo das ações educativas do MAP. Assim, as visitas monitoradas, dialogadas e mediadas, as oficinas, os cursos de arte, as visitas feitas em outras instituições educativas e as oficinas orientadas são algumas das estratégias que buscam discutir, conhecer, formar, informar, instigar o interesse e estimular os processos de formação de estudantes de arte e do público em geral para a apreciação e valorização da arte contemporânea e do conjunto arquitetônico da Pampulha, num convite à fruição dos bens culturais. O trabalho com a arte-educação norteiam as atividades do MAP e trazem em seu fundamento a arte como linguagem aguçadora de sentidos e significados. Segundo Ana Mae Barbosa,

por meio da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação para apreender a realidade de meio ambiente e desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 2009:21)

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) apresenta um conjunto de ações que compõem um programa educativo centrado no patrimônio documental da cidade. Desde o início da sua criação, desenvolve atividades de exploração de suas potencialidades educacionais que vêm sendo diversificadas e aprimoradas ao longo do tempo:

"(...) o patrimônio documental aqui preservado tem imenso potencial para a ação educadora e a atividade escolar, um trabalho criativo que parte do encontro e da descoberta de um testemunho material da nossa história – um discurso, uma foto, um cartaz – para a produção de um conhecimento, para a construção de uma memória, para a revelação de uma identidade" (APCBH, 2007:3).

Articulando referências do campo da história e da educação patrimonial, o Arquivo vem promovendo ações educativas que colocam em evidência os procedimentos próprios da instituição no que se refere a recolha e conservação dos documentos, ressaltando o seu valor probatório, além de promoção da discussão sobre o Arquivo como patrimônio da cidade. Além disso, incorpora em suas práticas educativas os procedimentos metodológicos próprios do campo da produção do conhecimento histórico, como a leitura de documentos e o tratamento das fontes históricas como versões de experiências passadas. Utiliza o acervo para possibilitar a produção de reflexões acerca do patrimônio cultural e promove a divulgação do seu acervo documental, por meio de publicações voltadas para o público infanto-juvenil.

Um repertório amplo de atividades como as visitas a espaços do Arquivo, a visita técnica, as oficinas, a visita monitorada com *kit* pedagógico e a proposta de leitura documental, as diversas publicações escritas e audiovisuais, como a cartilha educativa, a Coleção Histórias de Bairros e o videodocumento sobre o Arquivo, evidencia o esforço da instituição em se constituir em um espaço de memória comprometido com a sua função pública. Por meio de diferentes estratégias de ação educativa, que visam à formação de públicos, promove a democratização do acesso ao acervo documental do município, como importante



Foto: Glenio Campregher. APCBH/Documentos

equipamento cultural da cidade e convoca o público jovem a também ser responsável na preservação do patrimônio documental, seja público ou privado.

O Programa de Educação Patrimonial desenvolvido no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) desde 2004 toma o patrimônio cultural da cidade como centro das suas atividades educativas, tendo a mediação centrada nos objetos da cultura material vistos como fontes para produção do conhecimento histórico e desenvolvimento de uma consciência patrimonial.

As referências do campo da produção histórica atenta aos novos problemas e dilemas da vida urbana em suas múltiplas dimensões, memórias, e tempos históricos fundamentam a nova perspectiva de abordagem dos processos educativos.

O compromisso com a democratização e a preocupação com as múltiplas dimensões da vida social urbana, a clareza da sua vocação como museu histórico, comprometido com o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a cidade; a ampliação do universo de ação do Museu para além dos seus espaços formais (ações extramuros) serviram de base para a construção do seu programa educativo que se constituiu como um eixo estratégico na ampliação da relação do Museu com o público. Todos esses fatores contribuíram para a definição de um programa educativo orientado para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a cidade.

O Programa de Educação Patrimonial do MHAB articula um conjunto de projetos com objetivos distintos e voltados para diferentes públicos, distribuídos em diferentes frentes de ação: o atendimento ao público escolar e outros públicos; a formação de agentes multiplicadores - agentes culturais, professores e alunos de graduação; a formação do quadro de educadores do museu;

a divulgação de suas produções e as ações extramuros compuseram o programa fundamentado tanto nas contribuições vindas do campo da História, quanto da Educação Patrimonial.

A Casa do Baile promove ações educativas que convidam o público ao desenvolvimento da percepção do espaço arquitetônico, tendo a Casa do Baile como a porta de entrada para fruição do Conjunto Arquitetônico, da Pampulha. As atividades lúdicas, exposições, visitas mediadas, oficinas, seminários, peças educativas sensoriais e a reflexão histórica sobre os diferentes usos do espaço são postas em prática visando à sensibilização e à preservação desses espaços de referência para a cidade. São ações voltadas para um público diversificado que compreende desde a sensibilização do universo infantil, cobrindo a demanda do público especializado, até a promoção de ações de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Assim, a Casa do Baile compõe o conjunto de instituições que atuam na cidade com missão preservacionista.

Ao analisar o conjunto de práticas desenvolvidas em cada uma dessas instituições culturais da cidade de Belo Horizonte, é possível levantar elementos do que significa educar para o patrimônio nesses espaços. A compilação dos diferentes conceitos e categorias centrais mobilizadas nas diferentes experiências educativas aponta aproximações e digressões que nos fazem pensar em diretrizes comuns e, também, em especificidades.

Cada um dos equipamentos culturais vem promovendo ações intencionais de educação para o patrimônio a partir das suas particularidades e especificidades decorrentes de suas missões e identidades institucionais. Porém, o conjunto dessas ações revela preocupações comuns em torno da valorização, preservação e difusão das referências culturais da cidade de Belo Horizonte. A valorização dos acervos documentais como fontes de conhecimento e desenvolvimento de ações de preservação; a promoção e o estímulo à transmissão às novas gerações do patrimônio cultural e da memória social pulsante na cidade; a democratização e ampliação do acesso à cultura; o compartilhamento e a participação no processo de preservação do patrimônio cultural são eixos comuns que aproximam as ações institucionais.

A compreensão sobre ação educativa nas diferentes instituições abrange aspectos que envolvem conteúdos de natureza conceitual, procedimental e atitudinal. A promoção da educação para o patrimônio nos diferentes espaços apresenta uma diversificação de estratégias de atendimento ao público que informa sobre diferentes níveis de compreensão do papel da educação em cada um desses lugares de memória e cultura, ao mesmo tempo que revelam a capacidade criativa e inventiva dos sujeitos nelas envolvidos.

PROJETOS EDUCATIVOS **EM DESTAQUE**

PROJETOS EDUCATIVOS EM DESTAQUE

8 Acesse a coleção *Histórias de Bairros* em www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

O desenvolvimento de diversos projetos educativos relacionados ao patrimônio cultural possibilitou que as instituições propusessem esta publicação, na qual algumas experiências de educação para o patrimônio cultural serão apresentadas e, outras, detalhadas. Esta publicação possibilita a dinamização do conhecimento de metodologias de projetos educativos já desenvolvidos por instituições de memória, que possam auxiliar diversos educadores/mediadores, na elaboração de projetos próprios relacionados à educação urbana e à educação para o patrimônio cultural.

A primeira experiência relatada consiste na Coleção *Histórias de Bairros*⁸ de Belo Horizonte. A Coleção foi elaborada por técnicos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e por consultores contratados. As publicações, compostas por imagens, documentos textuais, textos descritivos e atividades, possibilitam que os alunos apreendam aspectos da história de Belo Horizonte por meio de documentos e possam aprender a interpretar documentos arquivísticos. Optamos por descrever

a Coleção e, posteriormente, apresentar algumas possibilidades de usos das publicações. Considerando o fácil acesso à Coleção (por meio da internet ou de bibliotecas escolares) é possível que os educadores a utilizem como referência para seus trabalhos.

A segunda experiência apresentada é o projeto *Onde Mora a Minha História?*, desenvolvido pelo MHAB junto às escolas públicas de Belo Horizonte e comunidades dos bairros das escolas. Esse projeto desenvolveu uma metodologia de pesquisa sobre história local e identificação de acervos que pode ser utilizada por diversas instituições. Escolhemos apresentar o passo a passo do projeto e os resultados obtidos, esperando que os educadores, ao terem acesso a essa metodologia já testada, possam adaptá-la para o desenvolvimento de projetos próprios que busquem o entendimento dos bairros por meio de seu patrimônio cultural.

A última experiência detalhada é o projeto *Paisagem de BH: uma descoberta*, elaborado pela Diretoria de Patrimônio Cultural em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais e o projeto Guernica. Ao longo de seis anos, a metodologia do projeto pôde ser desenvolvida, adaptada e testada por escolas diferentes, inseridas em contextos diversos. Escolhemos apresentar o projeto, de maneira descritiva, considerando os seus resultados, pois acreditamos que a sua metodologia pode ser estudada e usada por educadores diversos que tenham o objetivo de tratar da educação e da apropriação urbana.

COLEÇÃO HISTÓRIAS DE BAIRROS

ATIVIDADE 03 ENTRE OS "CAMINHOS DA ROÇA" E AS AVENIDAS DA MODERNIDADE

A circulação de pessoas, mercadorias e ideias dentro de uma cidade não acontece sem os caminhos, as ruas, as estradas e as avenidas que são abertas ao longo da sua história. Em Belo Horizonte, a abertura de novas vias públicas orientou e estimulou a ocupação de novas áreas até então de difícil acesso. Vamos conhecer um pouco mais sobre as principais vias de acesso aos bairros da Regional Nordeste?



... cidade planejada, de Olavo Romano, publicado em 1997. Em sua pesquisa sobre a história do Colégio Magnum Agostiniano, o autor nos oferece preciosas informações sobre a história da cidade e, em especial, da regional tema deste caderno. Leia:

... "Antiga estrada para Santa Luzia, a rua Jacuí ligava o Bairro Floresta ao Matadouro, passando pelos bairros da Graça, Concordia, Renascença, Ipiranga, Vilas Reunidas e Cidade Ozanan, até chegar àquele que se configuraria como bairro São Paulo. Esta grande artéria caracterizou-se, portanto, como um lugar de passagem (...)

...ão, com os acaras e fada ao longo a adquirir consciência, sempre as ou transversais simples foram marcadas e um pequeno mas comércio concentrou-se no bairro Renascença (...) Novos surgiam ou convergiam para a Jacuí porque, ao longo de seu traçado, muitos bairros e vilas iam-se formando. E a antiga estrada para Santa Luzia foi-se convertendo em um grande centro comercial e corredor viário, para surpresa de quem acompanhou de perto seu crescimento, preocupação para técnicos e engenheiros responsáveis pelo bom funcionamento da cidade no presente e no futuro." ...

(ROMANO, Olavo. Muito além da cidade planejada. Belo Horizonte: Magnum, 1997. p. 66-78. Acervo APCBH, Sala de Consultas).



COLEÇÃO HISTÓRIAS DE BAIRROS

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), instituição da Fundação Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, tem como função gerir, guardar, preservar e dar acesso à documentação produzida pelo executivo e parte da documentação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, bem como de documentos privados de interesse público.

A documentação sob guarda do APCBH tem função essencial nas garantias dos direitos dos cidadãos, além de ser suporte de informação para o entendimento da história da cidade. Desde a sua inauguração, a instituição percebeu a importância educativa do seu acervo e tratou de desenvolver projetos que atendessem o público escolar. Divulgando o seu acervo, suas atividades, realizando oficinas nas escolas, dentre outras atividades, o APCBH garantiu o acesso dos escolares aos seus documentos. A partir da inauguração de sua atual sede, em 1996, foi possível ampliar as propostas educativas, por meio de visitas monitoradas, aulas de histórias no arquivo, visitas técnicas e exposições.

O APCBH intensificou a sua relação com instituições de ensino de Belo Horizonte e pôde criar um programa de educação tendo como suporte o entendimento da demanda do público e de pesquisas internas no seu próprio acervo.

Naquele momento que antecedeu a criação do projeto *Histórias de Bairros*, o APCBH era muito procurado pelos estudantes para pesquisas escolares sobre os bairros⁹ de Belo Horizonte. Ao chegar à sala de consultas da instituição com essa demanda, eram oferecidos aos estudantes recortes de jornais sobre os bairros e outros documentos. A observação atenta às necessidades de pesquisas dos escolares despertou a necessidade de elaboração de um projeto de pesquisa, pelos funcionários do Arquivo, que pudesse responder a esta solicitação.

A pesquisa elaborada, desde 1999, reuniu acervo e informações significativos para uma publicação que ampliasse o acesso à documentação sobre os bairros da cidade. A publicação, elaborada em 2008, possibilita que os alunos aprendam sobre os bairros, mas, também, compreendam como se organiza um acervo, como é possível explorar um documento histórico, percebendo-o como um bem cultural com valor coletivo, além de relacionar a história de um bairro com os acontecimentos da sua região e do município.

BAIRROS⁹

O bairro foi tratado a partir das referências já oficializadas pelo poder público, com seus recortes tecnicamente definidos. É a partir dos limites oficiais de bairros que os órgãos gestores planejam sua assistência e controlam os serviços públicos. Para além da delimitação oficial, tratou-se o bairro como expressão das identidades culturais. Entendeu-se que o bairro tem uma consolidação histórica, uma definição coletiva e que gera nos indivíduos uma noção de pertencimento. Segundo Leão, “bairro apresenta três características simultâneas: uma forma e um tamanho, um limite político-administrativo que o representa frente ao Estado e uma carga histórico-cultural da sociedade a que pertencem” (LEÃO, 2004:60). Ao longo do desenvolvimento dos projetos destacou-se a carga histórico-cultural definidora dos bairros, enfatizando as lutas e os conflitos que marcaram a formação dessas áreas, as relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento local.

A construção dos textos, tomando como base os documentos investigados, procura identificar nas regionais administrativas de Belo Horizonte, e mais particularmente nos bairros, as referências culturais, históricas, os problemas e as identidades da população.

Os resultados das pesquisas foram divididos em nove publicações, cada uma delas trata dos bairros de uma das regionais administrativas¹⁰ de Belo Horizonte. A Coleção possui um caráter didático, pensada para um público de 9 a 12 anos. É orientada pela maneira como a história local é abordada nas escolas e, também, pela intenção de construir um mecanismo de difusão do patrimônio documental da capital mineira e de criar ferramentas de aproximação com a comunidade escolar.

A publicação é distribuída às escolas, ocasião na qual o APCBH oferece oficinas para os professores, discutindo as possibilidades de usos da publicação na escola. Porém, no momento em que o material é utilizado na escola, não existe a mediação dos técnicos do Arquivo, havendo um território de liberdade de escolha do educador, que pode utilizar a publicação como um todo, trabalhar as propostas

apresentadas nos cadernos ou criar as próprias, tendo como base o acervo e as informações da coleção. É importante ressaltar que a publicação é distribuída gratuitamente para as bibliotecas escolares e tem acesso livre por meio do *site* do Arquivo.

Além do atendimento à demanda dos escolares, a opção por tratar das histórias de bairros decorre da percepção de que é no bairro, no ambiente local, que a cidadania, a intervenção do indivíduo e a ação mais se expressam. No estudo dos bairros, onde nossas primeiras experiências de vivências coletivas são feitas, há a possibilidade de entendimento de conceitos abstratos de maneira concreta.

A elaboração de uma coleção de histórias de bairros possibilitou que houvesse identificação e compreensão imediata dos alunos, pois se trata dos locais onde circulam e vivem. Mas a coleção não se limitou àquilo que já era familiar, houve a construção de novos conhecimentos, pois se apresentaram documentos textuais, textos escritos, fotos, mapas, ilustrações que propiciaram o entendimento mais amplo de como o bairro era anteriormente, quais os percursos para que a paisagem, os relacionamentos e as identidades fossem construídos daquela maneira. Propôs-se a desnaturalização do espaço, criando a possibilidade de despertar questionamentos, construir memórias e estabelecer outro tipo de relacionamento/ conhecimento/memórias com esse lugar tão familiar.

A Coleção *Histórias de Bairros* foi estruturada de forma a relacionar textos informativos e atividades de leitura documental. Estabeleceu-se a construção de uma relação entre os acontecimentos e as mudanças no bairro com a cidade de Belo Horizonte. Em todos os textos e atividades estabeleceu-se uma dinâmica que procurava inserir a história local em uma mais ampla, sem desconsiderar as especificidades das referências dos bairros.

Cada caderno da Coleção foi dividido em seções que podem ser exploradas em separado ou reunidas. A primeira seção trata tanto da inserção dos bairros na cidade, quanto das questões específicas das regionais e de cada bairro da regional. Ao longo de todo o caderno são apresentados documentos e imagens, que não têm o objetivo somente de ilustrar, mas de ser elementos interpretativos que auxiliam na ampliação dos significados trazidos pelos textos.

Nessa mesma seção, há informações sobre todos os bairros registrados da cidade e podemos ver que há diferença em relação à quantidade de informações de cada um deles. Nessa parte dos cadernos percebemos, com maior clareza, os limites da documentação utilizada. As fontes

REGIONAIS ADMINISTRATIVAS ¹⁰

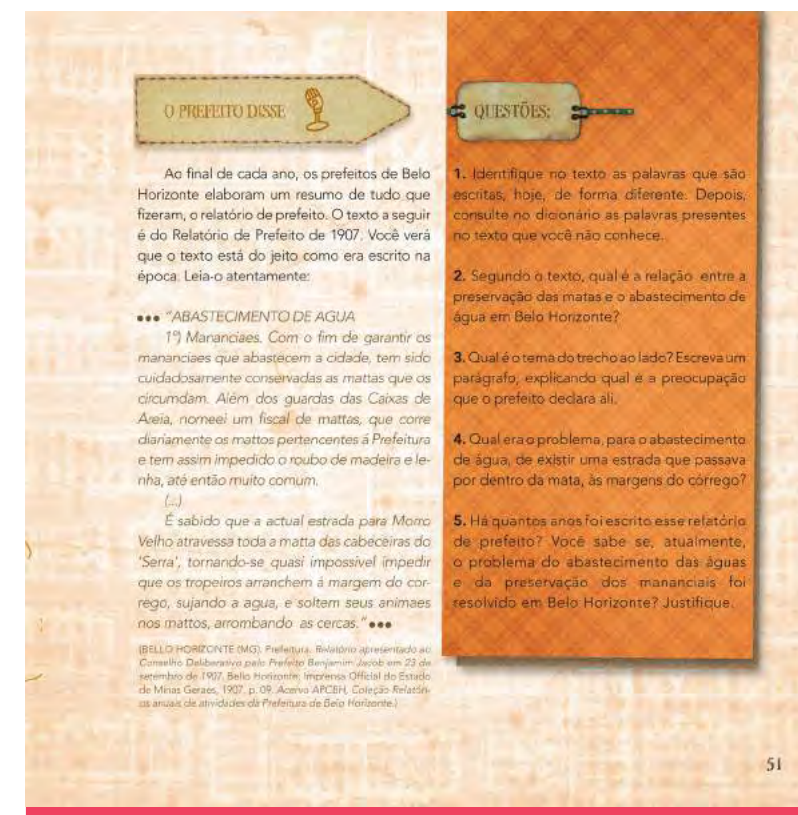
Para melhor organização da administração pública a cidade de Belo Horizonte é gerenciada por meio da divisão de nove regionais administrativas, são elas: Regional Barreiro, Regional Centro Sul, Regional Leste, Regional Norte, Regional Nordeste, Regional Noroeste, Regional Oeste, Regional Pampulha e Regional Venda Nova.



Histórias de Bairros, caderno da Regional Oeste, p.27



Histórias de Bairros, caderno da Regional Venda Nova, p.29



Histórias de Bairros, caderno da Regional Centro-Sul, p.51

11 Power Point do curso elaborado para os professores e bibliotecários oferecido pelo APCBH.

históricas selecionadas são frutos, em sua grande parte, das atividades do poder público, portanto, a maior parte das informações disponíveis na Coleção provém da documentação oficial do município. Na publicação, procurou-se tratar essa limitação como potencialidade, para que os próprios alunos procurassem, em novas pesquisas, preencher essas lacunas.

Há também uma seção nos cadernos que consiste em atividades que ajudam a desenvolver as habilidades relacionadas à pesquisa, como investigação, curiosidade, descoberta e estabelecimento de relações de diferentes conteúdos.

Ao longo de toda a Coleção, a história dos bairros de Belo Horizonte foi apresentada a partir de seu patrimônio documental, possibilitando que professores e alunos lessem

diferentes documentos, em formatos e suportes variados, sob a guarda da administração municipal. As atividades possibilitam que os alunos façam as próprias leituras dos documentos, relacionando-as com os conhecimentos adquiridos na leitura dos cadernos e aqueles que já possuem sobre a cidade.

São apresentados documentos diversos, seguidos de perguntas que ajudam o aluno a desenvolver um olhar observador sobre a realidade, a partir de uma leitura com diferentes níveis de interpretação. Dentre os objetivos das atividades, destacam-se a problematização de temas abordados, o aprofundamento de algumas discussões, o estímulo à reflexão e ao debate entre os alunos, a fim de ajudá-los a entender que a história dos bairros é um processo contínuo de vivência e, também, de construção de conhecimentos¹¹.

A última parte dos cadernos didáticos consiste em mapas e linhas do tempo. Esses encartes, ao serem usados ao longo de toda a leitura dos textos, servem de material de apoio para a compreensão da relação da história dos bairros no contexto da história da cidade.

32

Uma das maiores potencialidades de uso da Coleção está relacionada ao aprendizado da leitura documental. O caderno do professor sugere vários usos dos documentos. Uma das possibilidades é a comparação entre fotos antigas e atuais da cidade. Por meio da interpretação das fotografias é possível refletir sobre as transformações e permanências da paisagem urbana. Os cadernos da Coleção apresentam várias fotos que auxiliam nessa interpretação. Para ampliar o número de fotografias a serem utilizadas pode-se pesquisar o acervo do APCBH, a internet (alguns documentos do próprio Arquivo estão disponíveis em meio digital), os jornais diários e os arquivos pessoais, sendo todos importantes fontes de pesquisa. Além das fotografias, o caderno do professor sugere a leitura cartográfica. A publicação apresenta a “Planta Geral



da Cidade de Minas”, elaborada na época da construção da Nova Capital de Minas Gerais. Essa planta mostra a parte da cidade que foi planejada. A partir da interpretação dessa planta, comparada ao mapa de um bairro suburbano de Belo Horizonte atual, pode-se refletir sobre o que nesta cidade significa um bairro fazer parte da área urbana ou suburbana, abordar a relação entre o planejamento original e o desenvolvimento da cidade, pensando se o planejamento original ainda exerce influência sobre a ocupação da cidade hoje.

Outra proposta é estabelecer relações entre mapas e textos. Os mapas de Belo Horizonte e da regional, encartados ao final do caderno didático, podem ser usados para o entendimento da inserção dos bairros na cidade e no estabelecimento de relações entre os bairros, por meio da análise da sua localização. O mapa “Grupos de Bairros do Texto” apresenta os cursos d’água e as principais vias de acesso ao bairro. A análise desse, junto à leitura dos cadernos, ajuda os alunos a entenderem por que determinada área da regional foi ocupada antes de outras, ou relacionar os bairros nos quais há maior número de enchentes em relação aos cursos d’água, além de outras abordagens.

Os cadernos didáticos apresentam agrupamentos de bairros de acordo com eixos de ocupação temporais, espaciais e referências culturais e históricas identificadas por meio dos documentos, mapas, ilustrações, fotografias e textos. Uma possibilidade de uso é solicitar aos alunos que, por

meio da leitura dos documentos apresentados na publicação, de conhecimentos prévios e da identificação de outros documentos, busquem estabelecer novas relações entre os bairros, criando um novo agrupamento. Essa atividade permite que os alunos entendam que os cadernos didáticos são interpretações da história da cidade, mas que outras podem ser feitas. É essencial que os alunos entendam que a Coleção *Histórias de Bairros* é uma construção, baseada em critérios definidos e em leituras criteriosas dos documentos, mas que não é a única história de Belo Horizonte. A partir do estabelecimento de novos critérios, ou da leitura de outros documentos, é possível escrever várias versões diferentes da história.

Os cadernos da Coleção apresentam como encarte duas linhas do tempo: uma de Belo Horizonte e outra da regional administrativa. Essas linhas do tempo devem ser usadas como instrumentos didáticos. Inicialmente, é preciso ensinar aos alunos a leitura de uma linha do tempo, explicar como ela é elaborada, mostrar que é um recurso para que se localizem no tempo. Construir a linha do tempo da própria vida é um recurso didático interessante, assim os alunos refletem sobre as escolhas que precisam ser feitas, as informações que são omitidas e as que são destacadas dependendo do objetivo da linha do tempo. No caso dos cadernos didáticos, o objetivo das linhas do tempo é relacionar o local ao global.

Neste texto, procuramos abordar algumas potencialidades de usos de uma publicação didática produzida pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A publicação tem uma função importante de discutir os bairros, interligando a sua história com a da cidade, mas, principalmente, de desenvolver nos alunos competências de interpretação do patrimônio documental, desenvolvendo a habilidade de identificar evidências a partir de fontes históricas, de relacioná-las com conhecimentos prévios e com a observação atenta da realidade que os cerca, procurando identificar as fontes confiáveis, levantamento de hipóteses e apropriação dos bens culturais preservados. O acervo de um arquivo é patrimônio cultural da população, por ser produzido no âmbito da administração pública. Envolve direitos e deveres dos cidadãos. Saber interpretá-los e apropriar-se deles é estímulo à autonomia da população.

ONDE MORA
A MINHA **HISTÓRIA**?

DURANTE A DÉCADA DE 1970, OS
MORADORES DAS VILAS E DO
BAIRRO SANTA MARIA LUTARAM
POR VÁRIAS MELHORIAS ...

ESTIDO DE MULHER CHOVENDO TINHA DE
MINHA DENTRO DO BAR TINHA UM DESEJO
A MOLE NÃO, ERA UMA QUE SAÍA LÁ DO SA
FUI LÁ DENTRO DO BAR COMPRAR SEI LÁ
MINHO (REPETINDO AO AMIGO SR. DÉCIO)
NO DOMINGO ELE ME CHAMOU, AI NÓS SAÍMOS
BUSCANDO UM, BUSCANDO OUTRO... AI
MULHER AI A COISA DECOU... AI
ALACRATA A COMUNIDADE
TIVADO CORREIA, MODA

ONDE MORA A MINHA HISTÓRIA?

O Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), como Museu da Cidade, é um centro de cultura dedicado à história e à memória de Belo Horizonte e direciona suas ações para a aquisição, conservação, pesquisa, comunicação e exposição do patrimônio de Belo Horizonte para fins de conhecimento e lazer. O MHAB possui variados programas e projetos, entre eles o Programa de Educação Patrimonial cujas atividades buscam ampliar o diálogo do Museu com a comunidade.

Entendendo que um museu de cidade deve sempre pesquisar, documentar, conservar, comunicar e possibilitar a ressignificação de sentidos do patrimônio cultural da cidade, foi criado no MHAB o projeto *Onde Mora a Minha História?*

Consideramos importante nesta publicação relatar a metodologia de desenvolvimento desse projeto, pois ele pode servir de inspiração para o desenvolvimento de outros que se baseiem no conhecimento do espaço da cidade e na identificação dos bens culturais de uma comunidade.

O Projeto *Onde Mora a Minha História?* possibilitou a alunos da rede pública municipal de educação apropriar-se da história que envolve a comunidade na qual estão inseridos.

O projeto consistiu na pesquisa sobre os bairros, feita por alunos e professores de nove escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte, com orientação e acompanhamento dos técnicos do Museu. A partir dos dados e acervo levantados produziu-se uma exposição para cada bairro investigado dentro das escolas e aberta à comunidade.

Alguns objetivos traçados dentro desse projeto servem como referência para elaboração de diversos outros que utilizem a apropriação do espaço urbano, a identificação dos bens culturais e a discussão da memória.

Os principais objetivos do projeto foram: promover e formalizar atividades educativas voltadas para identificação, valorização e proteção de bens culturais; ensinar a criança a refletir historicamente sobre o local onde vive, capacitando-a a usufruir dos bens culturais que a permeiam; resgatar objetos e vivências da cidade de Belo Horizonte, desenvolvendo a capacidade de observação e percepção a partir da memória, de pesquisas e analogias; recolher depoimentos que tratam da memória dos participantes em sua relação com a cidade; estimular os alunos a ver com profundidade o espaço onde vivem, criando um olhar cuidadoso,

apreciativo, crítico e criador; identificar e incorporar novos e importantes acervos na coleção do Museu, que permitiram um conhecimento mais amplo e democrático da dinâmica da história da cidade.

A partir do desenvolvimento do projeto, nas nove regionais administrativas de Belo Horizonte, foi possível ao MHAB, junto aos professores participantes, desenvolver uma metodologia para o desenvolvimento de pesquisa sobre bairros. Relataremos como o projeto foi executado, destacando alguns eventos significativos ao longo do processo.

O projeto foi desenvolvido em um ano letivo e todas as etapas que relataremos foram cumpridas, mas algumas delas apresentam objetivos específicos e, por isto, podem ser desenvolvidas individualmente, num tempo mais curto.

Passo 1: Definição da equipe e turmas envolvidas

Após traçados os objetivos do projeto, este foi apresentado para a equipe da escola participante. Após o entendimento inicial, os professores e a coordenação das escolas definiram quais seriam as turmas envolvidas e a equipe de docentes participante. As escolas eram livres para suas escolhas, por isto o projeto foi desenvolvido tanto com alunos do primeiro ano do fundamental, quanto com alunos de turmas de EJA do ensino noturno. Para cada turma foi feita uma adaptação, mas todas elas executaram todas as etapas.

Passo 2: Definição de conceitos norteadores e discussão dos mesmos junto à equipe do projeto

Os conceitos norteadores trabalhados no projeto foram: cidade, bairro, patrimônio cultural, história local¹² e acervo¹³.

Passo 3: Apresentação do projeto para os alunos e início da identificação dos lugares de referência nos bairros

O projeto foi apresentado pelos professores aos alunos no turno regular. Após essa etapa, a equipe do MHAB procurou identificar junto aos alunos os espaços e pessoas que já eram significativos para eles no bairro. Para isso, utilizou-se uma atividade nomeada mapa mental, que consistia em um desenho elaborado pelos alunos. Os alunos desenharam o caminho da escola até as suas casas. Nesse desenho, incluíram tudo aquilo que lhes chamasse a atenção no caminho (telefones públicos, comércio, pessoas, animais, serviços públicos...). A atividade foi feita em sala de aula, com o tempo médio de 1h, e sem preparação prévia.

HISTÓRIA LOCAL ¹²

Entende-se por história local a *opção de recorte espacial do objeto estudado*. Nessa medida, o estudo da história local colaborou para a apreensão das experiências distintas que formam a cidade e a multiplicidade de tempos que têm em cada lugar. Estarmos atentos para a multiplicidade de tempos foi importante para que não se generalizassem as experiências na cidade. Pode-se identificar a convivência de elementos muito distintos na mesma época, tais como: contas de luz elétrica e ferro a brasa; ruas de asfalto e de terra; carroça e automóvel. Buscamos identificar a singularidade em cada bairro, mas sem perder de vista o fato de que todos eles estavam integrados na mesma cidade.

ACERVO ¹³

Conjunto de objetos e documentos sob guarda de uma instituição, organizados em fundos e coleções de acordo com a tipologia da instituição.

O objetivo era que os alunos registrassem no papel apenas aquilo que estava na memória deles, sem influência da equipe do projeto. Recolheram-se os desenhos e elaborou-se um levantamento estatístico das referências.

Para melhor exposição dessa atividade apresentaremos dois mapas mentais elaborados na Escola Municipal Senador Levindo Coelho.

Os desenhos ao lado representam o mesmo local, o Aglomerado da Serra, em perspectivas diferentes. No primeiro deles há um destaque para as ruas que estão bem delimitadas e nas quais o aluno destacou o que considerava importante, tais como ônibus, salões de beleza e bares. Ilustrou os tipos de moradias diferentes: barracos, prédios e casas. Apresentou o projeto Criança Esperança e o Parque das Mangabeiras. Outro elemento interessante é que esse aluno escreveu o nome dos proprietários das casas, destacando a relação de vizinhança.

No segundo desenho vemos um destaque para a estrutura espacial do bairro. As casas foram desenhadas uma em cima das outras, ficando claro para quem o vê que o local consiste em um morro. Esse aluno também destacou a escola, o Parque das Mangabeiras, um bar, uma igreja e postes de luz.

As múltiplas referências apresentadas pelos alunos possibilitaram que, com essa primeira atividade, já fossem percebidas diversas maneiras de abordar o bairro.

Passo 4: Sensibilização da comunidade

Paralelamente às atividades desenvolvidas em sala de aula foi feita a sensibilização da comunidade do bairro para a participação no projeto. As estratégias utilizadas consistiam em reuniões com lideranças do bairro, confecção de cartazes que, ao serem afixados em igrejas, áreas comerciais



Mapa mental de aluno da Escola Municipal Senador Levindo Coelho representando o Aglomerado da Serra, 2007.
Acervo: Arquivo Administrativo MHAB.



Mapa mental de aluno da Escola Municipal Senador Levindo Coelho representando o Aglomerado da Serra, 2007.
Acervo: Arquivo Administrativo MHAB.

e de prestação de serviços públicos, anunciavam o projeto e convidavam todos os moradores a participar. O cartaz continha informações sobre o objetivo do projeto, as instituições participantes e o telefone de contato para quem desejasse prestar informações ou emprestar acervo. Alguns diretores de escolas escreveram cartas pessoais aos moradores, destacando a importância do projeto para a comunidade.

Passo 5: Visitas ao Museu Histórico Abílio Barreto

Considerou-se importante que os alunos envolvidos fizessem uma visita ao Museu Histórico Abílio Barreto com o objetivo de apresentar uma exposição e discutir os conceitos de patrimônio cultural, pesquisa histórica e acervo.

Passo 6: Pesquisa e levantamento de acervo

Após a visita ao Museu, os alunos estavam preparados para iniciar a pesquisa. Historiadores, estagiários do Museu e professores das escolas selecionaram temas pertinentes para a pesquisa. Os temas apresentados foram sugeridos aos alunos e readaptados de acordo com o interesse das turmas. A partir dessa definição elaborou-se uma apostila apresentando locais de pesquisa e acervo que poderia ser recolhido para a exposição. Os temas escolhidos foram:

Tema 1: Condições ambientais e de infraestrutura; **Tema 2:** Segurança; **Tema 3:** Saúde; **Tema 4:** Condições de trabalho; **Tema 5:** Esporte e lazer; **Tema 6:** Manifestações culturais e religiosas; **Tema 7:** Educação; **Tema 8:** Associações e grupos; **Tema 9:** Projetos e expectativas futuras.

Algumas escolas optaram por dividir os temas por turmas e outras desenvolveram todos os temas na mesma turma, dividindo os alunos em grupos.

Os alunos foram orientados para que usassem diferentes estratégias de pesquisa, tais como: levantamento de dados

estatísticos; pesquisa de observação; pesquisa por amostragem; pesquisa documental; entrevistas com moradores ou outras pessoas. Os alunos usaram gravadores, papel, pranchetas e máquinas fotográficas.

A apostila de pesquisa, entregue aos alunos, continha planilhas para levantamentos estatísticos, roteiros de entrevistas, orientação de locais para pesquisa documental e pesquisa de observação. As apostilas foram guias de pesquisa para alunos e professores, mas as escolas usaram também outras estratégias para desenvolver a pesquisa.

As estratégias utilizadas pelas escolas foram bastante diversificadas, pois o projeto *Onde Mora a Minha História?* envolveu professores de disciplinas distintas e alunos de idades variadas.

Na escola Senador Levindo Coelho (Serra), uma visita de campo para a observação de referências específicas do bairro foi a estratégia utilizada. Ao longo das visitas, orientadas por professores e historiadores, os alunos conversaram com moradores, produziram fotos e desenhos dos locais visitados. Nessas visitas, os alunos eram estimulados a refletir sobre os limites geográficos do bairro, suas transformações e referências.

A escola Vinícius de Moraes (Tirol) elaborou uma gincana na qual os alunos produziram textos sobre os bairros, recolheram acervo de objetos, fotografias e documentos. Premiou-se a equipe vencedora com uma rodada de sorvetes. A gincana estimulou os alunos a desenvolverem a pesquisa de uma maneira descontraída e envolveu todas as turmas que participavam do projeto.

Na escola Santa Terezinha (Santa Terezinha) aconteceu um “dia da memória”, no qual moradores antigos foram em sala de aula relatar suas experiências no bairro e responder às questões dos alunos.

A professora de artes da Escola Municipal Hélio Pellegrino, junto aos seus alunos, criou uma música com referências cotidianas dos estudantes e também sugeriu que os alunos criassem um brasão para o bairro. A feitura do brasão estimulou os alunos a representarem, por meio de cores e formas, as referências emocionais e físicas que consideravam significativas no bairro.

A partir dos exemplos acima, podemos perceber que, inseridas em um mesmo projeto, cada escola pode adaptar e criar propostas específicas para a sua realidade, gerando uma riqueza de experiências educativas.



Mapa ilustrado do Bairro Serra Verde — Ilustrador: Clermont Cintra

Passo 7: Mapa ilustrado

A partir das informações levantadas construiu-se um mapa ilustrado de cada bairro investigado. O mapa, elaborado por um ilustrador profissional, era uma referência “afetivo-cultural”, pois destacava aquilo que os moradores consideravam mais significativo. Não houve uma preocupação com as escalas e, muitas vezes, pessoas, árvores e estabelecimentos comerciais apareciam maiores que as ruas. Os limites físicos definidos nesse mapa não coincidiam necessariamente com os limites dos bairros definidos pela administração pública.

Passo 8: Publicação

Publicou-se um Caderno Pedagógico específico para cada bairro. Esse continha textos informativos e propostas

de atividades para serem feitas pelos alunos. Os textos foram produzidos pelos técnicos do Museu, a partir do levantamento da pesquisa dos alunos.

A publicação foi distribuída para todos os alunos participantes. Assim eles poderiam, ao executar as atividades propostas, continuar escrevendo a história do seu bairro. A publicação foi enviada para todas as bibliotecas escolares do bairro e também para as bibliotecas públicas e os centros culturais de Belo Horizonte, ampliando o número de pessoas que poderiam acessar as obras.

Passo 9: Exposição

A principal etapa do projeto era a exposição. A pesquisa, feita pelos alunos e professores das escolas e pelos historiadores do MHAB, consistia na busca de informações e de acervo para a exposição. O recolhimento de acervo foi um dos processos mais difíceis. Tanto os alunos quanto os moradores dos bairros acreditavam que exposição histórica deveria apresentar “coisas antigas”. Os profissionais do MHAB utilizaram variados exemplos (panfletos de supermercado, fotos de família, contas de luz) para demonstrar que todo material, desde que possuísse informação suficiente e ligação com a história do bairro, poderia ser usado.

Outro problema identificado foi que muitos dos acervos que chegavam para a exposição eram trazidos sem nenhuma informação ou não possuíam ligação específica com o bairro. Para resolver essa questão, preparou-se uma planilha que os alunos deveriam preencher quando identificassem algum acervo. Nessa planilha os alunos respondiam algumas perguntas específicas quando identificavam um acervo, tais como a quem pertencia, como foi utilizado no bairro, entre outras. Ao responder as perguntas, os estudantes refletiam sobre a relevância da presença daquele material em uma exposição. Os alunos levavam as planilhas preenchidas às escolas e as entregavam aos historiadores do MHAB que, a partir delas, faziam a primeira seleção do acervo a ser exposto.

A montagem de uma exposição é um processo longo, constituído de muitas etapas. Inicia-se com a preparação da pesquisa e finaliza-se com a inauguração da mostra.

A partir da pesquisa, incluindo o acervo identificado, procurou-se criar uma narrativa visual que pudesse tornar a exposição representativa da história do bairro e de fácil fruição, considerando que não haveria mediadores (monitores) disponíveis no espaço expositivo.

A centralidade da exposição foi colocada nos objetos, pois consideramos que o contato direto com estes possibilita aflorar a sensibilidade dos visitantes, tornando a realidade histórica algo concreto e palpável.



Exposição sobre o Bairro Guarani, 2007 – Escola Municipal Hélio Pellegrino — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB



Exposição sobre o Bairro Tirol, 2007 – Escola Municipal Vinícius de Moraes — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB

40

Os objetos a serem expostos foram limpos pela equipe de conservação do MHAB, os textos foram escritos pelos historiadores do projeto *Onde Mora a Minha História?* e revisados. A equipe de cenografia montou a estrutura física da exposição (marcenaria, iluminação, pintura). Os museógrafos criaram o *design* gráfico da exposição. Por fim, foi feita a montagem final por toda a equipe.

Passo 10: Apropriação da exposição pela comunidade

Desde a concepção procurou-se elaborar uma exposição que prescindisse de um mediador, possibilitando que cada visitante fosse capaz de interpretá-la. Considerou-se que a maior parte dos visitantes possuía uma vivência no bairro cuja história estava sendo discutida na exposição. Portanto suas próprias memórias seriam ativadas quando em contato com os objetos, textos e fotos apresentados. Dessa maneira poderiam relacionar a sua memória individual com a memória coletiva sobre o bairro que estava sendo exposta.

A mostra ficou em cartaz ao longo de dois meses em cada uma das escolas e, após a desmontagem da exposição, todo o acervo emprestado foi devolvido aos respectivos proprietários.

Passo 11: Recolhimento de acervo

Um dos objetivos do projeto *Onde Mora a Minha História?* era localizar, identificar e incorporar novos e importantes acervos na coleção do Museu, que permitiram um conhecimento mais amplo e democrático da dinâmica da história da cidade. Ao longo da pesquisa sobre os bairros, identificou-se um grande número de fotografias, objetos e documentos. Todo esse material foi registrado pela equipe de historiadores e estagiários.

Todo o projeto foi pensado no sentido de que, a partir de um envolvimento efetivo da comunidade, houvesse a incorporação do acervo em uma instituição de memória. O olhar da comunidade para o seu patrimônio determinou a ação de incorporação desse acervo ao museu da cidade de Belo Horizonte. Dessa forma, o objeto, fotografia ou documento, que no início do projeto era significativo para o indivíduo que o estava guardando no espaço privado, foi levado à exposição referente à história do bairro. Por fim, ao ser incorporado pela instituição, tornou-se representativo de algum aspecto da memória social da cidade.

Passo 12 – Socialização das informações

O final da mostra não significou o fim do projeto, pois todas as informações recolhidas ao longo da pesquisa por historiadores, estagiários, professores e alunos deveriam estar acessíveis para pesquisadores e demais interessados. Por isso elaborou-se um dossiê do projeto, disponível para pesquisa na biblioteca do Museu Histórico Abílio Barreto. Dessa forma, fechou-se um ciclo, no qual um projeto de educação para o patrimônio, elaborado pelo MHAB, alcançou as escolas e a comunidade, foi desenvolvido por eles e retornou ao MHAB por meio de acervos e informações que podem ser acessados pelo público, com uma nova significação.

PAISAGEM
DE BH: **UMA
DESCOBERTA**

PAISAGEM DE BH: UMA DESCOBERTA

A Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC), órgão ligado à Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, é responsável por identificar, documentar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial, além de gerir e monitorar as áreas protegidas e de interesse de proteção pelo patrimônio.

Outras atribuições importantes da Diretoria são: assessorar os proprietários de bens culturais e os investidores interessados em intervir em áreas protegidas e atender o público interessado em obter informações sobre a política de proteção do patrimônio cultural.

A Diretoria de Patrimônio Cultural procura trabalhar conjuntamente com os cidadãos e comunidades para identificação, guarda e promoção de bens culturais representativos da memória¹⁴ da cidade. A instituição, para alcançar seus objetivos, compreende que todas as suas atribuições devem estar imbuídas, também, de função educativa. Saber ouvir a cidade, saber comunicar-se melhor

com as pessoas, conscientizar os proprietários de imóveis em relação à preservação, desenvolver tarefa de convencimento das pessoas em relação à importância do patrimônio cultural são algumas das funções de caráter educativo da instituição. Com o objetivo de intensificar a relação com a comunidade, a DIPC desenvolveu dois projetos de educação para o patrimônio cultural, *Paisagem*¹⁵ de BH: uma descoberta e *Arte, Cidade e Patrimônio Cultural*.

O projeto *Arte, Cidade e Patrimônio Cultural*, desenvolvido pela DIPC, pelo Projeto Guernica e por escolas municipais de Belo Horizonte, buscou reconhecer a pluralidade cultural presente na cidade. O trabalho estimulou grupos de alunos das escolas para pensar a cidade e sua dinâmica, se reconhecer nela, afirmar os vínculos cotidianos e culturais e compreendê-la como patrimônio cultural de todos. A metodologia didática utilizada considerava os valores apreendidos pelas crianças e pelos jovens em relação à cidade como ponto de partida para a compreensão das diversas formas de apropriação dos espaços urbanos pela diversidade de grupos sociais.

MEMÓRIA CULTURAL¹⁴

A memória cultural é constituída, assim, por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Além disso, remonta ao tempo mítico das origens, cristaliza experiências coletivas do passado e pode perdurar por milênios. Definição de Jan Assman em conferência *Memórias Comunicativa e Cultural*. Instituto de Estudos Avançados USP. In.: <http://www.iea.usp.br/midiateca/video/memoria-comunicativa-e-cultural-1>. Acesso em: 15 mai. 2013.

PAISAGEM¹⁵

“Paisagens culturais são territórios nos quais a interação do homem com o meio ambiente cria marcas e características especiais” – retirado de Mais Educação: Educação Patrimonial – manual de aplicação (2013, p.15)

O projeto *Paisagem de BH: uma descoberta*, implantado entre os anos de 2003 e 2009, estabeleceu parceria entre a DIPC, o Projeto Guernica¹⁶ e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED). A finalidade central foi realizar trabalho de percepção urbana junto aos professores e alunos da rede municipal de ensino.

O projeto foi desenvolvido pelos professores com orientação de técnicos da Diretoria de Patrimônio e afirmou a importância da parceria entre a educação e o patrimônio cultural, entre a escola e a cidade. Tratou-se de espaço de construção e troca de experiências dos professores e técnicos da área do patrimônio cultural na reflexão e apreensão das diferentes práticas e formas de apropriação dos lugares da cidade pelos grupos de crianças, jovens e adultos. A metodologia desenvolvida e experimentada de percepção da cidade possibilitou avanços nas considerações sobre o patrimônio, frequentemente restritas aos técnicos e estudiosos da cidade na construção do patrimônio cultural.

PROJETO GUERNICA¹⁶

O Projeto Guernica é um projeto de educação ambiental e patrimonial que pretende dar sua contribuição para a diminuição dos atos de depredação e vandalismo contra a paisagem urbana e o patrimônio público, melhorando a qualidade de vida de todos os moradores da cidade. Desenvolvido em parceria com a Associação Municipal de Assistência Social – AMAS, firmou-se como um espaço permanente de estudo e pesquisa sobre a pichação e o grafite em Belo Horizonte. Consultado em: www.pbh.gov.br

A premissa foi pensar um projeto de educação para o patrimônio que, em vez de trabalhar com a sensibilização e a apropriação dos bens já consagrados, buscava entender o patrimônio que é identificado, reconhecido e apreendido a partir do olhar da população. Objetivou construir uma educação urbana que considerava a pluralidade de símbolos na experiência cotidiana e o caráter pedagógico das linguagens da cidade.

Apresentaremos a metodologia do projeto, considerando que foi testada e reformulada por diversos professores e centenas de alunos ao longo de seis anos de trabalho. Esperamos que seja inspiração para o desenvolvimento de outros projetos relacionados ao patrimônio cultural, à educação urbana e à apropriação da cidade.

O projeto foi desenvolvido em cinco passos. Os professores desenvolviam o trabalho com os alunos e, a cada etapa concluída, aconteciam reuniões com técnicos da Diretoria de Patrimônio e da Secretaria Municipal de Educação nas quais os professores relatavam as suas experiências, dificuldades, discutiam propostas para resoluções de problemas e preparavam-se para a próxima etapa.

O projeto iniciava-se com um convite amplo a todas as escolas da Rede Municipal de Ensino e não havia restrição do número de participantes. Os professores inscritos eram orientados em uma primeira reunião na qual recebiam material de apoio.

Passo 1

A escolha de “lugares de referência” na cidade era proposta aos alunos pelos professores. Sugeriu-se que fossem privilegiados locais públicos, de usufruto coletivo. As escolhas deveriam ser discutidas enfocando os múltiplos significados do espaço urbano e a forma de apropriação que a comunidade local desenvolveu em relação a este espaço. As diversas sugestões, apresentadas e defendidas pelos alunos, eram colocadas em votação para a escolha de apenas um lugar. Após a escolha, os alunos faziam um mapa mental do local, que consistiu na elaboração de um desenho do local, a partir da memória ou imaginação. Os que já conheciam o espaço desenhavam o mapa de acordo com suas memórias, os alunos que não o conheciam faziam o mapa de acordo com as suas expectativas, com o que o nome do lugar evocava ou a partir do relato dos outros colegas. Os desenhos, individuais, deveriam ser elaborados de forma livre, espontânea, valorizando os sentimentos, lembranças e expectativas.

Um exemplo interessante foi de uma turma que escolheu o Parque Fazenda Lagoa do Nado. Alguns alunos que não conheciam o espaço desenharam roda gigante e pedalinhos, coisas que não existem nesse local, mas que são referências buscadas a partir do entendimento do que significa um parque. Provavelmente esses alunos conheciam outros parques que possuíam esses equipamentos.

Cada aluno apresentava o seu mapa mental e algumas discussões eram sugeridas pelo professor sobre as referências mais lembradas, quais eram omitidas, ignoradas ou desconhecidas. Nessa etapa procurava-se trabalhar a identidade individual de todos os estudantes, suas memórias, referências, emoções e expectativas. O educador enriquecia a discussão propondo pesquisas e trazendo novos dados. A partir das discussões com a participação de todos, as representações individuais se tornavam coletivas, eram identificados signos comuns, mas mantendo a percepção de que é possível construir, a partir de um único lugar, imagens múltiplas.

Passo 2

Após a pesquisa e discussões, o professor, junto aos alunos, preparava uma visita ao local. As escolas utilizaram estratégias diferentes como entrevistas, registros fotográficos, desenhos e mapas. O objetivo desse trabalho de campo era observar como o local era usado, os aspectos positivos e negativos. Os alunos utilizavam um caderno de campo para registrar suas observações.

Passo 3

Os alunos, junto aos professores, reuniam o material coletado na visita, discutiam os aspectos observados e a partir disso construía um mapa coletivo, refletindo sobre os desejos de

transformação para esse lugar. Reconstruíam, coletivamente, o “lugar real” para “lugar ideal” para conviver. Nessa abordagem os alunos deveriam propor modificações coerentes com a natureza do lugar, sua realidade e a comunidade que vive no local. Neste processo de trabalho os educadores e educandos identificaram os desafios, dificuldades, potencialidades dos lugares de referência escolhidos e trabalhados. As soluções pensadas deveriam ser generosas com o coletivo e não atender apenas a desejos pessoais. Nesse etapa os alunos deveriam propor ideias, defender seus pontos de vista e chegar a um consenso.

Passo 4

Os professores preparavam dossiês analíticos e descritivos do processo que eram entregues aos técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural. O dossiê deveria conter toda a discussão do processo realizado, as dificuldades apresentadas, registro fotográfico e os trabalhos realizados pelos alunos.

Passo 5

A equipe da DIPC, junto aos integrantes do Projeto Guernica e SMED, elaboravam uma exposição com os dossiês, mapas, desenhos e fotos do processo, de todas as escolas participantes, e montavam as exposições nas escolas de maneira itinerante. Uma escola participante visitava a exposição da outra, possibilitando trocas de experiências.

A partir do projeto foi possível analisar os diferentes pontos de vista em relação aos lugares, os usos e memórias, compreensão dos diferentes signos e afetividades. Refletiu-se sobre como a cidade educa a criança e como ela apreende esse espaço. Os alunos puderam observar a cidade como produto da nossa cultura. A realização de pesquisas históricas, a partir de material disponibilizado aos professores e de material identificado pelos próprios alunos, o cotejamento com suas memórias sobre os lugares e a pesquisa de campo possibilitaram a percepção da cidade como patrimônio construído no dia a dia.

Paisagem de BH: uma descoberta possibilitou um diálogo franco entre os técnicos do patrimônio cultural, professores, alunos e destes com a cidade, buscando emergir os aspectos da relação do sujeito com a realidade a partir do bem cultural (lugares de referência).

Os diversos olhares e apropriações se somaram à pluralidade de manifestações sociais e formas de se relacionar com o espaço urbano, que constituem o patrimônio cultural e a identidade da cidade.

O material final produzido foi resultado da reflexão de todo o grupo envolvido em torno de espaços referenciais da cidade e do reconhecimento destes lugares como parte da história cotidianamente construída da nossa cidade.

Os três projetos descritos tomam como referência a cidade de Belo Horizonte a partir de seus bens culturais, os olhares individuais e coletivos, a apropriação dos moradores em relação à sua cidade e análises históricas elaboradas a partir de referências materiais.

As concepções de patrimônio presentes nas práticas e as formas de lidar com o Patrimônio Cultural revelam as estratégias de operações com um patrimônio institucionalizado e o que pulsa na cidade nas múltiplas expressões dos seus habitantes.

Os roteiros temáticos apresentados pretendem mergulhar no cotidiano da cidade e perceber as muitas formas de expressão do patrimônio que:

"[...] está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, forma as identidades e determina os valores de uma sociedade" (BRASIL, 2007: 3).



Projeto Arte, Cidade e Patrimônio Cultural — Acervo DIPC/Arquivo Administrativo

ROTEIROS



ROTEIROS: UM CONVITE A OUTRAS POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CIDADE

PREZADO LEITOR

Queremos convidá-lo a uma viagem pela cidade de Belo Horizonte. Mas, se viajar é *o ato de ir de um a outro lugar relativamente afastado*, como podemos convidá-lo a viajar para um lugar no qual você vive?

Aqui você é nosso convidado para uma viagem de redescoberta de uma Belo Horizonte que se revela e se esconde em suas múltiplas paisagens. É um convite a um deslocamento em busca das outras (muitas) Beagás que não se deixam ver num primeiro olhar ou num olhar apressado que a aceleração dos dias nos obriga a lançar sobre ela.

Convidamos você para uma pequena pausa que lhe permita fruir a cidade. Cidade que um dia despediu-se de um arraial e, no outro, cismou-se capital. Rompeu morros, rios, endireitou as curvas, ergueu sonhos de concreto. Encheu-se de gentes de todos os cantos, deixou as ruelas e espalhou-se para as vias de tráfego intenso. Uma cidade que dorme tarde, que acorda cedo e que perde o sono. Essa cidade inventada que assombra e encanta os seus criadores.

Mas quantas cidades estão contidas em uma? O nosso convite é para que você se deixe transportar pelos **roteiros** aqui apresentados e experimente possibilidades de fruição da cidade em seus múltiplos horizontes.



ROTEIRO ÁGUAS

ROTEIRO ÁGUAS

17 REIS, Aarão. Revista Geral dos
Trabalhos da Comissão Construtora
da Nova Capital. Rio de Janeiro:
1895, p. 45-60

Entre 1892 e 1893, no período de estudos de localidades para a construção da Cidade de Minas, nova capital do estado, o Arraial de Belo Horizonte foi um dos sítios estudados. No relatório apresentado pelo engenheiro Herculano Penna¹⁷, as águas abundantes e de boa qualidade foram destacadas como ponto positivo da região.

As questões relacionadas a higiene, salubridade e abastecimento de águas foram pontos fundamentais no planejamento da cidade e nas discussões políticas, influenciando sobremaneira o cotidiano da população. E é esse tema que iremos tratar neste roteiro por meio da leitura de documentos textuais, fotos, objetos e conhecimento prévio trazidos por nós. Afinal, esse é um bem com que todos convivem no dia a dia.

Você já viu placas como esta em alguma rua de Belo Horizonte? Qual é o objetivo dessas placas? Se você já as viu, em qual rua?

A placa apresentada está localizada na Avenida Prudente de Morais, nas proximidades do Museu Histórico Abílio Barreto.



Placa na Avenida Prudente de Morais, 2013 — Foto: Pedro Nicoli

18 http://www.manuelzao.ufmg.br/sobre_o_projeto/posicionamento/canalizacao. Acesso em: 25 jun. 2013

Antes de existir a Avenida Prudente de Moraes, a presença mais marcante na paisagem da região era o Córrego do Leitão. Ao longo de todo o século XX, trechos do Córrego do Leitão foram canalizados por etapas, e hoje nos lembramos dele apenas em épocas de chuva. A Praça Godoy Bethônico, na Rua Bernardo Mascarenhas, com seus leitões e pequeno córrego central, guarda um pouco dessa memória.

Em Belo Horizonte, a canalização de córregos foi, ao longo de grande parte da sua história, a solução preferencial para os problemas de enchentes, doenças transmitidas pelas águas e ampliação da área de trânsito. Essa última medida provocou o desaparecimento dos córregos na paisagem, sendo estes geralmente lembrados na imprensa apenas em épocas de chuvas quando as enchentes causam prejuízos materiais e humanos. Ao longo da história de BH a canalização dos córregos esteve associada à ideia de progresso.

CANALIZAÇÃO

Nos últimos dois séculos, muitos dos cursos d'água que cortam grandes centros urbanos tiveram seus leitos transformados em grandes canais revestidos por materiais resistentes como pedra e concreto. A canalização foi feita em nome da adequação dos cursos d'água ao crescimento dos municípios¹⁸.



Praça Godoy Bethônico, 2013 — Foto: Pedro Nicoli



Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte, 28 mai. 1997 — Acervo APCBH, Clippings da Sala de Consulta

19 CAVALCANTE, 2011

20 Idem, p. 87

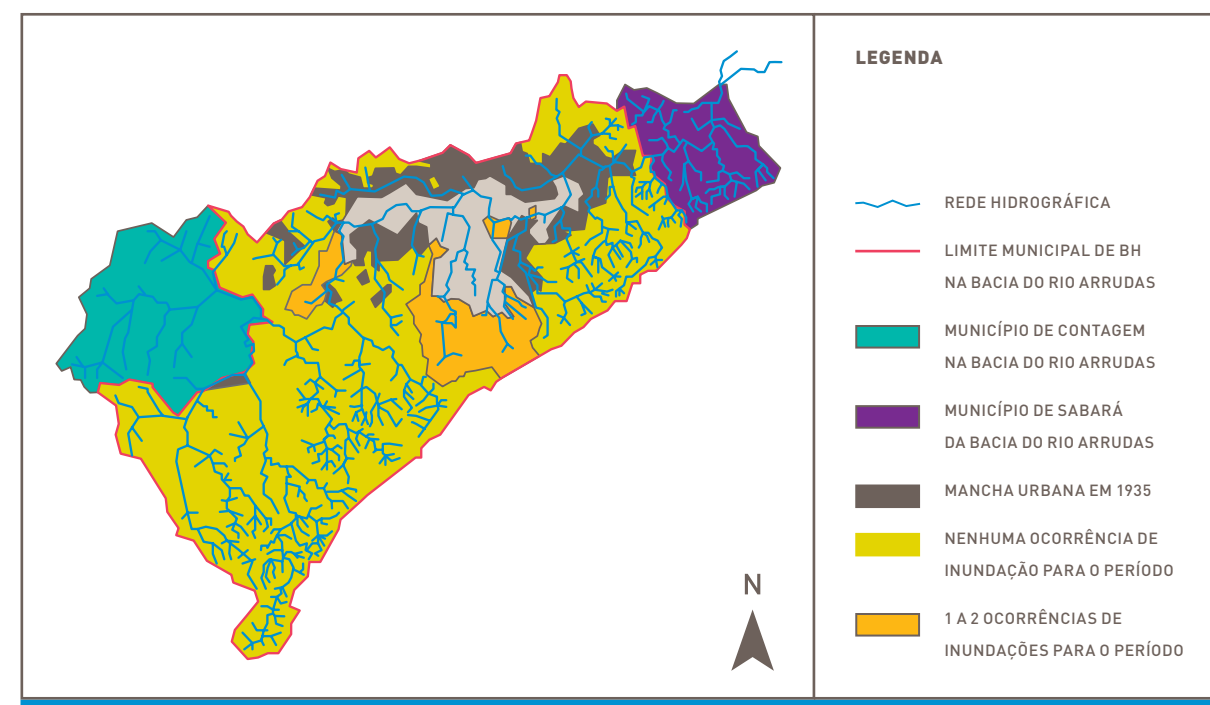
21 Idem, p. 113

Quando ocorreu a enchente apresentada no recorte de jornal? Você já ouviu falar de outras enchentes na cidade? Quais? Reflita sobre as possíveis causas dessas enchentes. Quais são os problemas causados pelas enchentes? Qual é a população que mais sofre com esses problemas na cidade? Por quê?

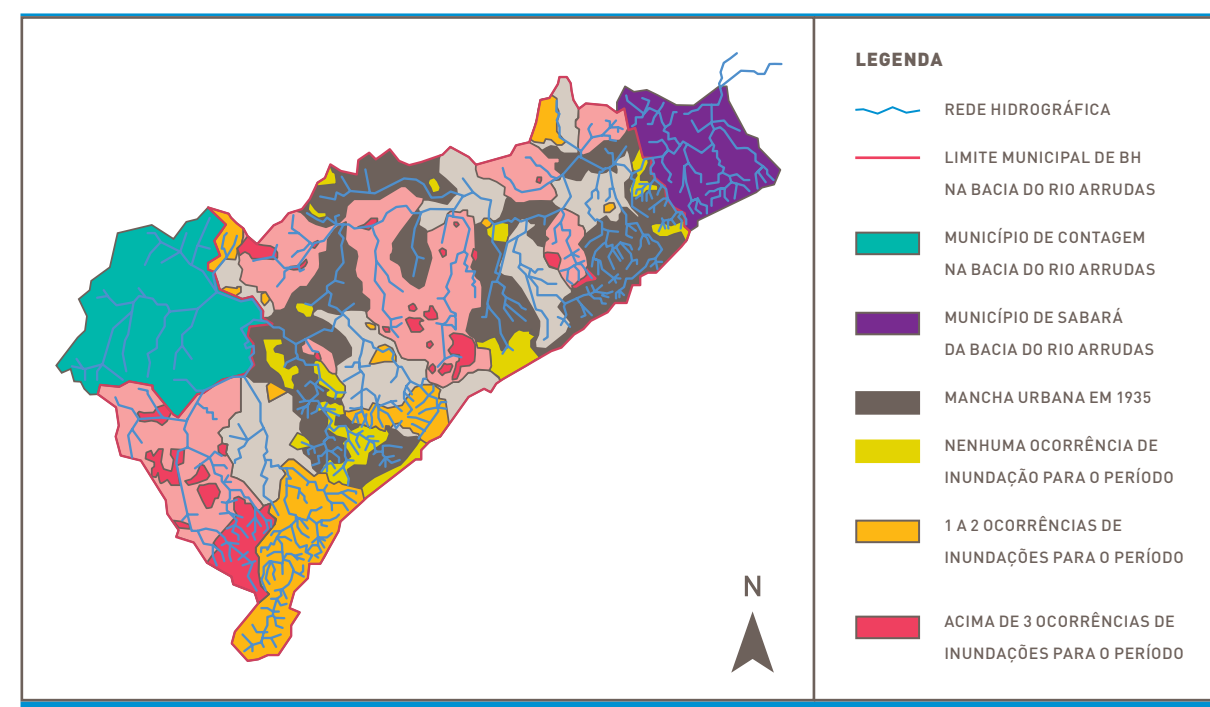
O problema de inundação causado na região da Bacia do Rio Arrudas é recorrente em Belo Horizonte. Desde 1932 há registros na imprensa sobre prejuízos causados nessa bacia¹⁹ e, mesmo antes disso, em 1911, o relatório do prefeito Olinto Deodato mostrava esse problema.

A Bacia do Rio Arrudas, destacada nos mapas ao lado, ocupa 43% do território de Belo Horizonte. O rio corta boa parte da região central da cidade, local de grande adensamento populacional.

Ao observar os mapas, constatamos o recrudescimento do número de enchentes na Bacia do Arrudas entre os dois períodos analisados. É possível localizar quais córregos sofreram maior pressão em cada período? Você sabe em quais regiões da cidade esses córregos se localizam? Baseado em seus conhecimentos sobre o crescimento da cidade, é possível aferir os motivos do aumento das enchentes?



Ocorrência de inundações entre 1930-1940²⁰. Total de enchentes na cidade de 1930 a 1940: 14



Ocorrência de inundações para o período de 2001-2005²¹. Total de enchentes na cidade de 2001 a 2005: 95

22 <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/bacias-hidrograficas>. Acesso em: 25 jun. 2013

Descreva as moradias que encontramos às margens do Arrudas. Após a leitura dos mapas apresentados anteriormente constatamos que os problemas de enchentes em Belo Horizonte são antigos e persistentes. Por que as pessoas moram em locais propícios às enchentes? Quais as consequências disso?

BACIA HIDROGRÁFICA:

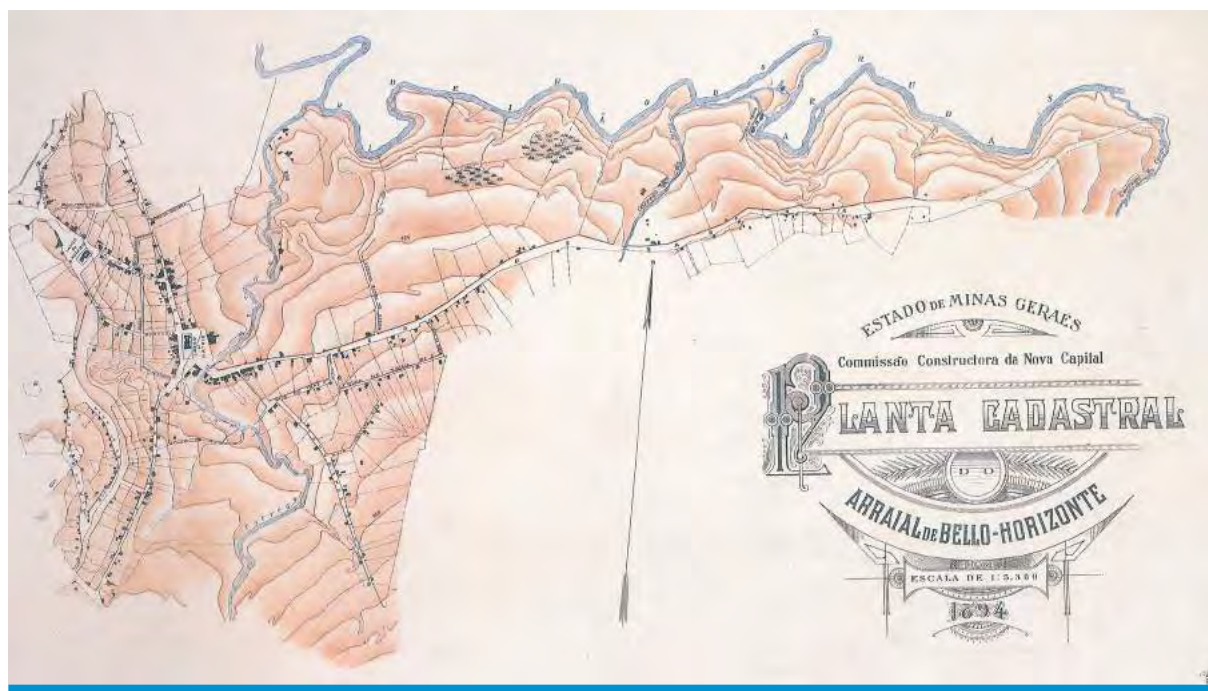
Uma bacia hidrográfica é o conjunto de terras cujo relevo propicia o escoamento de águas fluviais e pluviais para um determinado curso d'água. A formação da bacia hidrográfica se dá por meio dos desníveis do terreno os quais orientam os cursos da água, sempre de áreas mais altas para as mais baixas [...]. O município de Belo Horizonte se enquadra na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, que, por sua vez, integra a Bacia do Rio São Francisco. Dentro do município duas sub-bacias, Ribeirão Arrudas e Ribeirão do Onça, drenam a maior parte do território. Uma pequena parcela tem drenagem direta para o curso do Rio das Velhas. Internamente a essas bacias mais abrangentes, encontra-se uma rede complexa de ribeirões e córregos. ²²



Casas às margens do Arrudas. Avenida Teresa Cristina, 1965 — Acervo APCBH/Fundo ASCOM



Casas às margens do Arrudas — Revista Alterosa, Belo Horizonte, 01 de julho de 1959. P. 28. Acervo APCBH/Coleção Revista Alterosa



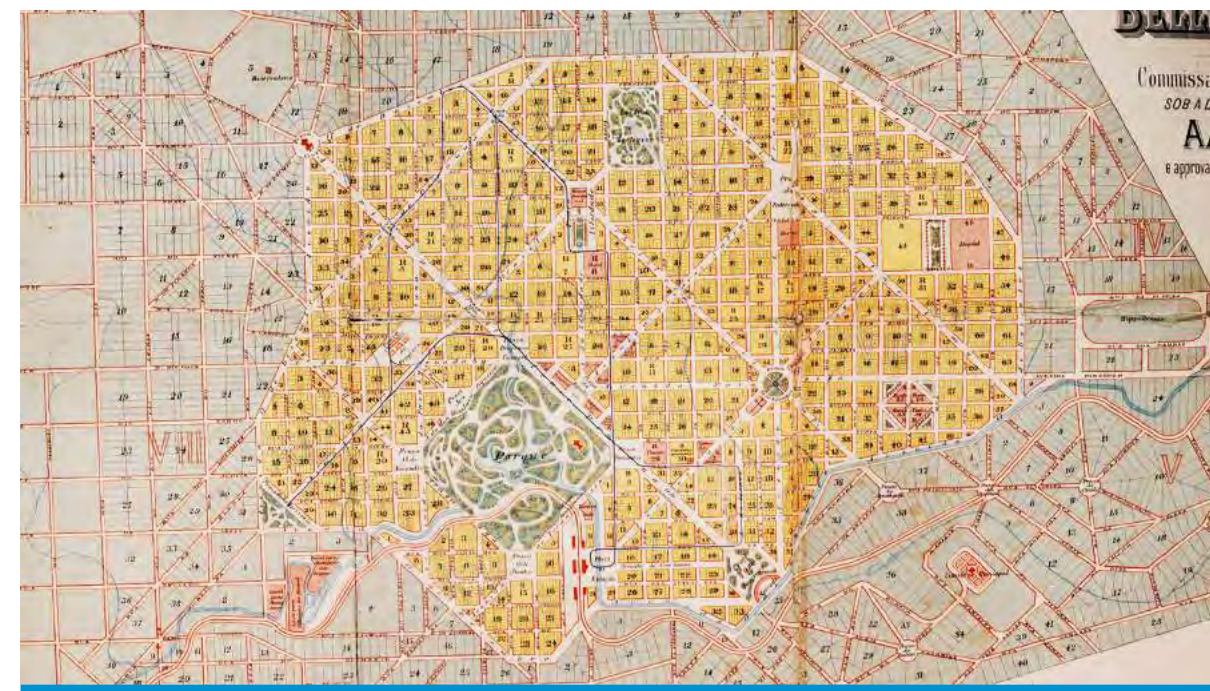
Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte — Acervo: MHAB

23 BRITO, S.de. Abastecimento de águas parte geral, tecnológica e estatística. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943. p. 234. *Apud:* FUNDAÇÃO João Pinheiro. Saneamento Básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 anos: os serviços de água e esgoto. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. p. 44

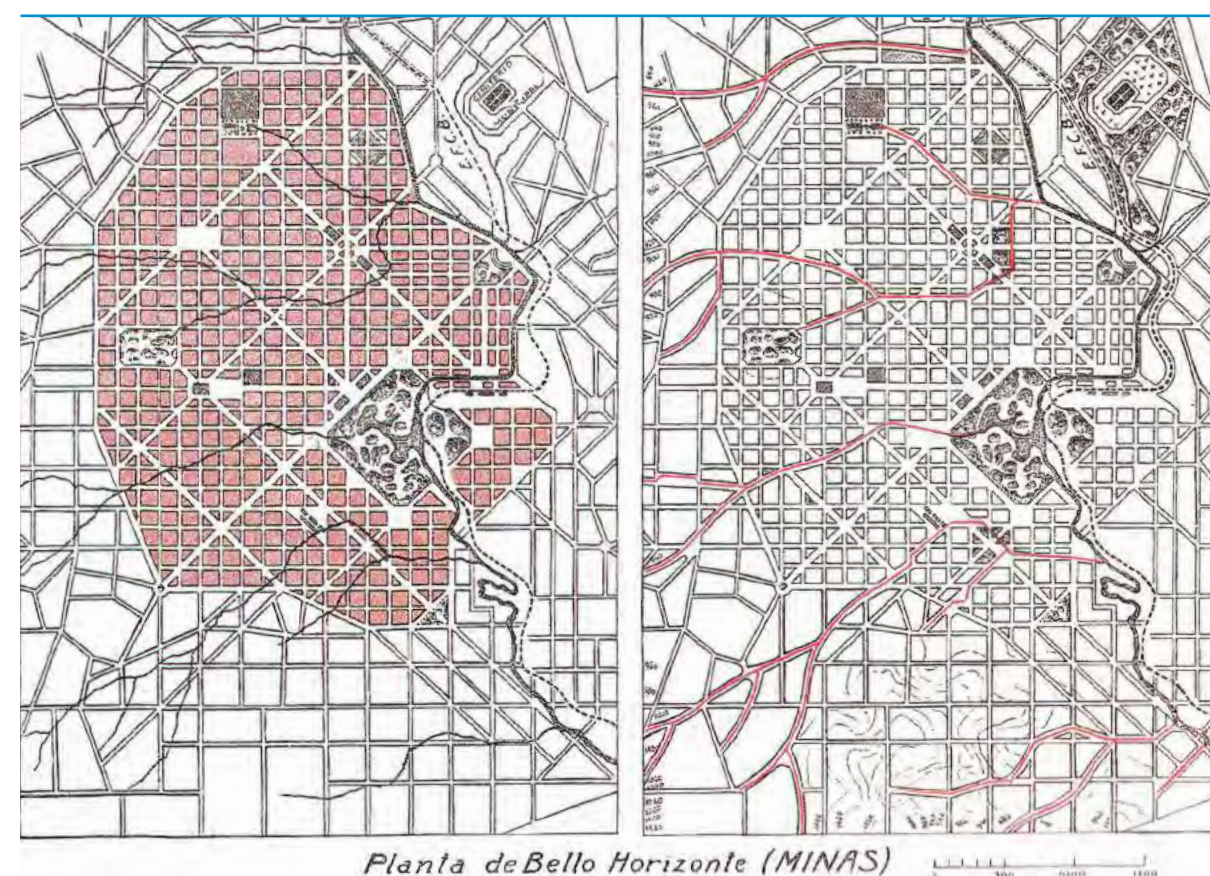
Como já vimos, os problemas com as enchentes, principalmente aquelas que acontecem na Bacia do Arrudas, provocaram grandes prejuízos na cidade ao longo de décadas. Para refletirmos sobre o tratamento dado às águas na cidade, vamos voltar ao início da trajetória da Cidade de Minas.

Ao comparar as três imagens, quais são as principais diferenças encontradas? A primeira planta é do Arraial demolido. A segunda planta foi usada como base para a construção da Cidade de Minas. Já a terceira foi elaborada por Saturnino de Brito (considerado o primeiro sanitarista do Brasil), muitos anos após a sua saída da Comissão Construtora da Nova Capital, portanto não foi aplicada na construção da cidade.

Observando as plantas é possível saber se haveria diferença em relação ao problema das enchentes na cidade se as modificações propostas por Saturnino fossem aplicadas?



Planta da Cidade de Minas- Comissão Construtora da Nova Capital — Acervo: MHAB



Proposta Saturnino de Brito para o traçado da cidade.²³

No mapa relativo às enchentes da Bacia do Arrudas vimos que nos anos de 2001-2005 o número de enchentes foi maior que nos anos de 1930-1940 e as áreas mais atingidas também não foram as mesmas. Você acredita que o planejamento da Comissão Construtora ainda afeta a cidade no que se refere a esse problema ou temos que pensar em transformações que aconteceram ao longo da história da cidade?

Leia os trechos:

Na elaboração do projeto para a Cidade de Minas a análise das águas dos córregos Acaba Mundo, Serra, Cercado e Cercadinho deram resultados satisfatórios e poderiam ser utilizadas sem “*filtragem preventiva*” devido à sua pureza.

Nesse mesmo relatório, tão elogioso em relação à água pura dos córregos, foi cogitada a utilização dos rios como depuradores das águas de esgoto, sem a necessidade de tratamento prévio, se o volume de detritos fosse até 100 vezes menor do que o rio. Na região do Curral d’El Rey, por exemplo, enquanto a população não excedesse 30.000 habitantes, o Arrudas poderia ser aproveitado para depurar o esgoto. (MESQUITA, 2013:20)

Na época da inauguração da cidade, o sistema de tratamento de esgoto não foi construído na região planejada e, devido aos preços dos lotes na região central, a cidade cresceu de fora para dentro, enquanto os serviços de infraestrutura cresceram de dentro para fora. Os detritos eram jogados diretamente no Arrudas, que passou a ser considerado um esgoto a céu aberto.

O jornal Diário da Tarde de 30 de novembro de 1967 afirma que: “Belo Horizonte é a capital com o maior número de habitantes sofrendo de doenças infecciosas intestinais,

com 90% da população atingida. As doenças de maior incidência são a gastroenterite e esquistossomose” (FJP, 1997).

É possível estabelecer um paralelo entre o período da construção da cidade e os dados de doenças infecciosas em 1967? Você acredita que a causa dessas doenças sejam totalmente explicadas pelas decisões tomadas pela Comissão Construtora da Nova Capital? A partir do conhecimento sobre as enchentes de Belo Horizonte e a grande incidência de doenças infecciosas, quais soluções poderiam ser planejadas pelos administradores da cidade?

Nessa época havia uma falta de água crônica em vários bairros da cidade e esta dificuldade em acessar água tratada também contribuía para a disseminação de doenças. Leia o trecho do relatório de prefeitos e observe a charge:

Barragem da Pampulha

Relativamente aos serviços de abastecimento d’água, a obra de maior importância que empreendemos foi a de construção da represa do rio Pampulha, na localidade do mesmo nome, a 12 quilômetros do marco 0, nas proximidades do campo de aviação.

O projeto é de autoria do engenheiro Henrique de Novais. Constituída por maciço de terra, a barragem terá todos os acessórios aconselhados para utilização da água acumulada.

Tinha sido abandonada o projeto de açudagem do ribeirão do Arrudas, por suas desfavoráveis condições do ponto de vista econômico, por força da existência de estrada de ferro e zonas de cultura no vale por ele sulcado. Na bacia do rio Pampulha, onde é possível acumular uma reserva calculada em 25.000.000 de metros cúbicos, as obras se tornam muito menos dispendiosas.

BELO HORIZONTE (MG). Relatório de 1935-1936 apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedito Valladares Ribeiro pelo Prefeito Otacílio Negrão de Lima. Imprensa Oficial de Minas Gerais. p. 54. — Acervo APCBH/Coleção Relatórios anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte.

24 A água para abastecimento de Belo Horizonte foi sendo buscada cada vez mais longe, por causa da poluição dos seus mananciais. Hoje, de acordo com a COPASA, 85% da água vêm de outras cidades e só 15%, do Cercadinho.



Charge do Prefeito Gianetti. — *Jornal Butina*, 24/12/1950, n.6, p.7.

Quem está representado na charge? Além da pessoa, quais outros elementos podem ser identificados? Qual era a situação do abastecimento de água em Belo Horizonte nesse período? A solução proposta pelo Prefeito Otacílio Negrão foi eficaz? Você conhece a Lagoa da Pampulha? A função planejada para essa Lagoa é a mesma do uso que se dá a ela hoje? Quais usos são feitos desse local? Quais outras soluções poderiam ser planejadas para solucionar o problema da falta de água na cidade? A água da sua casa é canalizada? Já parou para refletir qual é a origem dessa água?²⁴ Se na sua casa não existisse água canalizada, onde você iria buscá-la?

Quantas pessoas vemos na foto 1? Qual é o tipo de roupa que elas usam? Quais objetos destacam-se nas fotos? Onde elas estão? Qual é o tema dessa foto? Pense um título para ela.

Quantas pessoas vemos na foto 2? Quais roupas elas vestem? O que está escrito no caminhão? Qual é o tema dessa foto? Pense um título para ela.

É possível estabelecer um paralelo entre as duas imagens?

As duas fotos apresentadas fazem parte do Acervo do Arquivo Público da Cidade e foram tiradas pelo Setor de Fotografia da Prefeitura de Belo Horizonte. Portanto são fotos que registram atividades oficiais da prefeitura em duas gestões distintas: Oswaldo Pieruccetti, 1965 a 1967, e Jorge Carone Filho, 1963 a 1965.

No Arquivo Público, além dessas fotos existem várias outras que nos mostram canos, prefeitos andando sobre avenidas com córregos canalizados, caminhão pipa e obras relacionadas ao saneamento básico. Por que a municipalidade produziu tantas fotografias relacionadas ao mesmo tema? Qual era a mensagem que desejavam passar?

Foto 1



DEMAE, Rua Carangola, 500, Bairro Santo Antônio. Prefeito Oswaldo Pieruccetti, 2º da direita para a esquerda. Outubro de 1966. — *Acervo APCBH/Fundo ASCOM*

Foto 2



Caminhão de água. Departamento de Bairros Populares. Gestão Jorge Carone. — *Acervo APCBH/Fundo ASCOM*

25 MESQUITA, 2013:62



Lagoa da Pampulha, na região do Museu de Arte da Pampulha, 1954.
Acervo APCBH/ Fundo ASCOM



Autoridades à época do rompimento da barragem, 1954. — *Acervo APCBH/ Fundo ASCOM*

Você reconheceu o local retratado nas imagens? Ao fazer a leitura comparada das fotos e das cartas é possível identificar o problema?

Os retratados nas fotos são o governador Juscelino Kubistscheck, o prefeito Américo Rennê Giannetti e membros da administração pública ²⁵. Nos dias atuais você já viu imagens de autoridades em locais onde aconteceram tragédias? Você propõe alguma explicação para a difusão de imagens de autoridades nessa situação?

Uma das intenções que se destacam é a de mostrar os membros do poder público trabalhando em conjunto para resolver a situação. Apesar das transferências de responsabilidades iniciais, houve um cuidado sistemático em transmitir para a população belo-horizontina a ideia de que o governo trabalhava conjuntamente dia e noite para resolver a situação. Com isso, as discussões em torno das responsabilidades no evento foram abafadas e o rompimento da barragem foi considerado como uma fatalidade ²⁵.



Imóvel danificado pelas águas da Pampulha. — *Acervo APCBH/ Fundo da Secretaria Municipal do Tesouro*

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Pública

Raimundo Alves de Garia, brasileiro, casado, proprietário, residente nesta cidade, por seu advogado abaixo-assinado, conforme procuração anexa, quer propor contra a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a presente ação ordinária de cobrança, pelos motivos que passa a expor:

Em 20 de abril de 1954, rompeu-se a barragem da Represa da Pampulha, tendo a massa de água saída da referida represa provocado destruições e danos.

Foram atingidos pela avalanche os imóveis e plantações do suplicante, situados à rua Piracema 274, bairro do Matadouro, Vila Luzana e seu respectivo terreno, constituído dos lotes de números cinco (5), seis (6) e sete (7), da quadra nove (9), da citada Vila, conforme ficou provado nos autos de vistoria "ad perpetuam rei memoriam" realizada no local, a pedido do suplicante, e homologada por V. Excia. em sentença proferida a fls. 231, em 27 de abril de 1955, no auto de vistoria anexo.

Como a obra da Represa da Pampulha é uma obra pública municipal, e sua construção foi ordenada pelo Prefeito, sua fiscalização depende diretamente da municipalidade.

Acontece que a Prefeitura não teve para com a mesma, a atenção que se fazia necessária, não lhe dando a fiscalização que obras desta natureza exigem.

E negligenciando assim, a Prefeitura se inculpa, devendo responder pelos danos ocasiona-

dos, segundo o que preceitua o artigo 159 do Código Civil: "aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem fica obrigado a reparar o dano".

Assim, com base nos termos do artigo 159 do Código Civil e 291 e seguintes do Código de Processo Civil, quer o suplicante propor a presente ação ordinária de cobrança, a fim de que seja a Prefeitura de Belo Horizonte compelida a pagar-lhe o montante dos prejuízos causados em seus imóveis acima referidos, e que somam a importância de R\$ 23.500,00, conforme perícia realizada no local, pelo Sr. Paulo Cunha, e constante nos autos de vistoria "ad perpetuam rei memoriam", anexos, acrescido de honorários de advogados, custas da ação, pelo que, requer a V. Excia. se digne mandar citar a Prefeitura de Belo Horizonte, na pessoa de seu digno Prefeito, Sr. Celso Melo de Aguiar, para, no prazo legal, contestar a presente ação e acompanhá-la em todos seus termos, até final, pena de revelia. O suplicante produzirá prova do alegado com documentos, perícias, vistorias e outros quaisquer meios de prova em direito permitidos. Assim, dando a ação o valor de R\$ 28.000,00,

P. deferimento

Requisição nº 546
Despeza, 10 de 4 de 1956
R\$ 23.500,00

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Nas atividades anteriores buscamos discutir como a questão das águas afetou a paisagem da cidade, as decisões administrativas e a vida das pessoas. Você já imaginou como a água afeta a vida privada e até os objetos que possuímos em casa?

Para trabalharmos o tema das águas exploramos vários suportes diferentes, agora faremos uma exploração mais específica, procurando entender uma das maneiras possíveis de interpretar um objeto.

Observe as fotos de objetos do acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

Para aprofundarmos no conhecimento dos objetos vamos partir de uma descrição simples até chegarmos a uma interpretação mais sofisticada.

Bacia e Gomil utilizados com funções domésticas como lavar as mãos e o rosto.

Pia em louça branca datada de fins do século XIX, foi produzida na Inglaterra e usada na Secretaria de Viação e Obras Públicas.



Bacia e Gomil, século XIX — Acervo MHAB. Foto: Pedro Nicoli



Pia em louça branca, século XIX — Acervo MHAB. Foto: Pedro Nicoli

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

- 1 — Vamos descrever os objetos: de que material são feitos os objetos, qual é a cor, de quantas peças são compostos?
- 2 — Esses objetos eram usados em espaços privados ou públicos, residências ou instituições públicas? Qual era o cômodo provável de uso?
- 3 — São objetos sofisticados ou simples? Em qual tipo de moradia poderiam ser utilizados? Na foto da página 52 (casas às margens do Arrudas) apresentamos algumas moradias. Você acha que esses objetos poderiam ser usados naquelas moradias? Por quê?
- 4 — Qual é a função dos objetos apresentados? Você já usou algum deles? Em qual situação?
- 5 — De que época é cada um dos objetos? Em que período da cidade ele pode ter sido usado e por quê?
- 6 — Faça um desenho ou escreva um texto, destacando o que chama a sua atenção nesses objetos.

ROTEIRO
ÁREAS VERDES

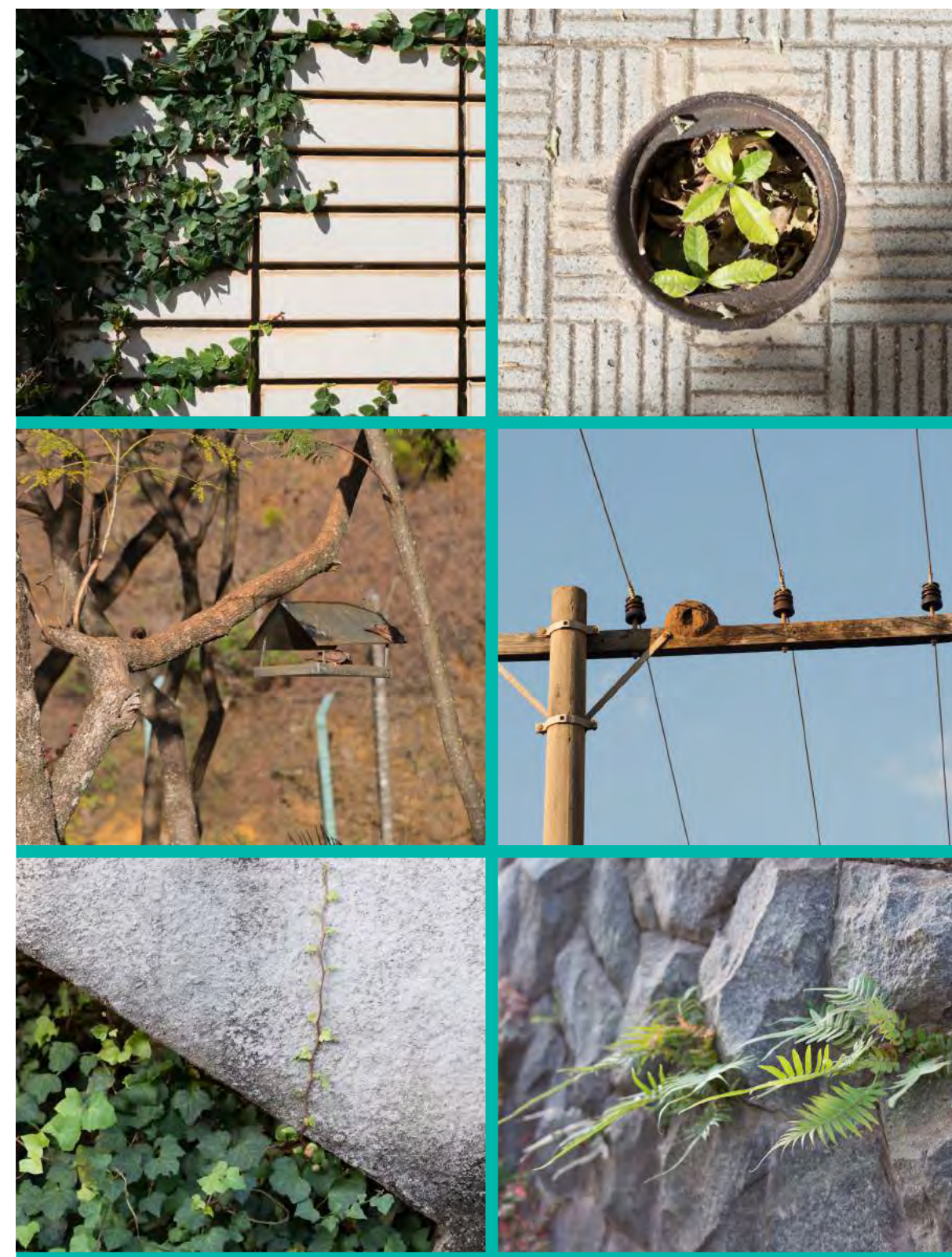
ROTEIRO ÁREAS VERDES

26 BELO HORIZONTE, 1998:5

Belo Horizonte, metrópole com mais de 2.400.000 habitantes e altamente urbanizada. Quando pensamos na paisagem da cidade nos lembramos do asfalto, dos congestionamentos, da poluição sonora, visual e do ar. Mas será que é possível ser surpreendido por essa capital? Vamos procurar nesse roteiro um caminho diferente, passearemos pela cidade observando suas áreas verdes, apreciando seus pássaros e árvores e lutando com as pessoas para que consigamos continuar usufruindo desse patrimônio natural.

ÁREAS VERDES

Espaços de propriedade pública ou particular, onde predomine qualquer forma de vegetação. Têm por função dar abrigo à fauna, proteção a mananciais, propiciar o controle de erosões, dar suporte às atividades recreativas e manter a qualidade do ar [...] ²⁶



Belo Horizonte, 2013 — Foto: Pedro Nicoli



O parque mais antigo e conhecido de Belo Horizonte é o Parque Municipal Américo Renné Gianetti. Com área total de 180.000m² e implantado no centro de Belo Horizonte, é bastante popular e utilizado para atividades distintas desde a sua fundação. O Parque Municipal foi planejado para ocupar uma área de 600.000 m² e ao longo dos anos perdeu cerca



de 2/3 da sua área para a construção de edificações consideradas necessárias para a cidade, tais como hospitais, teatros, abrigo de bondes, entre outros. Somente em 1968 a Lei nº 1.538 de 26 de setembro proibiu a construção de edificações no Parque (GÓIS, 2003).

Você frequenta o Parque Municipal ou já ouviu falar dele? Qual é a imagem que você tem desse lugar? Você acredita que ao longo do tempo houve uma mudança dos olhares e usos desse espaço?

Essa área, ao longo de seus mais de 115 anos, já foi apropriada de diversas maneiras pela população de Belo Horizonte, como lugar de namorar, passear, trabalhar, estudar, praticar esportes, se socializar e, muitas vezes, de se abrigar. O Parque Municipal já foi visto pela população como local de prazer e de risco. Nas décadas de 1940/50 o local era visto como perigoso. Segundo carta publicada em jornal:

Belo Horizonte também vem se destacando no país como a cidade dos jardins, dos parques, e das avenidas arborizadas. É por isso que a gente fica triste ao contemplar o estado de abandono em que se encontra o Parque Municipal. Grama mal tratada, canteiros defeituosos, águas imundas, etc. Há também uma infinidade de maus elementos que impossibilitam a permanência naquele local de moças e senhoras. (TERENCIO apud ANDRADE, 2008:131)

Se por um lado uns viam o perigo, por outro havia um intenso movimento de ocupação cultural do local. Homens e mulheres de diversas classes que frequentavam as aulas da Escola Livre de Artes, ministradas por Guignard e que aconteciam no Parque Municipal, diversificavam o público do local e dinamizavam o movimento cultural. As aulas ficaram famosas na cidade e muitos dos alunos formados nessa escola tornaram-se artistas reconhecidos na sua área de atuação.

Em 2003, um pesquisador observou o Parque Municipal e percebeu que as suas áreas eram utilizadas por pessoas de diversas classes sociais, mas havia uma distribuição diferenciada dos usuários no território e de acordo com os horários. Na região dos barcos e do monumento aos fundadores a frequência era de prostitutas e michês; em áreas mais próximas da Rua da Bahia o público era formado por moradores de abrigos, até às 10h o público da caminhada se destacava, ocupando a pista de *cooper*. A área dos brinquedos era ocupada pelas famílias, principalmente nos fins de semana. Alguns espaços recebiam os trabalhadores da redondeza que descansavam no horário de almoço, outros apenas passavam deslocando-se principalmente para a região dos hospitais (Idem).

Por estar no centro da cidade, o Parque Municipal torna-se uma espécie de microcosmo da cidade, onde diversas classes frequentam o mesmo espaço, mas não necessariamente comunicam-se e, muitas vezes, estranham-se.

Algumas vezes visto como local de lazer, pulmão verde da cidade, outras vezes como espaço de risco, perigo, centro da bandidagem, o Parque Municipal sempre fez parte da identidade dos belo-horizontinos e, portanto, pode ser considerado um monumento da cidade.

Cerca de 50 anos distanciam as fotos de avô e neta no Parque Municipal. Observe as fotos e reflita sobre o motivo que estimulou esse avô a levar a neta ao Parque Municipal. Será que a realidade vista pela neta em 2010 foi a mesma presenciada pelo avô em fins da década de 1940? O gesto do avô de levar sua neta em um lugar que ele frequentou indica a manutenção de um vínculo entre os dois e de cada um deles com esse espaço. Ampliando essa reflexão para a cidade, qual seria a importância da preservação do Parque para os cidadãos?

Por que é tão difícil manter as áreas verdes da cidade? Quais são os interesses envolvidos na luta pela preservação desses espaços?

Algumas áreas verdes da cidade sofrem uma pressão intensa, são ocupadas por pessoas de várias classes sociais, construtoras e mineradoras. Na capital temos vários exemplos atuais como a Serra do Curral, símbolo da cidade, a Mata do Planalto e a Mata do Isidoro.

A Mata do Isidoro, localizada no Bairro Granja Werneck, Regional Norte, tem sofrido pressão dos bairros vizinhos. O crescimento da cidade, a escassez de moradias, a alta dos preços dos imóveis, o interesse das construtoras, as invasões e a utilização do local como depósito de lixo ameaçam essa área verde. Devido a essas questões, sugeriu-se a mudança da legislação para que essa área pudesse ser loteada. ONGs e moradores da região discordaram dessa solução e estão defendendo a sua preservação (RIBEIRO, 2011:28).

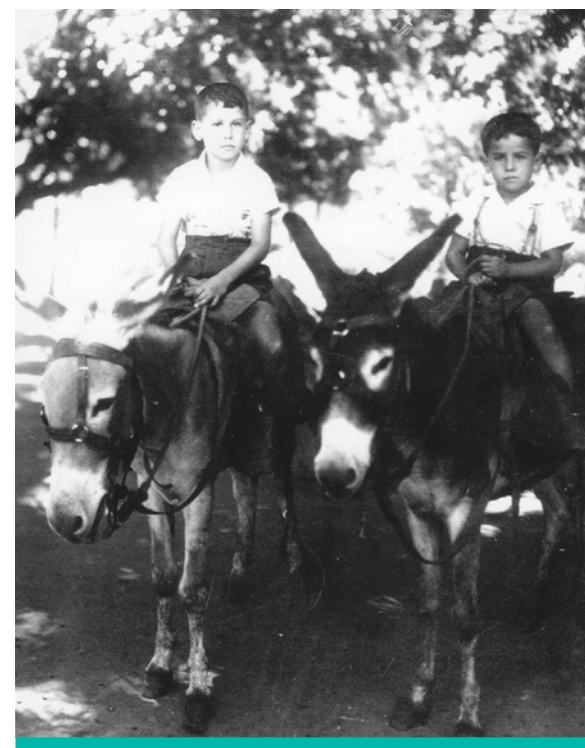


Foto do avô – final da década de 1940 — Arquivo pessoal



Foto da neta, 2010 — Arquivo pessoal

Reflita sobre os vários interesses envolvidos no problema da Mata do Isidoro: preservação ambiental, qualidade de vida da população, necessidades de moradias pela população de baixa renda, desenvolvimento da indústria da construção civil, interesses financeiros, dentre outros. Procure pensar em uma solução para essa questão.

Na década de 1980, o mesmo tipo de pressão sobre uma área verde da região da Pampulha fez nascer um movimento de moradores que culminou na criação do Parque Fazenda Lagoa do Nado e no Centro Cultural Lagoa do Nado.

A área de 300.000 m² do Parque Fazenda Lagoa do Nado fazia parte de uma chácara da família do ex-prefeito de Belo Horizonte Américo René Gianetti - o mesmo que nomeia o Parque Municipal.

julho 2013

programação gratuita

centro cultural lagoa do nado

LITERATURA

Sarau de Poesia

Em homenagem aos 21 anos do Centro Cultural Lagoa do Nado e centenário de Vinícius Moraes.

Dia 25, quinta, às 19h

ARTES CÊNICAS

Fábulas Errantes

A infância é retomada e são evocados lugares misteriosos e elementos maravilhosos que agem sobre nossos destinos, inspirado na obra dos irmãos Grimm. Projeto Pê-na-flua do Centro Cultural Galpão Cine Horta (Belo Horizonte/MG).

Local: Praça do Sol

Dias 13 e 14, sábado e domingo às 16h

Mostra de Espetáculos do Cena-Música

Manga manguelra Meu Pé de Brincadeira Associação Galpão

Conta a história de um menino que vive na cidade e acaba encontrando uma menina e um macaco na floresta. Os dois ensinam ao menino como cuidar da natureza e como usufruir dos recursos da floresta.

Dia 7, domingo, às 16h

Como a Gente Gosta

Grupo Maria Cúbia
Exilados pelo novo duque, Rosalinda e Orlando são obrigados a deixar a corte. Ela foge acompanhada de sua prima Célia e, para se proteger dos perigos da floresta, Célia se disfarça da camponesa Aliena e Rosalinda, do jovem Ganímedes.

Dia 7, domingo, às 11h

O Maior Menor Circo do Mundo

Cio Sol-Riso Circo-Teatro

O espetáculo propõe a integração entre o teatro, a arte mágica, música, coreografia e técnicas circenses, com uso de monodisco, malabares e diabolo. Apresenta um novo olhar sobre o mundo através da ótica do palhaço por meio da interação com o público, improvisações e a união entre o tradicional e moderno.

Dia 21, domingo, às 15h

ARTES VISUAIS

IV Festival das Escolas Integradas de Venda Nova

Momento de encontro dos estudantes, monitores e professores do Programa Escola Integrada nas diferentes escolas da Regional Venda Nova.

Dias 10, 11 e 12, quarta, quinta, sexta, das 8h às 11h e das 13h às 15h

Exposição Gira um Mundo na Integrada

Mostra coletiva dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas de artes e artesanato do Programa Escola Integrada da Regional Venda Nova.

Local: Espaço Multimeios Mestre Orlando
De 10 a 28, terça a domingo, das 8h às 17h

PATRIMÔNIO CULTURAL

Oficina de Capoeira de Angola

Oficina com objetivos de socializar e promover a democratização do acesso às artes e à cultura visando formar multiplicadores. Em parceria com a Fundação Internacional de Capoeira Angola, por meio do Mestre Jurandir.

Local: Galpão

Quartas e sextas, das 19h às 21h

Oficina de Capoeira de Angola Camujerê

com Mestre René Lopes

Oficina com objetivo de socializar e promover a democratização do acesso às artes e à cultura visando formar multiplicadores.

Sábados, das 9h às 12h

Troca de Vivências

Com Grupo de Plantas Millefolium

Estudos de plantas medicinais.

Dia 20, sábado, das 14h às 17h

Brinquedos e Brincadeiras pelo Programa

Arena da Cultura

Coordenação: José Júlio Faria

Confecção de brinquedos com o propósito de proporcionar contato com o universo lúdico das brincadeiras populares.

Sábados, às 15h

OFICINAS E CURSOS

Como Fazer Tiras Sem Ter Ideias

Com Luiz Felipe Garrocho

Explora os diferentes formatos de tirinha e aspectos do humor, em busca de construir ferramentas para a finalização de uma tira de humor. No final, os participantes criarão uma tira, a partir da própria experiência de vida.

Público: a partir de 11 anos (20 vagas)

Dia 7, domingo, às 10h30

Oficina de Poesia

Coordenação: Ricardo Evangelista

Para todos os interessados em poesia (Escolas: Interessadas, favor ligar para comunicar participação).

Local: galpão

Dia 24, quarta, às 14h

Yoga para Autotransformação

com Miriam Amorim, Emílio Resende

Em parceria Instituto Aravinda - Arryoga.

Local: Galpão

Dias 7 e 21, domingos, das 9h às 12h

Meditação Sahaja Yoga e Mitologia Indiana

com Pollyanna Rodrigues e Márcia Ferreira

Com o objetivo de levar aos participantes o autoconhecimento, técnicas de relaxamento e meditação, proporcionando paz, elevação da frequência da atenção e uma nova percepção da realidade. Em parceria com Centro Sahaja Yoga.

Sábados, das 9h30h às 11h

Oficina de Maracatu-BH

Conhecimentos e conceitos gerais sobre percussão, com uso de instrumentos do maracatu (caixa de guerra, alfaia, timbal, gonguê, abê e ganzá). Estudo dos ritmos (llevadas) e técnicas de cada instrumento.

Local: Teatro de Arena

Domingos, das 16h às 19h

SERVIÇOS

BIBLIOTECA

Livros, revistas, gibis. Cadastre-se apresentando documento de identidade e um comprovante de endereço.

Autor infantil do mês: a Biblioteca homenageia o "poeta das coisas simples" Mário Quintana.

Autor adulto do mês: a Biblioteca homenageia os 110 anos de nascimento de Eric Arthur Blair ou George Orwell.

Informações pelo telefone: 3277-1336.
Projeto Aki tem GIBI: espaço para leitura e empréstimo de revistas em quadrinho adulto e infantil.

Funcionamento: terças a sextas-feiras, de

28 Disponível em: <http://www.manuelzao.ufmg.br/mobilizacao/nucleos/n%C3%BAcleo-nossa-senhora-da-piedade>.

Acesso em: 04 jun. 2013

Por meio de protestos pacíficos, festas culturais e eventos esportivos, a população se apropriou do espaço e conseguiu o compromisso da prefeitura de criar o Parque Fazenda Lagoa do Nado. Nesse movimento as reivindicações eram baseadas na relação entre ambiente e cultura, criando uma identidade para a Lagoa do Nado que permanece até os dias atuais.

Ao analisarmos a história da Lagoa do Nado vimos como a mobilização social foi importante para garantir a manutenção desta área verde e a transformação dela em parque municipal. Você acha que é possível que uma mobilização como essa ocorra nos dias de hoje? A mobilização popular pelos meios virtuais atuais exerce pressão suficiente que suscite criação de políticas públicas municipais ou é necessário “plantar” o pé no local?

As fotos ao lado mostram usos diferentes da Lagoa do Nado. Como você usufrui das áreas verdes da cidade? Como garantir que a população utilize essas áreas? Pense em uma proposta que possa atrair um maior número de pessoas, sem representar riscos ambientais.

Na década de 2000, outro parque foi criado na cidade a partir de mobilização da população, o Parque Nossa Senhora da Piedade, no Bairro Aarão Reis. Os professores da Escola Municipal Hélio Pellegrino, próxima ao local, perceberam que muitos alunos faltavam às aulas por causa de diarreia. Reuniram-se com o Centro de Saúde local, a Associação de Bairros e o Projeto Manuelzão, concluindo que as doenças eram causadas pela contaminação do Córrego Nossa Senhora da Piedade. A partir dessa constatação, organizaram diferentes manifestações e pressionaram a Prefeitura que, em 2008, criou o Parque de 56.000m² 28.



Jornada Cultural do Centro Cultural Lagoa do Nado (CCLN), no Parque Fazenda Lagoa do Nado, 2012

Acervo: CCLN. Foto: Santa Rosa



Jornada Cultural do Centro Cultural Lagoa do Nado (CCLN), no Parque Fazenda Lagoa do Nado, 2012

Acervo: CCLN. Foto: Santa Rosa

29 Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15862&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0&
Acesso em 04 jun. 2013

O tema das doenças transmitidas pela água contaminada já foi trazido no roteiro águas.



Quadro equipamentos do Parque Nossa Senhora da Piedade.
www.pbh.gov.br Acesso em: 20/06/2013

O Parque, que nasceu do problema das doenças na população escolar, tornou-se um lugar de lazer e educação para a população.

Observe os símbolos que representam os equipamentos que existem no Parque Nossa Senhora da Piedade. Quais são esses equipamentos? É possível definir quem são os maiores beneficiários desse Parque? Por que eles se beneficiam? Você acha que a implantação dessa área verde trouxe alguma consequência negativa para a região? Como esse Parque pode ser usufruído? Você acha que esse Parque é um patrimônio assim como o Parque Municipal? Pense em argumentos que sirvam de defesa para sua conclusão.

Em 1995, a prefeitura de Belo Horizonte promoveu o concurso “Eleja BH” com o intuito de escolher o símbolo de Belo Horizonte. Dentre oito locais pré-selecionados para votação - Viaduto Santa Tereza, Conjunto Arquitetônico da Pampulha, Igreja da Pampulha, Praça Sete, Avenida Afonso Pena e Praça da Estação - somente a Serra do Curral era patrimônio não edificado. A população de Belo Horizonte a escolheu como símbolo da cidade.

Em 2012, foi inaugurado o Parque Serra do Curral como forma de proteção a esse patrimônio nacional tombado pelo IPHAN, criando mais um lugar de lazer e contato com a natureza em Belo Horizonte. Lugar para observar a cidade e também uma fauna diversificada onde:

foram identificadas mais de 125 espécies de aves, algumas endêmicas do Cerrado, como a campainha-azul, e outras comuns em regiões de montanhas, como águia-chilena, também encontrada na Cordilheira dos Andes. Carrapateiro, coruja-da-igreja, chorozinho-de-chapéu-preto e choca-da-mata são outras espécies encontradas ²⁹.

30 Trecho do poema “Olhe bem as montanhas”. Jornal do Brasil, 10 de julho de 1973.

A Serra do Curral é um patrimônio também bastante disputado, ocupada por mineradoras e moradias, e já teve seu contorno modificado. Se antigamente podia ser avistada de quase toda a cidade, hoje diversas edificações impedem a sua visualização.

Na década de 1980, um adesivo comum nos carros dos belo-horizontinos já alertava “Olhe bem as Montanhas”, o autor, o artista Manfredo Souzanetto, também fez outras obras sobre o mesmo tema.

Carlos Drummond de Andrade também fez o seu manifesto artístico

Olhe bem as montanhas
“Olhai as montanhas,
Olhai as montanhas, mineiros, O lugar
Como a Serra do Curral, mutilada,
Vós que não a defendeis, olhai-as enquanto vivem pois,
A golpes de tratores, vão sendo assassinadas, [...]”³⁰

Os dois artistas elaboraram um manifesto por meio de suas obras. Qual é o tema apresentado? Quais meios os dois artistas utilizam para expor seus pontos de vista? Você utilizaria alguma delas para chamar atenção para a Serra do Curral? Considerando que o perfil da Serra sofreu

modificações advindas da mineração, ocupação da população de baixa e alta renda, você é a favor ou contra a proteção dela? Se você fosse um artista, como expressaria a sua posição?

Nos casos tratados evidencia-se que a preservação do patrimônio envolve tensões, lutas, conflitos, organização, mobilização, participação e envolvimento. Não é algo oferecido pelo poder público. É preciso que a população seja protagonista e participe ativamente da luta pelo direito ao patrimônio.



O Lugar da Ausência, 1980 Artista: Manfredo de Souzanetto — Acervo: Museu de Arte da Pampulha. Foto: Miguel Aun

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO



Trilha da Serra do Curral, 2012 — Acervo Fundação
Parques Municipais (FPM). Foto: Ernesto Lemes



Parque Jacques Costeau, 2013 — Acervo FPM.
Foto: Santa Rosa



Parque Nossa Senhora da Piedade, 2013
Acervo: FPM



Parque das Mangabeiras, 2010
Acervo: FPM



Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego
Acervo: APCBH/ Fundo ASCOM

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO³¹

31 Atividade inspirada no projeto
“Paisagem de BH: uma descoberta”
da Diretoria de Patrimônio Cultural

Visitar os parques da cidade é uma forma de lazer bastante difundida. Alguns parques são usados por população de várias partes da cidade, como o Parque Municipal e o Parque das Mangabeiras. Outros usufruídos pela população regional são o Parque Roberto Burle Marx ou o Parque Fazenda Lagoa do Nado. Além de lugar para contemplação, esses locais são utilizados para o esporte, atividades de educação ambiental e atividades culturais. São lugares preferenciais para o desenvolvimento de manifestações artísticas públicas como as atividades desenvolvidas no Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua (FIT), concertos no Parque e outras.

Nesta proposta de atividade trataremos de olhar com mais atenção os nossos parques e os usos que as pessoas fazem deles.

— Você conhece algum parque da cidade? Na sua visita a esse espaço o que mais lhe chamou atenção no ambiente? Pelo que você se lembra, o que as pessoas fazem nesse local?

Faça um mapa do local a partir de sua memória. Lembre-se de incluir todos os detalhes de que você se lembra. Se por acaso você nunca foi a nenhum parque de Belo Horizonte, pense em um que você gostaria de ir e faça um mapa de acordo com as suas expectativas.

— Organize uma visita ao local. Desenvolva pesquisa anterior para saber informações básicas sobre o parque que vai visitar. Leve caderno para anotações e, se possível, máquina fotográfica e gravador. Observe tudo com atenção, faça desenhos no seu caderno de campo, perceba os usos que as pessoas fazem do local, a oferta de serviços, a manutenção do local. Se os usuários do parque permitirem, grave pequenas entrevistas com eles, destacando as relações que estabelecem com aquele local e o que gostariam que existisse nele. Não se esqueça de anotar dados pessoais do seu entrevistado (ex.: nome, profissão, idade).

O mapa que você fez inicialmente, a partir das suas lembranças, corresponde àquilo que você viu na visita? Se houver diferença, reflita sobre os motivos delas.

— Elabore um novo mapa, agora colocando tudo aquilo que você acha que faria daquele parque um lugar ideal. Quais seriam as melhorias possíveis? O que as pessoas gostariam que existisse no espaço? Quando fizer suas propostas, lembre-se de que o parque é de uso coletivo e, portanto, as melhorias têm que atender a todos os usuários.

— Se possível, reúna suas propostas com as de outras pessoas, elabore um dossiê e envie para a Regional Administrativa da qual o parque observado faz parte. Outra forma de dar visibilidade às ideias apresentadas a partir das observações é enviá-las à associação de bairros. Quem sabe algumas dessas ideias possam ser transformadas em propostas de interesse da população e venham a ser atendidas pelos órgãos gestores?

ROTEIRO
LAZER

ROTEIRO LAZER



32 Para saber mais sobre os cafés no início da capital veja: SILVEIRA (1995).

As pessoas vivem bem em uma cidade quando podem ter acesso ao trabalho, moradia digna, educação ampla, deslocamento seguro e ágil. Mas, para além dessas necessidades básicas, o “direito à cidade” também é exercido quando temos acesso ao lazer. Neste roteiro abordaremos algumas características do lazer em Belo Horizonte, por meio da discussão sobre a maneira como as pessoas apropriam-se de espaços públicos e privados para garantir o seu direito à diversão.

A jovem capital, planejada para ser moderna, tinha nos cafés, espalhados pela região urbana, cenários de lazer, discussões políticas, fortalecimento de vínculos de amizades e descobertas amorosas. Os cafés eram considerados símbolos de modernidade e quanto mais semelhante aos modelos europeus, mais próximos estariam da civilização ³².

O Café Bar do Ponto é um desses estabelecimentos que fizeram parte do cotidiano dos moradores e mantiveram-se como referência da memória da cidade. O proprietário desse café já tinha experiência no negócio, pois possuía casas semelhantes em Ouro Preto.

O estabelecimento, instalado na Avenida Afonso Pena, na esquina com Rua da Bahia, local no qual se concentrava o comércio mais refinado da cidade, rapidamente tornou-se ponto de encontro da população que circulava por essa região. O Bar do Ponto localizava-se no centro viário da capital e, por isso, recebia uma freguesia mais diversificada que outras casas comerciais.

Segundo Pedro Nava

A freguesia habitual do cafezinho e da conversa. A especial mais demorada, das cervejadas ostensivas ou da cachacinha pudicamente tomada em xícaras, para não escandalizar a Família Mineira passando na porta. [...] O café chamado Bar do Ponto estava para Belo Horizonte como a Brahma para o Rio. Servia de referência. No Bar do Ponto. Em frente ao Bar do Ponto. Na Esquina do Bar do Ponto. Encontros de amigos, encontros de obrigação [...] a designação Bar do Ponto excedeu-se psicologicamente e passou a compreender todo um pequeno bairro não oficial, mas oficioso (NAVA apud ARAÚJO, 1996:196).

Descreva as pessoas que aparecem na foto do interior do Bar do Ponto. A imagem condiz com a afirmativa de que era um lugar onde circulava um público mais diversificado?



Café e Bar do Ponto, década de 1940 — Acervo: MHAB

UM JUSTO MOTIVO DE VAIDADE PARA OS MINEIROS

AS REALIZAÇÕES DA EMPREZA CINE-TEATRAL LTDA. VALEM POR UM ÍNDICE DA CAPACIDADE REALIZADORA DA GENTE DE MINAS — CINEMAS QUE HONRARIAM OS MAIS ADIANTADOS CENTROS DE CIVILIZAÇÃO DO PAÍS — NOVAS CASAS SERÃO ABERTAS AO PÚBLICO



O antecessor, edifício do Cine-Teatro Brasil

Nunca é demais lembrar o trabalho que a Empresa Cine-Teatral Ltda. vem realizando em prol do progresso local, principalmente agora que toda a cidade se agita na ansiosa expectativa da abertura de mais uma luxuosa casa exibidora, cuja construção está sendo terminada na Rua da Baía, no local que anteriormente se destinava ao Teatro Municipal.

Ao que estamos seguramente informados, essa nova casa exibidora que a Cine-Teatral entregará ao público em futuro muito próximo, constituirá um verdadeiro monumento erguido ao conforto, ao bem estar e à satisfação do público amante de cinema na Capital. Nada menos de quatro mil metros de reis estão sendo invertidos ali pela benemerita organização cinematográfica mineira. Seu equipamento sonoro e instalações elétricas, representando a última palavra do que se tem construído no mundo, pode ser equiparado aos melhores cinemas americanos. Todas as suas poltronas são estofadas e do máximo conforto, permitindo ao seus frequentadores uma comodidade sem par. Sua decoração e demais instalações obedecem ao mesmo critério de conforto, bom gosto e arte, dando ao seu recinto um todo de distinção que até agora só foi obtido em poucos cinemas no país.

Bom faz os assistem, pois, ao belo-riozinho que está ansioso por mais essa gigantesca realização da Cine-Teatral.

Mas não é só. Mais duas casas, amplas e modernas, serão levantadas aqui pela mesma organização que já nos deu o máximo que poderíamos esperar em matéria de bons cinemas. E o público que acompanha de perto todo esse esforço, todo esse dinamismo e toda essa dedicação da Cine-Teatral pelo meio cine-

matográfico mineiro, estará ciente, quando procuramos fixar o mérito dos homens que a dirigem.

Juventino Dias, Antonio Mourão Guimarães, Aníelo Anastasia, Sebastião de Lima e Manoel Guimarães são os homens a quem Belo Horizonte deve render o seu mais sincero preito de gratidão, pelo inestimável serviço que eles estão prestando ao seu progresso, elevando-a a um dos mercados de maior importância no mundo cinematográfico do país.

Como se não bastassem tudo que já fizeram, tal como o levantamento do majestoso Cine Brasil, os melhoramentos introduzidos no Cine Glória, duas casas honradoras de primeira ordem; a construção do Cinema América e do Cine Democrata, assim como do Cine Teatro São Carlos, casas que vêm prestando inestimável serviço à classe média; as amplas reformas no Cinema Floresta; a melhoria sempre crescente da sua programação de películas selecionadas; enfim, como se não bastassem todos esses esforços que exigiram enormes dispendios financeiros, a Cine-Teatral, merecedora do ideal que anima aos seus ilustres diretores, continua trabalhando pela cidade, melhorando ainda mais o já elevado padrão de suas casas exibidoras, proporcionando ao nosso público um conforto que só pode ser encontrado nos maiores mercados cinematográficos do Brasil.

A Metro Goldwyn Mayer, a Nova Universal, a Paramount, a Warner Bros., a R. K. O. Radio, a Fox, a United e outras grandes empresas distribuidoras de filmes americanos, estamos certos, concordarão plenamente com a justiça do nosso registro, reconhecendo que somente após o advento da Empresa Cine-Teatral Ltda., sob a direção de homens da envergadura dos que apontamos acima, puderam elas encontrar aqui um mercado à altura de sua produção, pelo levantamento sempre crescente que essa organização pode produzir no índice de frequência dos nossos cinemas, merecedor de todo esse gigantesco trabalho construtor.

E com a próxima inauguração do monumental cinema da Rua da Baía, suprema realização de uma empresa totalmente dedicada ao progresso da cidade, esses grandes distribuidores de filmes terão ocasião de verificar que Belo Horizonte se inscreveu, de modo definitivo, entre os mais importantes mercados do país pela alta expressão de conforto, bem estar e distinção de suas grandes casas exibidoras.

Ao iniciarmos a Ano Novo, não poderíamos desejar mais fagueiras perspectivas ao nosso mundo cinematográfico, como essas que nos são proporcionadas pelo permanente esforço da Empresa Cine-Teatral Ltda. em bem servir ao público da Capital.

LEIAM

“JORNAL DO POVO”

O grande paladino das aspirações da Zona da Mata

86

comercial e tornou-se referência para toda a microrregião no seu entorno. Você conhece algum estabelecimento comercial que se tornou referência no espaço urbano? Reflita sobre algumas características que fazem com que um estabelecimento comercial transforme-se em referência de lazer e sociabilidade para uma população.

A inauguração de cinemas na capital também aproximava Belo Horizonte da tão sonhada modernidade e simbolizava uma vida cultural mais agitada. Os cinemas de ruas espalharam-se pela cidade e vários bairros podiam contar com essa diversão. O cinema “convida a população a sair de suas casas, a conviver com o outro, a ver, ser visto, manifestar e participar de algo que não está apenas na esfera do privado” (MACHADO, 2005:34).

Em 1932, um dos grandes cinemas de Belo Horizonte foi inaugurado. O Cine-Theatro Brasil, edificado em plena Praça Sete, reunia em um só lugar espaços para grandes espetáculos dramáticos, musicais e sala de cinema. Era o maior cinema de Belo Horizonte e modificou a paisagem da Avenida Afonso Pena. A sua localização, no centro de Belo Horizonte, onde se encontravam os bondes vindos de diferentes partes da cidade, possibilitava uma frequência de espectadores vindos de diversos bairros, tornando-se referência para moradores que viviam além dos limites da Avenida do Contorno.

A moça mineira não é mais a matutinha que se distinguia pelo seu guarda-chuva debaixo do braço e pelo andar miúdo e originalíssimo. O cinema fê-la elegante como a norte-americana e fina como a francesa. O velho tipo de menina nascida em Santa-Bárbara ou em qualquer outro recanto do Estado desapareceu inteiramente para dar lugar a ‘girl’, modelada pelo figurino de Mary Picford. [...] O namoro de outrora foi substituído, com vantagens, pelo ‘flerte’ atual... ama-se hoje mais intensamente, mais movimentadamente. Se perdemos os tipos românticos do século passado, em compensação ganhamos terrenos nos decotes (AVANTE apud MACHADO, 2005:65).

Ao ler os trechos das reportagens e a foto que ilustra uma delas, é possível confirmar a afirmação de que o cinema se tornou um símbolo da modernidade, abria “possibilidades de se vislumbrar um futuro repleto de novidades” ³³. Pense nas reportagens acima e na foto e descreva quais são as características modernas do Cine Brasil. Você acredita que as novidades trazidas pelo cinema eram bem aceitas por toda a população? Será que houve alguma resistência?

No trecho de Pedro Nava podemos identificar os usos que a freguesia fazia do café? Segundo o autor, o Bar do Ponto deixou de nomear apenas o estabelecimento

32 BRAGA, Ataídes; LEITE, Fábio.
O Fim das coisas. Belo Horizonte:
PBH/SMCBH, 1995

Os clubes em Belo Horizonte também eram espaços de lazer e sociabilidade bastante apreciados pela população. Afinal, uma cidade construída para ser higiênica e saudável também necessitava de uma população que a representasse. Os clubes eram vistos como locais ideais para o aperfeiçoamento dos corpos.

Belo Horizonte, cidade moderna, em todos os magníficos aspectos de sua vida, tinha forçosamente que ser desportiva, preparando o vigor e a força física da sua juventude com o mesmo entusiasmo com que cuida do seu desenvolvimento e progresso espiritual (REVISTA ALTEROSA, 1942).

Como as notícias descrevem o Minas Tênis Clube? Quais são as características positivas destacadas? Qual tipo de lazer poderia ser vivenciado nesse local? A reportagem fala de “raças” que teriam seus corpos aperfeiçoados. Quais seriam essas “raças”?

O Minas Tênis Clube foi “uma obra idealizada inicialmente como espaço público de lazer, construído com o dinheiro público, passou a atender interesses particulares de um grupo que desejava construir ali um clube fechado para os seus associados” (RODRIGUES, 1996:66). O mesmo aconteceu com o Iate Tênis Clube.



Minas Tênis Clube com festa noturna, 1942 — Acervo: MHAB



O apoio que o governo mineiro vem prestando à cultura física no Estado, representa, para a geração que se está formando, nos campos de esporte, uma grandiosa obra de eugenia e civilização.

O “Minas Tênis Club”, construído pelo governo realizador do Sr. Benedito Valadares, ultrapassou a expectativa dos próprios otimistas, e constitui hoje, sem nenhum favor — tal o seu moderno e completo aparelhamento, — uma das mais notáveis praças de esporte da América do Sul.

Tendo na sua presidência a figura dinâmica do major Ernesto Dorneles, o “Minas Tênis Club” vem cumprindo, com rara eficiência, a sua alta e nobre finalidade de formar a geração forte de amanhã.

Os mineiros, porque sentem verdadeiro e legítimo orgulho de sua magnífica escola de cultura física, nunca se esquecerão de que devem essa estupenda realização ao patriótico governo do Sr. Benedito Valadares.

Revista Alterosa, número 01. 1939 — Acervo: APCBH/ Coleção Revista Alterosa

34 BELO HORIZONTE, 2013

O conjunto arquitetônico da Pampulha foi planejado, na década de 1940, para ser um centro de lazer da população de Belo Horizonte. O conjunto, formado pelo então Iate Golfe Clube, Casa do Baile, Cassino da Pampulha e Igreja de São Francisco, possibilitaria lazer noturno e diurno às margens da represa da Pampulha.

Na década de 1940, os bailes e casas dançantes agitavam a pacata cidade. Na Pampulha, também foi construído um local propício para essa diversão:

PAMPULHA

O Cassino da Pampulha, construído para ser ponto de encontro da alta sociedade da época, funcionou de 1943 a 1946, quando o jogo foi proibido no País. Em 1957, passou a abrigar o Museu de Arte da Pampulha. O Iate Golf Club, construído para ser um clube público, leiloado em 1961, teve seu nome alterado para Iate Tênis Clube e, desde então, o projeto original de Niemeyer sofreu diversas modificações. A Igreja de São Francisco de Assis, considerada pela Igreja Católica muito ousada na sua época, só foi consagrada em 1959, ou seja, 14 anos depois das obras concluídas. A vocação da Pampulha como local de lazer e esportes intensificou-se após a construção do Jardim Zoológico, Parque Ecológico da Pampulha, Mineirão, Mineirinho, Parque Guanabara e diversos outros clubes privados. Os esportes náuticos não são mais possíveis na Lagoa da Pampulha, mas a população utiliza a sua margem para andar de bicicleta, fazer caminhadas, patinar e correr.

Restaurante dançante, a Casa do Baile foi idealizada como um espaço de diversão de cunho mais popular, contrapondo toda a sofisticação do então cassino da Pampulha. Comum eram as travessias de barco de um lado para o outro, em noites que acabavam em descontração e dança. Eram comuns as festas, os bailes e também os encontros para assistir às competições de remo na Casa ³⁴.

Quais são as qualidades da Casa do Baile destacadas pelo anunciante? Considerando que na década de 1940 a Pampulha era um local distante das áreas mais populosas da cidade, você acha que essas características destacadas seriam suficientes para que a população se deslocasse até o local?



Propaganda Casa do Baile, Revista Belo Horizonte, janeiro de 1945
Acervo: APCBH/ Coleção Revistas



Propaganda da Pampulha, Revista Belo Horizonte, setembro de 1944
Acervo: APCBH/ Coleção Revistas

As três fotos foram tiradas com uma diferença de 40 anos e mostram a Casa do Baile em situações completamente diferentes. Por que um espaço referencial da cidade sofreu um abandono tão expressivo? Quais são as atitudes necessárias para que isso não se repita em outros locais?

Em 2002, após uma restauração, as portas da Casa do Baile foram reabertas com o novo uso de Centro de Referência de Urbanismo, Arquitetura e Design.



O grande baile das debutantes mineiras — Revista Sombra, 1951



Casa do Baile, década de 1980 — Foto: Ricardo Lana

As praças são equipamentos públicos de lazer apropriados de maneiras diversas pela população. Praticar esportes, brincar, namorar, conversar, ler, manifestar, ouvir música, apreciar peças teatrais são apenas algumas das possibilidades de os sujeitos viverem o espaço público por meio das praças.

Os parques, que são espaços de lazer amplamente usufruídos, foram abordados no roteiro áreas verdes.

A Praça Jerimum, localizada nas proximidades da Vila Independência, Regional Barreiro, foi construída a partir do programa “Se essa praça fosse minha”, que pretendia criar espaços públicos de lazer e convivência ao ar livre por meio de metodologia de participação comunitária.

Analise as fotos e pense: quais são as principais características dessa praça? Para qual público ela foi planejada? Como os usuários apropriam-se desse espaço? Qual é o estado de conservação do local?

Nos Anais das II Conferências Municipais de Políticas Urbanas, 2001-2002, uma das sugestões foi “ampliar a oferta de espaços que favoreçam o encontro e o lazer das pessoas fora da área central, em especial em periferias, vilas, favelas, assegurando a manutenção dos existentes e aproveitando áreas públicas de interesse ambiental” (CMPU, 2003:284).

Você acha que o modelo da Praça Jerimum atende a essa demanda? Reflita sobre o que seria uma praça ideal. Quais seriam as características dela?



Praça Jerimum, 2013 — Foto: Pedro Nicoli



Mercado Municipal (atual Mercado Central) — Acervo: APCBH/ Fundo ASCOM



Mercado Municipal — Acervo: APCBH/ Fundo ASCOM

Outras formas de lazer em Belo Horizonte são fazer compras, conversar com os amigos e frequentar bares. O lugar tradicional que reúne essas três possibilidades é o Mercado Central. Inaugurado em 1929, como equipamento da prefeitura de Belo Horizonte, foi planejado com o objetivo de centralizar o abastecimento da cidade e estimular a ocupação da região central.

No início, o Mercado era frequentado pela classe trabalhadora, por empregadas domésticas e por operários. O chão de terra batida e a falta de cobertura davam ao Mercado um ar de feira livre. Na década de 1960, a prefeitura enfrentou uma crise: como o Mercado já havia perdido a sua função de principal centro de abastecimento da cidade, a proposta foi privatizá-lo. A cooperativa de ocupantes do Mercado conseguiu adquiri-lo e aos poucos executou a reforma que deu ao centro de compras a sua imagem atual.

Sacola em cima do balcão do bar do Zé, cachaça brilhando no copo, cerveja esperando. O papo era o mesmo, em 1935 como em 1968. Os amigos eram os mesmos [...]. “Pé de porco”, torresmo, pimentão, tudo ajudava o boêmio a “sacrificar” mais uma pinga ou uma cervejinha gelada. À tarde, o boêmio comprava seus legumes, hortaliças e frutas e voltava tranquilo para casa. Sacola de boêmio nunca foi sacola: era “habeas-corpus”. Sim... o velho mercado foi sempre, antes de tudo, uma boa desculpa (LUZ apud FILGUEIRAS, 2006:58).

Hoje, o Mercado Central é conhecido como um centro de lazer, compras e turismo. O local onde as várias Minas Gerais se encontram na capital, seja na enorme gama de produtos típicos do estado que lá são encontradas, seja nas próprias pessoas que o frequentam, já que é ponto de encontro de migrantes que vieram do interior do estado.

Você conhece o Mercado Central? O que é possível fazer nesse local?
Quais são as características do Mercado que o tornam tão popular?

O Mercado, que inicialmente tinha a função de abastecimento, e quase fechou as portas, conseguiu sobreviver aos supermercados e tornar-se referência simbólica na cidade. Como será que essa mudança aconteceu? Tomando como base o trecho acima, de uma crônica, as fotos do local e o seu conhecimento prévio, reflita sobre as características que possibilitaram esse novo olhar em relação a esse local.

35 Disponível em: <http://www.minasshopping.com.br/shopping.asp>.
Acesso em: 12 jun. 2013

Hoje, o lazer é também compreendido como entretenimento, possibilitando oportunidades de negócios e de renda. Os *shoppings centers* se tornam símbolo da relação de aproximação entre lazer e mercado.

O Empreendimento [Minas Shopping] é composto por mais de 300 lojas de diversos segmentos, sendo oito âncoras, várias opções de lazer, serviços, além da conveniência de ter ao lado um Hipermercado Extra [...] Aqui você encontra games, espaço para a criançada se divertir, carrinhos para passear com os bebês, fraldário e muito mais. O estacionamento do Minas Shopping conta com mais de 3 mil vagas rotativas para você poder aproveitar sua estadia com muito mais comodidade e segurança 35.

Você frequenta *shoppings*? Qual é o público que vai a esses lugares? Quais são as características que atraem as pessoas para esses ambientes? A ampliação do número de *shoppings* em Belo Horizonte pode nos ajudar a solucionar a escassez de espaços para o lazer? Construa argumentos que sustentem as suas ideias.

Neste roteiro trabalhamos com o lazer na cidade, entendendo que este pode ser entendido no viés econômico, mas principalmente como um direito social. No próximo roteiro, discutiremos como a nossa cidade e seus cidadãos têm tratado do direito à memória.

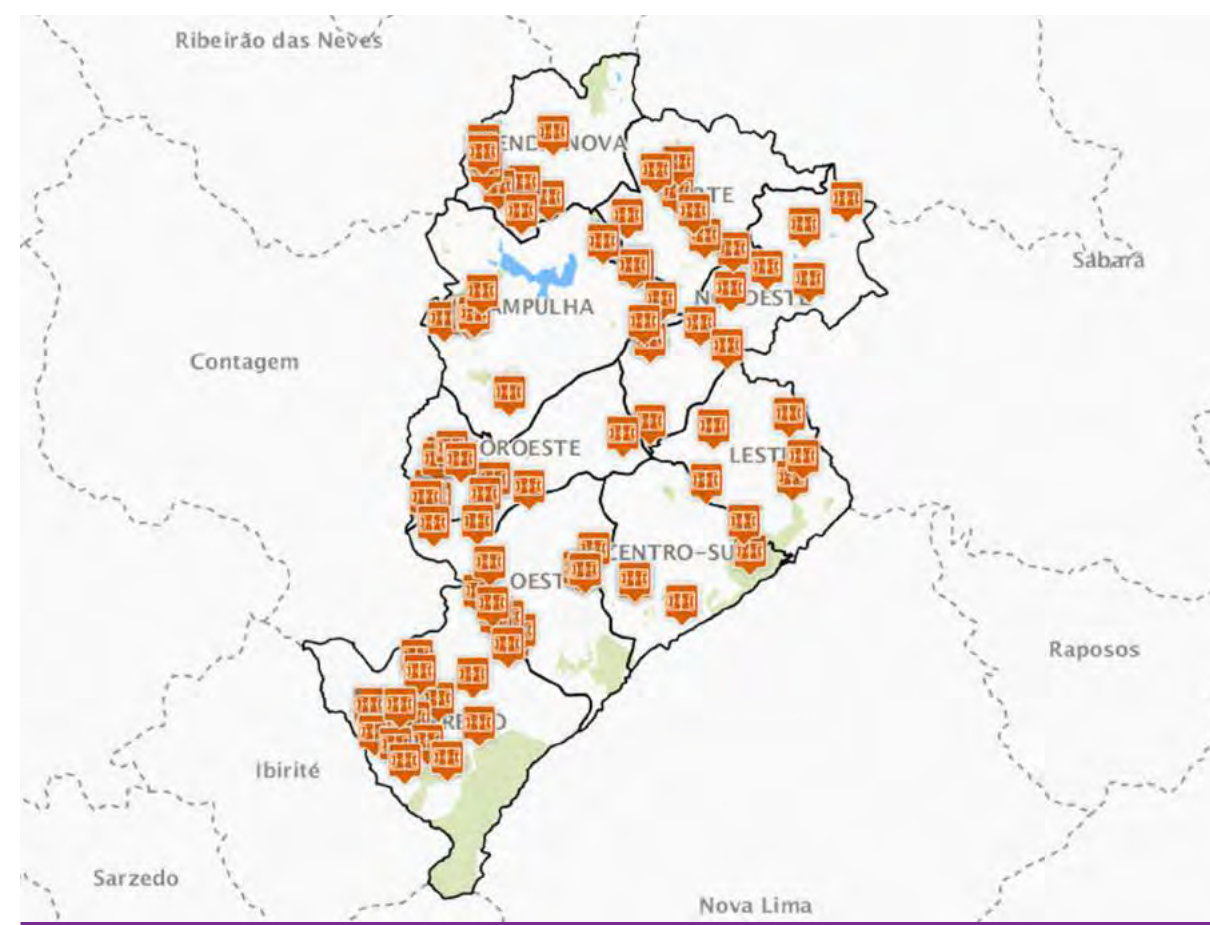


Mercado Central. 2013 — Foto: Pedro Nicoli

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

OBSERVE O MAPA:

- Quais são as Regionais Administrativas apresentadas no mapa?
- Todas elas possuem campo de futebol?
- Existe uma concentração desses campos em alguma regional?
- Temos um número médio de 10 campos por regional. Você acha esse número suficiente? Por quê?
- Qual população usufrui desses campos?
- Escolha um dos campos de futebol e faça uma visita. Está em bom estado de conservação? Se não, quem controla o acesso? Por quê? Esse campo atende às necessidades da população do entorno? Se não, quais medidas são necessárias para que a população possa ser atendida? Quais atividades a população desenvolve nesse espaço?
- Você considera importante a manutenção de campos de futebol na cidade pelo poder público? Por quê?



Campos de futebol - número total 89 — Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/mapainterativo.html>. Acesso em: 01 ago. 2013.

ROTEIRO
MEMÓRIA
CONSTRUÍDA

ROTEIRO MEMÓRIA CONSTRUÍDA



35 MENESES, 2000

36 A urna continha jornais do dia, cartas de alunas que venceram um concurso com o tema “Uma carta para um amigo do futuro, livros de história da cidade, orçamento de 1997, dentre outros

Nesse roteiro procuraremos compreender por quais meios a memória social da nossa cidade é construída, ajudando a criar identidades, relações e possibilitando a ligação de uma geração à outra. Segundo Ulpiano Meneses:

A identidade e a memória garantem a produção e reprodução da vida social, psíquica e biológica. Dão suporte a um eixo de atribuição de sentidos sem o qual a vida se fragmentaria num permanente salto no escuro ³⁵.

No centenário da cidade, em 1997, uma urna foi enterrada no Parque Municipal, próximo ao monumento dos fundadores. A urna só poderá ser aberta em 2097.

O que você acha que estava na urna enterrada no Parque Municipal? Será que os objetos e documentos realmente vão ajudar as pessoas do futuro a entenderem como era a cidade no seu centenário? Se você fosse fazer uma urna como essa, quais documentos colocaria? ³⁶

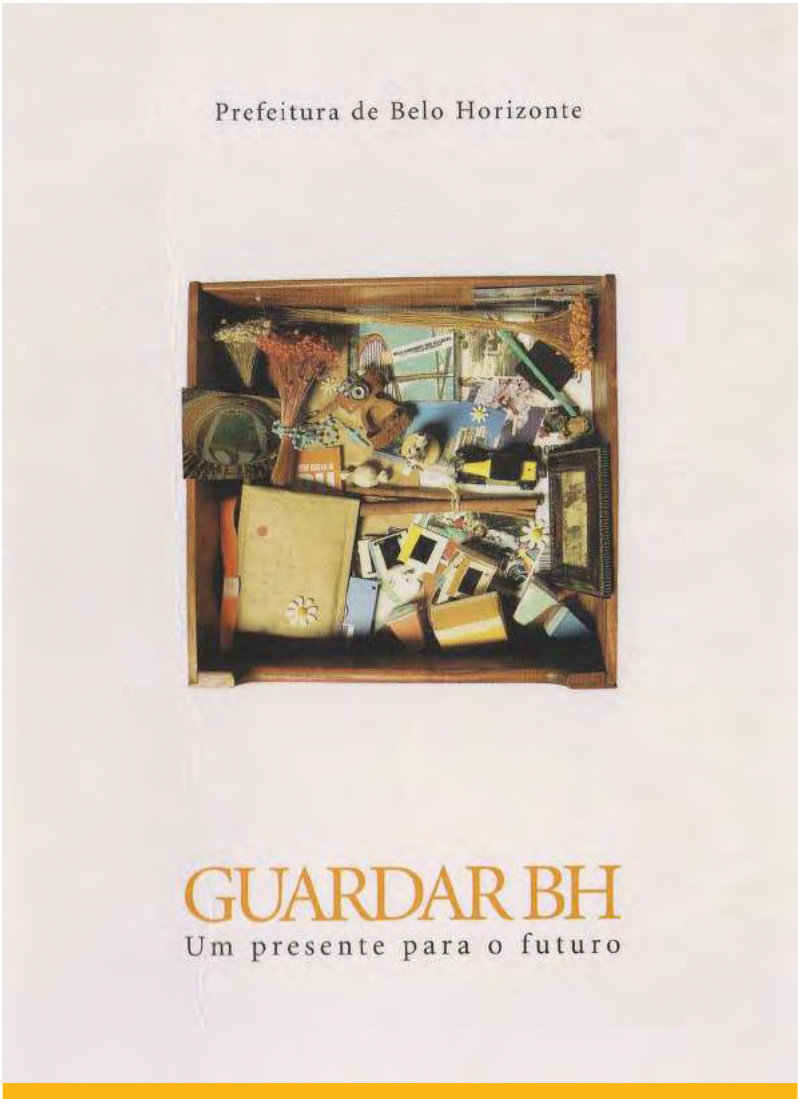
A prefeitura mobilizou a população com uma grande campanha chamada *Guardar BH: um presente para o futuro*. O resultado dessa campanha veio por meio da publicação de um livro com depoimentos.

O livro *Guardar BH: um presente para o futuro* é composto de pequenos depoimentos de moradores sobre a cidade. A campanha propunha a reflexão sobre aquilo que gostaríamos que as pessoas do futuro conhecessem.

Nos depoimentos, destacam-se a Serra do Curral, a Praça da Liberdade, o elogio aos moradores, o pôr do sol, a culinária, dentre outros. Quase todos os depoimentos apresentam referências da Regional Centro-Sul. As referências que não são da região central aparecem muito pouco, com exceção da Pampulha.

Por que a prefeitura de Belo Horizonte se propôs a fazer essa campanha? É possível selecionar no presente aquilo que será lembrado no futuro? Por que, apesar de todos os conflitos, dificuldades e violência que vivemos na cidade, eles pouco aparecem nesse livro? Mas quais memórias a cidade guarda de si mesma? Ou quais memórias da cidade são escolhidas para serem lembradas?

Os monumentos são elementos materiais inseridos na paisagem da cidade com o objetivo de fazer lembrar, advertir, manter vivo na memória algum acontecimento ou indivíduo.



Livro - Guardar BH: um presente para o futuro. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte, 2003

Eles podem estabelecer uma relação menos utilitária com o espaço da cidade e trazer referências simbólicas para os indivíduos. Alguns bens materiais não são construídos para se tornar monumentos, mas podem ganhar esse valor.

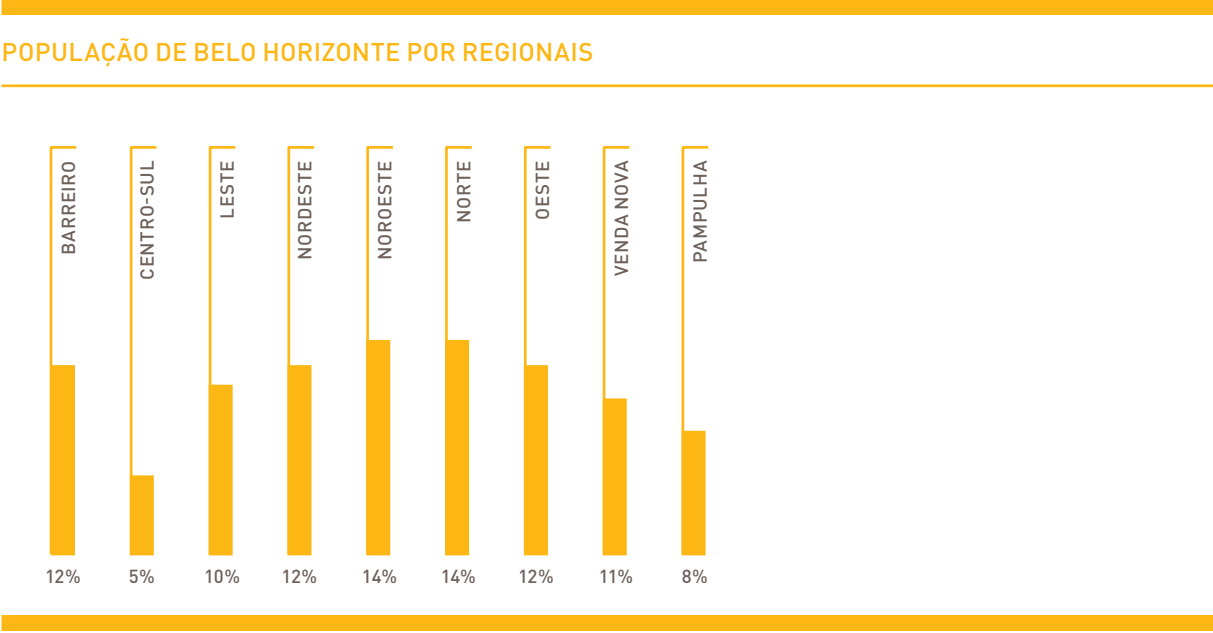
Belo Horizonte tem cerca de 200 monumentos no espaço público, alguns construídos por particulares e empresas, mas a maior parte deles foi planejada pelo poder público. As obras, espalhadas pela cidade, muitas vezes passam despercebidas pelos transeuntes e por isso perdem

a sua função de rememoração. Assim como as placas de ruas, mapas da cidade e lista telefônica servem como mediadores que ajudam a nos localizar e a entender a cidade. Os monumentos (como parte do nosso patrimônio) servem como mediadores para o entendimento da história da cidade.

Em pesquisa de 2012, foram identificados monumentos em sete das nove Regionais Administrativas de Belo Horizonte, na seguinte proporção, conforme Tabela 1 ³⁷:

REGIONAIS	PERCENTUAL (%)
Barreiro	3,5
Centro-Sul	56,6
Leste	11,1
Nordeste	4,5
Noroeste	4,5
Norte	0
Oeste	2
Pampulha	17,7
Venda Nova	0

Em 2013, os moradores de Belo Horizonte viviam nas Regionais Administrativas na seguinte proporção (dados aproximados), conforme gráfico a seguir:



38 OLIVEIRA, Péricles Antônio;
TEIXEIRA, Cotildes. *Monumentos
de Belo Horizonte*, Belo Horizonte:
Lumiar. 2008. p.143

Com base nessas informações, reflita por que a proporção de monumentos instalados na Regional Centro-Sul é maior do que em todas as outras regionais. Por que as regionais Norte e Venda Nova não tem monumentos? Seria importante instalar monumentos nessas regionais? Se sim, quais deveriam ser suas características?

Os monumentos de Belo Horizonte prestam homenagens a políticos, a religiosos, a escritores, além de fazerem referências a ideias como liberdade, paz, natureza, justiça. Ainda lembram momentos históricos como a independência, a luta contra a ditadura, o escravismo e a conquista da democracia, além de existirem obras que são esculturas artísticas sem, a princípio, prestar nenhuma homenagem.

A obra ao lado evoca em você algum sentimento? Ela tem semelhança a algo já conhecido (uma imagem, um objeto ou gesto)? Você já viu essa obra?

Esse monumento está localizado no Parque Ecológico da Pampulha, local onde há nas redondezas um grande fluxo de pessoas e veículos. Você acredita que as pessoas prestam atenção nesse monumento? Por quê?

Esse monumento homenageia o promotor José Lins do Rego, assassinado em 2002 em meio a investigações sobre adulteração de combustíveis em Belo Horizonte.

“De acordo com o autor, é um sinal de ascensão e alegria, um sorriso aéreo ou como braços abertos a acolher as crianças, a liberdade e a natureza. Evoca a dimensão da vida de um homem de coragem” 38.



Monumento Homenagem a José Francisco Lins do Rego. Artista Gustavo Penna. Data: 2003 — Foto: Pedro Nicoli, 2013

A descrição da obra modificou a sua compreensão? Você acha que a homenagem representa o homenageado? As pessoas que circulam nas proximidades conseguem interpretar esse monumento? Seria importante elas entenderem o sentido da obra? Se sim, quais os meios poderiam ser utilizados para que esse entendimento fosse possível?

Observe as imagens das esculturas a seguir:



Parque Ecológico Juscelino Kubitschek. Artista Vilma Noel. Data: 1992.
Material: Bronze e Mármore — Foto: Pedro Nicoli, 2013



Escola de Arquitetura- sem autor: Material: Bronze. Sem data.
Foto: Pedro Nicoli, 2013

Além das esculturas apresentadas na imagem, o mesmo personagem é homenageado com outras obras:

1-Departamento de Estradas de Rodagem Santa Efigênia.
Artista: Leopoldo. Material: Bronze. Inauguração: 1953

2-Faculdade Newton Paiva. Artista: Cristina Motta.
Material: Bronze. Data: 2003.

3-CEFET – Artista: Honório Peçanha. Material: Bronze. Data: 1958

Você identifica o representado? Qual é a postura desse indivíduo nas esculturas? Qual roupa ele veste? Por que um único indivíduo recebe reiteradas homenagens na mesma cidade?

As obras acima representam Juscelino Kubitschek, político mineiro que foi prefeito de Belo Horizonte na década de 1940, governador de Minas e presidente do Brasil. Sua gestão em Belo Horizonte foi marcada pela inauguração do complexo de lazer da Pampulha e do investimento na Cidade Industrial. De que maneira esse personagem é lembrado nos períodos de campanha política?

Alguns monumentos trazem referências culturais sobre a região em que se localizam.

A praça onde se localizam os peixes é conhecida por possuir várias peixarias no entorno. O Barreiro é uma região da cidade reconhecida por abrigar grande número de operários por causa das indústrias existentes na região.

Quando estudamos os monumentos, temos sempre que pensar na relação entre passado-presente-futuro. Frequentemente, os monumentos referem-se a acontecimentos ou indivíduos do passado, são elaborados com o olhar do seu tempo, procurando construir a memória coletiva do futuro.

Outra maneira de marcar o espaço público, prestar homenagens ou criar uma interpretação da história da cidade é por meio dos nomes dos logradouros.

Recentemente, percebemos uma escolha em homenagear literatos como Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Roberto Drummond, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, entre outros. Alguns desses literatos são responsáveis por construir também a memória da cidade, por meio dos seus textos. Outros escritores mineiros, que não chegaram a conhecer Belo Horizonte, também nomeiam logradouros públicos, como Bernardo Guimarães, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel e Santa Rita Durão.



Peixes - complexo da Lagoinha - Artista: Alvaro Apocalypse, 2000 — Foto: Pedro Nicoli, 2013



Monumento em homenagem aos trabalhadores, Barreiro — Foto: Pedro Nicoli, 2013



Viaduto Henriqueta Lisboa – Avenida Cristiano Machado
Foto: Pedro Nicoli, 2013



Viaduto Murilo Rubião – Avenida Cristiano Machado
Foto: Pedro Nicoli, 2013



Placa do Viaduto Hélio Pellegrino.
Avenida Cristiano Machado
Foto: Pedro Nicoli, 2013



Viaduto Aníbal Machado – Avenida Cristiano Machado
Foto: Pedro Nicoli, 2013



Viaduto Oswaldo França Júnior – Avenida Cristiano Machado
Foto: Pedro Nicoli, 2013



Placa do Viaduto Oswaldo França Júnior. Avenida Cristiano Machado
Foto: Pedro Nicoli, 2013



Monumento Encontro Marcado- Praça da Liberdade, 2005. Artista: Leo Santana — Foto: Pedro Nicoli, 2013

As pessoas prestam atenção aos nomes dos viadutos?
Você conhece as obras dos literatos homenageados? Você acredita que batizar viadutos com os nomes deles amplia o conhecimento sobre as obras desses autores? Por que Belo Horizonte presta tanta homenagem aos escritores?

A obra Encontro Marcado, inaugurada em 2005, representa a amizade entre um grupo de escritores que viveram em Belo Horizonte: Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. Já o monumento a Tiradentes, inaugurado em 1962, presta homenagem ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, considerado um mártir da Inconfidência Mineira e herói nacional.

Qual dessas obras atrai a sua atenção? Por quê? Qual relação o transeunte pode estabelecer com o monumento Encontro Marcado? E com o de Tiradentes? Reflita sobre essa diferença em relação à forma que esses monumentos estão inseridos no contexto urbano. Considere as épocas nas quais cada um deles foi construído e os sujeitos que representam.



Monumento Tiradentes, – Praça Tiradentes, 1962 . Artista: Antônio Van Der Weil — Foto: Pedro Nicoli, 2013



Monumento Liberdade em equilíbrio, 1982 - Praça da Rodoviária
Foto: Pedro Nicolj, 2013

A ideia mais representada em Belo Horizonte é a de liberdade. Esculturas diversas procuram representar, por meio material, e tornar presente na paisagem esse ideal.

Ao chegar a Belo Horizonte, o visitante que vier pela rodoviária irá encontrar a primeira menção à liberdade na escultura localizada na Praça da Rodoviária. Desde a inauguração da cidade, a liberdade é simbolizada de várias maneiras. O plano da cidade já previa a construção da Avenida Liberdade (atual João Pinheiro) que levaria à Praça da Liberdade, ponto alto do plano da Cidade de Minas, onde estariam concentrados os principais edifícios da administração estadual, incluindo o Palácio da Liberdade.

Por que a liberdade é tantas vezes representada na capital de Minas? Qual é a importância dessa ideia na construção da memória de Belo Horizonte?

Ainda hoje, monumentos que procuram representar a busca pela liberdade são inaugurados na capital. Em 2013, inaugurou-se uma obra com os nomes dos mineiros mortos pelo regime militar. Uma peça em aço está no canteiro central da Av. Afonso Pena em frente ao DOPS.

Os desaparecidos políticos já haviam sido lembrados nos logradouros da cidade por meio do projeto Rua Viva, que propunha o batismo de ruas da cidade com seus nomes. Essas iniciativas buscam homenagear os desaparecidos e alertar a população sobre os riscos da ditadura.

Ultimamente, temos visto proliferar centros de memória, museus, arquivos de empresas, hemerotecas, *blogs* e *sites* da internet ocupados em tratar da memória e história da cidade. Por que será que assistimos a essa preocupação com a “guarda” da memória? Será que com tanta facilidade de informação nos meios digitais ainda é necessário que tenhamos lugares de memória?

Os textos introdutórios desta publicação abordam instituições de memória da cidade e propõem uma discussão mais aprofundada sobre o tema.

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Ao longo deste roteiro, refletimos sobre a memória de Belo Horizonte destacando os monumentos da cidade. Proponha a instalação de um monumento em Belo Horizonte.

Reflita sobre as seguintes questões:

- 1 — Quem ou o que seria homenageado?
- 2 — Qual local seria instalado?
- 3 — O monumento seria feito para durar muito tempo ou poderia ter vida curta? De que material seria feito?
- 4 — Qual forma teria?
- 5 — Para quem seria feito?
- 6 — A quem caberia a manutenção?
- 7 — Existiria uma lição a ser aprendida com esse monumento?
- 8 — A obra seria inaugurada com uma grande festa ou seria colocada de maneira discreta para que olhos atentos pudessem descobri-la?
- 9 — Como seria o acesso das pessoas?
- 10 — Quais estratégias você usaria para que as pessoas pudessem conhecer o seu monumento e compreendê-lo?



Exposição Colcha da Memória no Museu Histórico Abílio Barreto, 2006. Acervo: MHAB — Foto: Breno Pataro



Festa de Inauguração do monumento à Civilização Mineira, 1930. Artista: Giulio Starace — Foto: Acervo MHAB

ROTEIRO
MODOS
DE MORAR

ROTEIRO MODOS DE MORAR

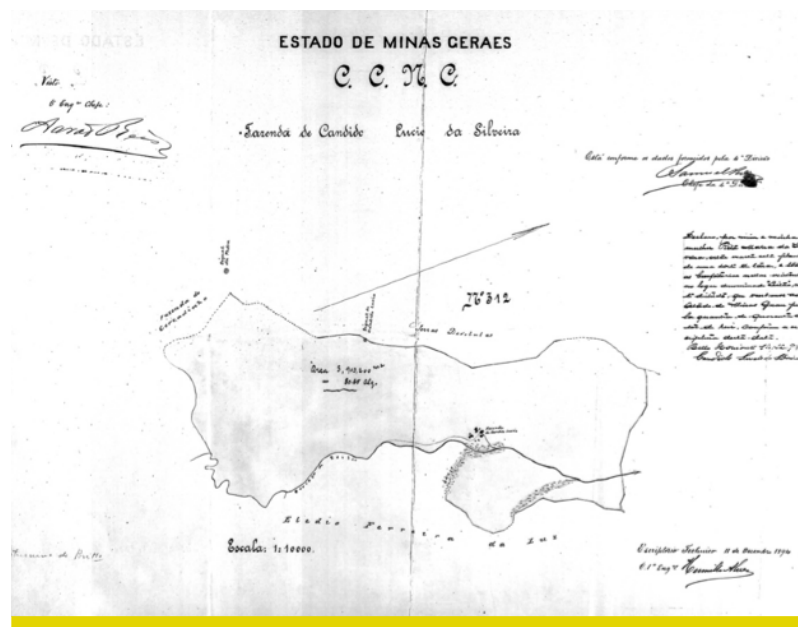
Todos nós moramos em algum lugar: em casas, em apartamentos, sob viadutos, em condomínios fechados ou na rua. Esses modos de morar são fruto das nossas escolhas (ou da falta de opção), dos contextos sociais e da organização espacial da cidade. O lugar em que moramos tem uma relação estreita com a nossa identidade. Mas será que as identidades da nossa cidade também estão representadas nas moradias? Será que existe um jeito de morar ou um modelo de edificação mais representativo da cidade? São essas questões que procuraremos discutir no roteiro Modos de Morar.

Observe o conjunto de chaves do acervo do Museu Histórico Abílio Barreto que pertenciam às antigas casas do Arraial e foram recolhidas pelos membros da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC).

O que essas chaves representam? Por que essas chaves foram recolhidas? Pense no significado atual de possuir a chave da sua casa e do seu carro.



Chaves de edificações do Arraial do Belo Horizonte — Acervo MHAB. Foto: Pedro Nicoli, 2013



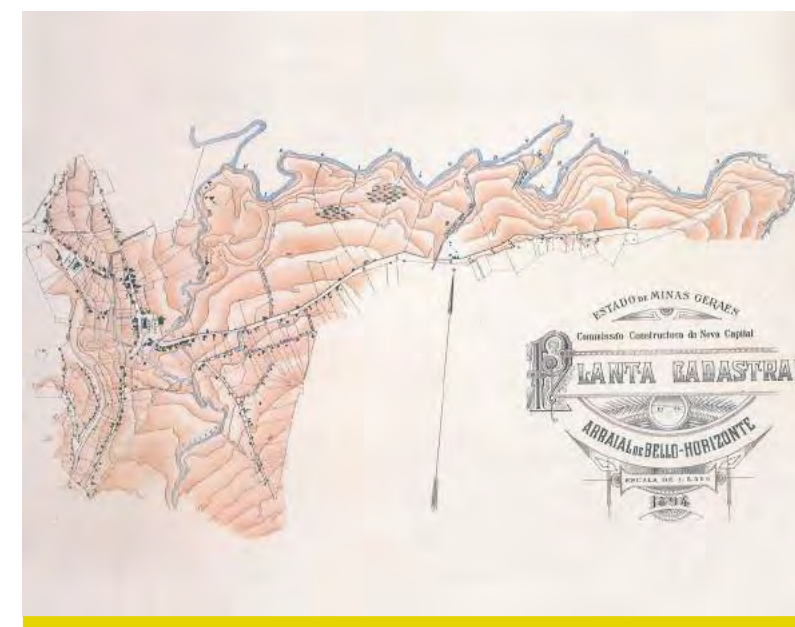
Planta da Fazenda do Leitão, Data: entre 23/05/1894 e 14/05/1895

Acervo: APCBH/ Fundo: Secretaria Municipal de Administração



Casarão do Museu Histórico, 1945

Acervo:MHAB



Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte

Acervo:MHAB

40 GOMES, 2013

Na época da construção da Cidade de Minas, as casas do Arraial do Belo Horizonte sofreram um processo de desapropriação e demolição para a construção da nova cidade republicana. Entre propriedades rurais e urbanas, cerca de 430 foram “adquiridas pelo estado a preços variados ou permutadas por terrenos da nova capital” ⁴⁰. A destruição da maioria das propriedades do arraial determinou o fim de um jeito de viver na região central de Belo Horizonte. Os modelos de moradias dos curralenses, que viviam principalmente em casas pequenas, com grandes quintais produtivos, não estavam de acordo com o projeto dos novos tempos. A maior parte da população desapropriada construiu suas novas moradias no entorno da cidade.

Uma das moradias que permaneceram dos tempos do Arraial do Curral del Rei é o atual Casarão do Museu Histórico Abílio Barreto. Construído em 1883, o casarão era sede da Fazenda do Leitão.

Em 1894 a Comissão Construtora da Nova Capital elaborou a planta de situação dessa fazenda para que ela pudesse ser adquirida pelo Estado.

Procure apresentar as edificações que formavam a Fazenda do Leitão. Você acha que essa fazenda ocupava um terreno grande ou pequeno?

Observe a planta do Arraial elaborada pela Comissão Construtora. A sede da Fazenda do Leitão ficava próxima ou distante da região mais povoada? Você acredita que essa é uma edificação típica do Arraial? Será que existia uma maneira única, um jeito típico de viver no Curral del Rei?

A Comissão Construtora da Nova Capital produziu um estudo detalhado do Arraial a ser demolido, elaborou plantas das residências, do próprio povoado, fotografou e produziu relatórios. Por meio desses documentos podemos acessar o Arraial que a CCNC gostaria de apresentar.

O acervo da Comissão Construtora está preservado em três instituições APCBH, MHAB e Arquivo Público Mineiro (APM). Os documentos digitalizados estão acessíveis no site <http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>.

41 BAESSO, 2006:8

A foto ao lado mostra algumas moradias que seriam demolidas. Associe essa foto à discussão sobre higiene e salubridade do “Roteiro Águas” e à planta da Cidade de Minas. Por que era tão importante para a CCNC demolir todas as casas do Arraial? Os engenheiros responsáveis pelo planejamento acreditavam que a forma da cidade e das moradias determinaria o modo de viver das pessoas? Você também acredita nisso?

Após a construção da cidade, vários regulamentos e decretos procuraram determinar a forma de construir na região urbana da capital. As residências para os funcionários públicos receberam atenção especial. O decreto nº 818 de 15 de abril de 1895 criava seis categorias para essas residências:

“casas tipo (A,B,C,D, E e F, nesta ordem, da mais simples à mais sofisticada) que guardavam relação com os valores dos vencimentos dos funcionários. Contudo, se o funcionário optasse por uma casa cujo valor estivesse acima de seus ganhos, havia mecanismos previstos na lei para viabilizar sua decisão. O Governo do Estado financiaria a construção e os funcionários teriam as prestações descontadas dos seus vencimentos” ⁴¹.



Moradias do Arraial de Belo Horizonte, 1894 — Acervo MHAB



Pratos com pintura das casas tipo, artista: Túlio Piló — Acervo: MHAB. Foto: Pedro Nicoli, 2013

42 MINAS GERAIS. Decreto n. 1453 de 27 de março de 1901. Regulamento das construções, reconstruções e demolições de obras na Cidade de Minas. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1901

Decreto nº 1453 de 27 de março de 1901. Regulamento das construções, reconstruções e demolições de obras na Cidade de Minas.

Art. 40 – As paredes externas e mestras devem ser construídas com alvenaria de pedra ou tijolo e argamassa de uma parte de cal para três de areia, não se tolerando o emprego do barro na argamassa. O tipo de tijolos adotado para as construções é de 0m,25 X 0m,12 X 0m,07. Não se devem construir com alvenaria de pedra paredes com espessura menor de 0m,45.

§ 1º - Nos prédios de três ou mais pavimentos devem ser construídas de pedra as paredes externas do primeiro pavimento, bem como os respectivos baldrame.

§ 2º - As pilastras e molduras com saliência maior de 0m,03, devem ser criadas na construção das alvenarias das fachadas.

As cimbras e cornijas das fachadas sobre o alinhamento da via pública, cujo balanço exceder de 0m,25, devem ser criadas com lajes de pedra engastadas na espessura da parede, ou com tijolos encastilhados e neste caso devem ser seguras por meio de grampos ou peças de ferro engastadas em toda a espessura da parede, e argamassadas a cimento.

§ 3º - O revestimento das paredes externas deve ser feito com emboço e reboco de argamassa de cal e areia, não sendo permitido o emprego do barro nem a construção de molduras de gesso.
[...]

§ 5º - Nos prédios urbanos não é permitida a construção de paredes de taipa ou adobes de barro, nem mesmo a de tabiques nas paredes externas.

Art. 41 - § 1º - Nas casas com mais de um pavimento as paredes divisorias de um andar inferior, que suportem outras do andar superior, devem ser sempre construídas de alvenaria de tijolo ou pedra. ⁴²

No início do século XX, ao passar pelas ruas do bairro dos funcionários era possível determinar a profissão e o cargo ocupado pelo seu proprietário. Ao andar pelas ruas de Belo Horizonte hoje, será que ainda é possível determinar com tanta precisão a condição econômica do indivíduo? Você consegue criar uma imagem de um indivíduo apenas observando a sua casa?

Considerando as regras estabelecidas no Decreto nº 1.453, seria possível a construção do casarão do MHAB na nova capital? A sua planta seria aprovada pela prefeitura? Por quê? Quais eram os objetivos dos legisladores com essas regras?

O governo do estado facilitou a compra de lotes e a construção de casas na área urbana da capital para os funcionários públicos. Além disso, garantiu a aquisição de lotes na nova capital para moradores de Ouro Preto que viram o valor de seus imóveis reduzir com a mudança da capital. Mas e os pequenos proprietários curralenses e os operários que vieram construir a cidade? Para onde foram?

Vilas, favelas e bairros operários cresceram nas regiões suburbanas de Belo Horizonte. Em 1912, cerca de 80% das pessoas moravam fora da região urbana.

Uma das regiões suburbanas já conhecidas desde o início da capital é a Pedreira Prado Lopes. De acordo com Ribeiro, a origem do local é explicada das seguintes maneiras:

Na versão oficial, essa vila, em sua origem, está ligada à família Prado Lopes, no início das obras de Belo Horizonte, pois foi o engenheiro Antônio Prado Lopes Pereira, da 1ª classe da Comissão Construtora da Capital, 3ª divisão, que recebeu uma concessão para explorar o local, dali retirando suas pedras e usando-as na edificação de casas e ruas da cidade.

Na versão oral, é assinalada a origem da vila desde a abolição, pois a região da Pedreira, como os moradores antigos mencionam, pertencia a Sabará. Os escravos libertos teriam ali se estabelecido e, recém-saídos do cativeiro, construíram suas casas antes da própria capital (RIBEIRO, 2001).

Na primeira versão, quem são os protagonistas da ocupação da Pedreira? E na segunda? Por que será que existem essas duas versões? Qual das duas versões deve ser a mais conhecida na cidade? Por quê?

A Vila Pedreira Prado Lopes é uma área principalmente residencial cujos contornos foram alterados ao longo do tempo. No decorrer dos anos, houve um adensamento populacional e uma redução da sua área como consequência de aberturas de avenidas. As casas, que no início eram mais distantes umas das outras, ficaram cada vez mais próximas. O local perdeu a sua aparência de cidade de interior e ganhou os contornos de favela.

Faça uma comparação entre os desenhos infantis e a foto:



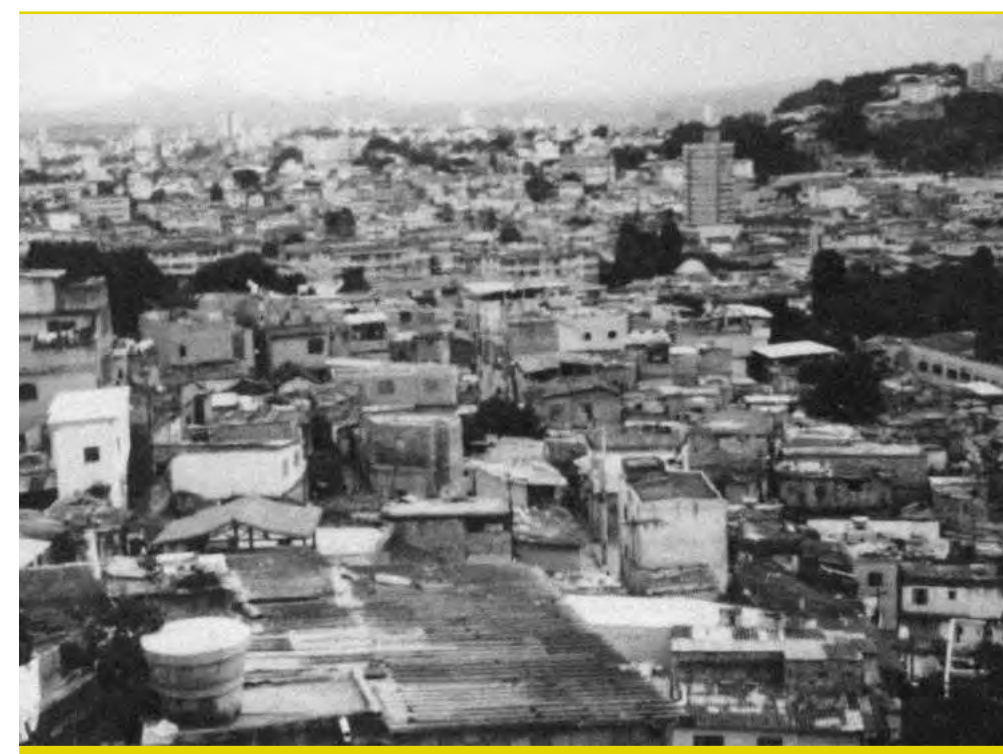
Desenho de criança moradora da Pedreira Prado Lopes, 2006 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB



Desenho de criança moradora da Pedreira Prado Lopes, 2006 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB



Desenho de criança moradora da Pedreira Prado Lopes, 2006 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB



Vista Parcial da Pedreira Prado Lopes (RIBEIRO, 2001:14)

43 CASTRIOTA; ARAUJO, 2009

Qual é a imagem que essas crianças têm do lugar onde vivem?
Quais são as diferenças e semelhanças encontradas?
A que podemos atribuir essas diferenças?

Você acredita que a forma de construção das moradias na Pedreira Prado Lopes é um tipo de solução encontrada pela população de baixa renda ou um problema a ser enfrentado?

Na década de 1940, a Pedreira Prado Lopes foi vista como um problema a ser enfrentado. Não só em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, o crescimento das cidades provocou uma demanda por moradias e a construção de conjuntos habitacionais verticais foi uma das soluções formuladas.

Quais são as características desse conjunto que o tornam uma solução para o problema de falta de moradias na cidade? Você acredita que os moradores da Pedreira Prado Lopes receberam algum tipo de subsídio para aquisição de um desses apartamentos? Você acredita que os moradores da Vila, acostumados a morar em casas, gostariam de viver em um conjunto habitacional? Quais são as diferenças entre viver na Pedreira e em um grande conjunto habitacional? O IAPI realmente solucionou os problemas enfrentados pelos moradores da Pedreira?

O Conjunto São Cristóvão/IAPI começou a ser construído em 1946, na região da Pedreira Prado Lopes, local onde viviam cerca de 3.000 pessoas. Com um projeto inovador, era a primeira vez que se propunha um conjunto habitacional vertical que, além de moradias, congregasse áreas de convívio, comércio e serviços. Os apartamentos possuíam tamanhos que variavam de 60 a 127 m² e seus 928 apartamentos tinham capacidade para abrigar mais de 5.000 pessoas. O Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários financiou as obras e os interessados pelos imóveis poderiam adquiri-los com

pagamento bastante parcelado. O Instituto de Aposentadoria financiou muitos outros conjuntos pelo Brasil, chegando a elaborar 36 desses projetos como modelos de moradias. “Concebidos como núcleos urbanos, essas intervenções teriam grande impacto nas cidades brasileiras, tanto por sua área construída, quanto por seu caráter social” ⁴³.



Conjunto dos Industriários (IAPI) — Acervo: MHAB

44 CAJAZEIRO, 2013:27

O IAPI recebeu tombamento municipal em 2008 e, em 2012, ganhou obras de requalificação.

O IAPI é um “bairro popular” com cerca de 5.400 moradores, maior que muitos municípios de Minas Gerais, pois 162 municípios do estado têm uma população menor. Como será viver em um espaço com tantas pessoas? Qual impacto esse conjunto trouxe para a cidade na época da sua construção? E hoje o IAPI continua sendo uma referência para a cidade?

O Conjunto São Cristóvão, planejado para solucionar alguns dos problemas da escassez de moradias para as classes populares, foi construído na mesma época em que houve o loteamento e o incentivo para a ocupação do Bairro Cidade Jardim.

Ao observar a imagem, é possível descrever características desse bairro em relação à área mais adensada da cidade? Qual é a expectativa gerada em torno de um bairro cujo nome é Cidade Jardim? Como você imagina esse bairro? Qual seria o objetivo do governo municipal em promover a ocupação desse bairro?

Desse modo, pode-se afirmar que o “morar no cidade jardim” acabou, ao longo dos anos, por se associar a um determinado estilo de vida que se pretendia especial, primeiramente marcado pelas possibilidades paisagísticas e exclusivas que o espaço oferecia e, num segundo momento, pela associação a um modo de vida refinado, representado simbolicamente por meio dos eventos noticiados na imprensa ⁴⁴.



Vista parcial do Bairro Cidade Jardim 1945 — Acervo:MHAB. Foto N.I.



Bairro Cidade Jardim, 2013 — Foto: Pedro Nicoli

50 CAJAZEIRO, 2013:27

51 As informações referentes à comunidade Manguieras foram adaptadas de: SIMIÃO, Daniel, 2008.

52 Entrevista no programa *Palavra Ética*, da PUC/BH

Segundo o Dossiê de Proteção, o Bairro Cidade Jardim “revela a concepção de uma época em que se associava a ideia de uma modernização com a de bem viver” ⁵⁰.

Apenas pelas fotos, é possível considerar que nesse bairro vive-se um estilo de vida especial? Por quê? Você acredita que a modernização, aqui representada pelo Bairro Cidade Jardim, e o “bem viver” podem caminhar juntos? E, para você, o que é “bem viver”?

A construção desse bairro foi uma das medidas que objetivavam modernizar Belo Horizonte, mas outros modos de vida, considerados mais tradicionais, continuaram coexistindo com os bairros modernos e, ainda hoje, podemos encontrá-los na cidade. Os quilombos urbanos são exemplos dessa forma de morar.

Você já ouviu falar das comunidades quilombolas de Belo Horizonte? Para você, quais são as características de um quilombo? De acordo com as suas impressões, é possível existirem comunidades quilombolas atualmente em uma metrópole?

Segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES):

comunidade quilombola é aquela que apresenta relações de parentesco entre os seus membros; descendência africana e vínculos históricos e culturais com determinado território, independentemente da época em que foi formada.

Uma das comunidades que compartilham essas características em Belo Horizonte é a comunidade quilombola de Manguieras, localizada na Regional Norte de Belo Horizonte, na fronteira com Santa Luzia. As terras dessa comunidade foram adquiridas pelo casal Cassiano e Vicência, na área denominada “Ribeirão da Izidora”, no início do século XX. Após a morte do casal, seus filhos continuaram a viver no local trabalhando de maneira coletiva, mas em 1928-32 as terras foram divididas entre os irmãos.

A comunidade atual, com cerca de 50 moradores, é formada por descendentes de Maria Bárbara, uma das filhas do casal. As características dessa comunidade são de quilombolas, tal como viver “mata adentro” e ter uma forte relação com o território, além de realizarem casamentos próximos ⁵¹.

No roteiro Áreas Verdes apresentamos a discussão atual em torno da “Mata do Izidoro”.

Com o crescimento de Belo Horizonte, o território da comunidade, antes rural, acabou inserido na área urbana da cidade. Segundo Maurício Moreira, Presidente da Associação do Quilombo Manguieras, a comunidade vive em cerca de 2 hectares (20.000m²), mas pleiteia uma área de cerca de 20 hectares para que possa manter a comunidade com seu modo de vida ⁵².

Por que o modo de vida da comunidade quilombola só pode ser mantido com a garantia de demarcação de um território 10 vezes maior do que eles possuem hoje? Considerando que o vetor norte é um dos que mais se adensam nos dias atuais em Belo Horizonte, como os manguierenses poderão garantir o território que consideram necessário para a manutenção da comunidade?

Neste roteiro, vimos um pouco da diversidade nos modos de morar na cidade, o que nos garante uma paisagem rica e a possibilidade de conviver com os diferentes, mas também conflitos e lutas pelo espaço urbano. A densidade populacional e a criação de bairros cada vez mais distantes do centro da capital demandam meios de circulação eficazes, que garantam a mobilidade urbana na capital e a inclusão social por meio dos transportes públicos. No próximo roteiro, veremos como o “direito de ir e vir” desenvolveu-se na cidade.

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

A Revista Alterosa, que circulou em Minas Gerais entre 1939 e 1964, é um documento rico para entendermos parte da história de Belo Horizonte desse período. A revista era editada mensalmente pela Sociedade Editora Alterosa Ltda., em Minas Gerais. Na publicação, encontram-se assuntos como culinária, moda, comportamento, literatura e cinema, além de colunas sociais e entrevistas com celebridades do momento.

A revista assume nos anos 1960 um perfil mais político, publicando entrevistas com personalidades do mundo político e matérias que discutiam conflitos internacionais, como a Guerra Fria. É nessa época também que o cartunista Henfil começa a publicar suas charges na revista (APCBH, 2013).

Na década de 1940, diversas propagandas apresentavam produtos que deixariam as casas dos belo-horizontinos mais modernas. O acesso às geladeiras, chuveiros de água quente, máquinas de lavar roupa modificava as casas, possibilitando a criação de novos cômodos ou a redução do espaço de alguns deles, como a lavanderia. Outros produtos prometiam facilitar a vida da dona de casa. A propaganda ao lado veiculada na Revista Alterosa, nos mostra um desses produtos que prometiam facilitar a vida da dona de casa.

- Qual produto é anunciado? Quais facilidades são prometidas? Descreva os personagens que aparecem na imagem.
- O produto é descrito como moderno. Como os anunciantes procuram destacar essas características?
- No anúncio podemos ver um tanque com a torneira aberta. Você acha que na década de 1940, em Belo Horizonte, muitas pessoas podiam usufruir de água encanada? Qual público o anúncio pretende atingir?
- O produto anunciado é bastante popular ainda hoje e podemos ver anúncios dele em várias mídias. Como esse produto é anunciado atualmente? Quais são as semelhanças e diferenças entre o anúncio da década de 1940 e os atuais? Será que as casas e as necessidades das pessoas responsáveis pela limpeza das casas mudaram muito nesses 70 anos? As propagandas são boas referências para compreender uma sociedade? Apresente argumentos que embasem a sua opinião.



Propaganda OMO – Revista Alterosa, 1945

Arquivo APCBH/ Coleção Revista Alterosa



ROTEIRO MOBILIDADE

ROTEIRO ↑

MOBILIDADE

Deslocar-se pela cidade significa se conectar às diferentes atividades que são desenvolvidas nela. Do trabalho para a escola, do parque para os estudos, do cinema para a biblioteca, da casa para tudo, não importa a forma: carro, bicicleta, ônibus, metrô, a pé ou de trem. Todos nós construímos nossos trajetos nas ruas e, por meio deles, nos relacionamos com as outras pessoas e conhecemos um pouco da cidade.

Em Belo Horizonte, quando pensamos em deslocamentos no espaço urbano, as imagens que nos vêm à mente estão relacionadas às dificuldades, aos problemas, à tensão e ao estresse. O preço das passagens afeta a renda do trabalhador, o deslocamento por meio de automóveis é caótico e caro, as linhas do metrô não possuem capilaridade, as motos expõem os passageiros aos riscos. O tamanho da cidade, a sua topografia, as condições das calçadas e os poucos quilômetros de ciclovias tornam inviável o deslocamento a pé ou de bicicleta. Canalização de córregos, demolição de casas, abertura de avenidas, construção de viadutos, inserção do metrô na paisagem são obras que modificam o espaço, mas ainda não solucionam os problemas.



Obras na Avenida Cristiano Machado, 2013 — Foto: Pedro Nicoli

53 Monteiro Lobato, Diário de Minas, Belo Horizonte, 26 set. 1937. *Apud*: ARAUJO, Laís Corrêa. *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. p.38

54 Diário de Minas. Belo Horizonte. 3 ago. 1929 . p.2. *Apud*: ARAUJO. 1996 p. 33

Ao longo do tempo, o espaço público perde a sua função de fruição, de local de encontro, de socialização, adquirindo o sentido de local para circulação. É esse processo de mudanças na paisagem e a maneira como as pessoas se movimentam ou têm suas possibilidades de deslocamento limitadas que procuraremos abordar neste roteiro.

A região urbana de Belo Horizonte, planejada pela Comissão Construtora da Nova Capital, organizou-se em ruas retas e avenidas largas que procuravam facilitar o deslocamento. Após a inauguração, diversos observadores relataram a sensação de amplitude e de pouco movimento, o que persistiu ao longo de alguns anos. O escritor Monteiro Lobato, em visita à cidade, observou que:

As ruas são de fato ruas, não vielas ou becos. São ruas que confortam a alma com a sensação raríssima de desafogo. Desafogo, sim. É essa a sensação predominante que Belo Horizonte nos dá. **53**

Em 1929, Affonso de Escagnole Taunay observa que:

Eis a cidade ideal para os dias hodiernos da multiplicação infinita dos veículos, com as suas ruas amplas, as suas avenidas largas como os grandes rios! **54**

Do que trata o trecho de Monteiro Lobato? E o de Affonso de Taunay? Qual é a percepção que eles têm das ruas de Belo Horizonte? O que eles esperam que aconteça no futuro? E atualmente, qual é a sua percepção sobre as ruas? Você sente “desafogo” quando circula em Belo Horizonte ou a sensação é diferente da relatada por Lobato? Por quê?

O trem, primeiro meio de transporte sem tração animal a chegar à cidade, construído para trazer materiais para a construção da capital, tornou-se, em pouco tempo, meio de deslocamento de passageiros.

A percepção do tempo também mudou em função da rigidez de horários das ferrovias, que fez com que o cotidiano fosse marcado pela passagem dos trens: “Lá vai o expresso das dez!”; “O subúrbio das seis ainda não veio”; “O cargueiro de tal lugar já passou?” Não era à toa que o relógio da estação, muitas vezes o único público da cidade, dominava a paisagem, convergindo olhares de todos os cantos. E aquele figurão local que sempre chegava atrasado, deixando todos à sua espera? Na era da ferrovia, lá estava ele, de pé na estação, como mero mortal (e bom mineiro!), pois o trem não esperava por ninguém (CAMPOS, 2009).

No século XIX, a ferrovia era considerada símbolo de modernidade. As estações, portais de acesso para as cidades, eram edificações que deveriam sintetizar as características do meio urbano no qual estavam inseridas.

A autora do trecho acima trata de algumas mudanças culturais que os trens provocam. Quais seriam essas mudanças? Reflita sobre a introdução desse meio de transporte em uma localidade que até então dependia dos ritmos da natureza para a circulação de pessoas e mercadorias, como era o Arraial do Belo Horizonte.

A instalação dos serviços de bondes, a partir de 1902, trouxe um novo meio de transporte coletivo que marcou os espaços e a memória dos moradores.

55 Reportagem do jornal Folha de Minas de 1937. Apud: *Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte*/Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. (Coleção Centenário). 119p.

A Força e Luz inaugurou anteontem, 'circular permanente'. Todos os bondes gyram, assim, em torno do Pirolito. Com isso, muito lucrou a população da cidade. Economizou-se tempo e, o que é mais importante, centralizou-se o movimento no coração da Capital ⁵⁵.

Segundo o texto, qual é a importância da centralização do serviço de bondes na Praça Sete? Qual é o significado desse espaço para Belo Horizonte atualmente? Você acha que a circulação dos bondes vindos de diversas regiões na Praça Sete colaborou para a construção da representatividade que ela ainda tem?

O bonde é um veículo aberto, nele as pessoas podem facilmente ver as ruas e serem vistas dela. Reflita sobre como era a relação dos pedestres com as pessoas que estavam nos bondes.

A existência de um transporte que não exige esforço físico para que os moradores circulem possibilita uma ampliação do espaço de moradias na cidade, pois se torna possível, no mesmo dia, trabalhar em um local e depois passar por um caminho mais longo até chegar em casa. Essa facilidade proporcionada pelo bonde era desejo de pessoas de várias partes de Belo Horizonte, que solicitavam a instalação de mais linhas.



Vista da Praça Sete, 1946. Destaque para a circulação de trólebus e trilho de bondes — Acervo MHAB



Bonde — Acervo APCBH/ Fundo ASCOM



Gráfico de passageiros transportados na década de 1940. Relatório do Prefeito Juscelino Kubistcheck, 1942
Acervo: APCBH/ Coleção Relatório anuais da Prefeitura de Belo Horizonte



Tráfego na região do Arrudas, década de 1960
Acervo: APCBH/ Fundo: ASCOM

Quais informações podem ser extraídas do gráfico?
Qual é o meio de transporte analisado? Qual meio de transporte recebeu incremento nesse período?
Há vantagens do transporte rodoviário em relação ao transporte por trilhos? E desvantagens?

Na década de 1960, o movimento MOREL (Movimento Pró-Retirada das Linhas) solicitava a retirada das linhas de trem argumentando que essas provocavam vários acidentes e impediam a integração dos bairros à região central.

Você conhece a região da Lagoinha ou já ouviu falar dela?
A retirada dos trilhos solucionou os problemas levantados pelo MOREL? Quais são as dificuldades de circulação que existem hoje na região?



Retirada dos trilhos da Lagoinha, 1963 — Acervo: APCBH/ Fundo: ASCOM

56 CAMPOS, 2002:282

57 Nesse trecho Cyro dos Anjos nos fala de Belo Horizonte da década de 1920/30. ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1979.p. 238

COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS DAS VIAGENS DE SUBÚRBIO E DE ÔNIBUS PARA O TRECHO COMPREENDIDO ENTRE BELO HORIZONTE E RIO ACIMA — SETEMBRO DE 1996⁵⁶:

TRAJETO	PREÇO DA PASSAGEM DE TREM	PREÇO DA PASSAGEM DE ÔNIBUS	GASTO MENSAL COM PASSAGENS DE TREM	GASTO MENSAL COM PASSAGENS DE ÔNIBUS	ACRÉSCIMO PERCENTUAL DOS PREÇOS DAS PASSAGENS DE TREM/ÔNIBUS
Rio Acima — BH	R\$ 0,40	R\$ 1,85 (rodoviário) R\$ 0,95 (c/roleta)	R\$ 20,00	R\$ 92,50 R\$ 47,50	362,5% 137,5%
Raposos — BH	R\$ 0,40	R\$ 0,95	R\$ 20,00	R\$ 47,50	137,5%
Roças Grandes — BH	R\$ 0,40	R\$ 0,65	R\$ 20,00	R\$ 32,50	62,5%

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados de *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 3 set. 1996. Cad. Minas.
Nota: Base de cálculo para Gastos Mensais: duas passagens diárias — ida e volta — para 25 dias/mês.
A tarifa do trem suburbano foi a que vigorou até seu último dia de circulação, 31 de agosto de 1996.

A Lagoinha sofreu diversas intervenções com o objetivo de melhorar o tráfego. Nesse processo, muito da sua identidade ligada à boemia, assim como as relações de vizinhança, foi descaracterizado.

Os trilhos foram retirados de diversas regiões, mas o transporte suburbano de trens sobreviveu até a década de 1990. Esses trens eram responsáveis por transportar trabalhadores de diversas cidades da Região Metropolitana, como Rio Acima, Betim e também de bairros da capital como Horto e Barreiro.

Quais informações podem ser extraídas da tabela apresentada? Qual era a importância desses trens? Qual população mais sofreu impacto por causa da extinção desse transporte

suburbano? Como será que essa população passou a circular? Será que foram criadas novas alternativas?

Pelas ruas destravancadas, nessa Belo Horizonte de dois, três andares, que não nos agredia com o perfil assimétrico dos arranha-céus de agora, o bonde passeava a sua importância, mirando, sobranceiro, uns poucos automóveis circulantes, que pela buzina denunciavam o dono: o Dr. Balena, o Borges da Costa, o Gennaro, chofer da praça ⁵⁷.

Cyro dos Anjos nos remete a uma cidade na qual a opção pelo transporte por automóvel ainda não estava estabelecida. Nessa época, os proprietários de carros podiam ser nomeados e o bonde era o grande protagonista. Ao longo dos anos, houve um crescimento do número de automóveis, mudando o espaço físico da cidade e a relação que estabelecemos com eles.

Quais diferenças podemos perceber na Praça da Estação nas três fotos? Qual é o principal uso do espaço na primeira foto? E na segunda? Por que essas transformações aconteceram? Qual é o significado delas? Se você fosse responsável por planejar uma obra no local, qual das três imagens seria referência para você? Por quê?



Praça Rui Barbosa/ Praça da Estação — Acervo APCBH/ Fundo ASCOM



Praça Rui Barbosa/ Praça da Estação — Acervo APCBH/ Fundo: ASCOM



Praça Rui Barbosa/ Praça da Estação, década de 1970 — Acervo: MHAB

58 COSTA, 2011

O transporte por meio de automóveis particulares traz várias vantagens individuais, tais como: escolha do horário, conforto, flexibilidade nos deslocamentos e velocidade. A desvantagem principal é o preço.

Já o transporte coletivo traz algumas desvantagens individuais, mas muitas vantagens coletivas, tais como: menor custo particular e público, maior capacidade, diminuição do número de acidentes, menor gasto energético e redução da poluição.

De fato os cerca 25% de deslocamentos em transporte individual ocupam aproximadamente 75% do sistema viário. Isso mostra que a maior parte do investimento em sistema viário – um dos elementos mais caros dos sistemas de transporte – tem sido direcionada e apropriada por uma minoria e, o que seria mais grave, justamente pela minoria que já se encontra em melhor situação ⁵⁸.

Se você pudesse escolher um meio de transporte, sem considerar a questão dos custos, qual seria a sua opção? Por quê? Se você fosse um gestor público, para qual modalidade seu investimento seria focado? Por quê?

Boa parte do espaço físico da nossa cidade é ocupado por áreas de estacionamento e de circulação. Os locais de lazer e fruição cederam espaço para os automóveis e ônibus. Passeios, canteiros centrais e praças sofreram reduções contínuas e, além disso, nossas reduzidas calçadas ainda são usadas como estacionamentos irregulares.

Para que servem esses gradis no canteiro central? Qual movimento sofre restrição com esse mobiliário urbano? Qual circulação é privilegiada?



Trânsito intenso, 2013 — Foto: Pedro Nicoli



Avenida Cristiano Machado, 2013 — Foto: Pedro Nicoli

59 COSTA, 2011

60 BAPTISTA NETO, 2012:105

O principal meio de locomoção na cidade é o próprio corpo. O movimento do corpo é usado em pequenos trajetos por aqueles que não têm recursos para arcar com o custo do transporte e para complementar todos os outros modais. Do estacionamento ao trabalho, no caminho para o ponto de ônibus, na estação de metrô, é por meio do caminhar que os deslocamentos acontecem. A vitalidade de uma cidade pode ser percebida por meio da circulação de pedestres.

O pedestre tem dificuldade de circulação em Belo Horizonte? Se sim, quais são? Você percebe nas diversas obras viárias a preocupação em garantir o uso do corpo como meio de locomoção? Como o poder público e as pessoas poderiam agir para garantir a segurança e facilitar o deslocamento do pedestre?

Veja o cartaz de propaganda do concurso BH Centro.

O concurso BH/ Centro foi lançado pela Prefeitura em 1989 com o objetivo de:

(...) captar soluções capazes de realizar melhorias na qualidade físico-ambiental da área, com dinamização dos espaços públicos e melhoria das condições de transporte público e circulação de pedestres e veículos, voltou-se a discutir a utilização das vias centrais pelos veículos e pedestres ⁵⁹.

Com esse concurso, percebe-se que a prefeitura reconhecia a necessidade de mudanças no Hipercentro de Belo Horizonte na década de 1980.



Propaganda do Concurso BH Centro ⁶⁰

Por meio do cartaz, é possível saber o que a Prefeitura desejava para o centro? Se pudesse ter participado desse concurso, quais seriam as suas ideias para reestruturar o hipercentro? Existem outros locais da cidade que precisam de ideias “claras, amplas e arejadas”? Quais seriam esses lugares e por quê?

Na década de 2000, algumas obras na regional Centro-Sul procuraram requalificar espaços para o pedestre. As regiões da Praça Sete, Praça da Estação, Praça Raul Soares e Praça da Savassi foram beneficiadas.

Outro meio de transporte solicitado pela população e que sempre é discutido nas campanhas políticas é o metroviário.

Quantas linhas de metrô Belo Horizonte possui? Quais regiões são atendidas? Cerca de 230.000 viagens são realizadas no metrô diariamente. Como promover o acréscimo do número de passageiros? Por que há uma demanda pelo transporte metroviário na cidade? Quais são suas vantagens? E desvantagens?

Os custos do transporte em Belo Horizonte dificultam o acesso de um número grande de pessoas. A dificuldade de se locomover significa a limitação em exercer diversas atividades essenciais como buscar trabalho, estudar, frequentar espaços de lazer, cuidar da saúde e conviver.

A possibilidade de circulação também significa inclusão social. Quais são as medidas necessárias para a promoção da inclusão por meio da mobilidade?



Mapa Metrô BH — Fonte: <http://www.metrobh.gov.br/cbtu/final/operacao/linhas/linhas.htm>

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Neste roteiro abordamos as possibilidades e dificuldades de circulação em Belo Horizonte. Em nossos caminhos cotidianos muitas vezes estamos tão ocupados em chegar ao destino que não observamos os lugares e pessoas que passam por nós.

No seu próximo deslocamento estimule sua atenção para a cidade, observando os seguintes pontos:

- 1 — O seu deslocamento é rápido ou lento?
- 2 — Você se desloca para fazer alguma atividade obrigatória ou para o lazer?
- 3 — Quais são as dificuldades que você enfrenta?
- 4 — Qual é o tempo gasto no deslocamento?
- 5 — Quais edificações chamam a sua atenção no caminho? É possível saber seus usos ao passar pela rua?
- 6 — Existe alguma obra viária no seu trajeto? Se sim, você acha que essa obra irá melhorar o tráfego e facilitar o dia a dia dos moradores?
- 7 — Observe os corpos no espaço: como as pessoas se comportam? Elas conversam? Andam? Esperam? Alguma pessoa ou grupo de pessoas desperta sua atenção? Por quê? O que estão fazendo?
- 8 — Existe algum espaço de usufruto público no seu caminho? Se sim, qual? Como as pessoas o utilizam?
- 9 — O espaço por onde você passa é interessante? Como melhorá-lo?
- 10 — Se você não precisasse fazer esse deslocamento, como usaria seu tempo?

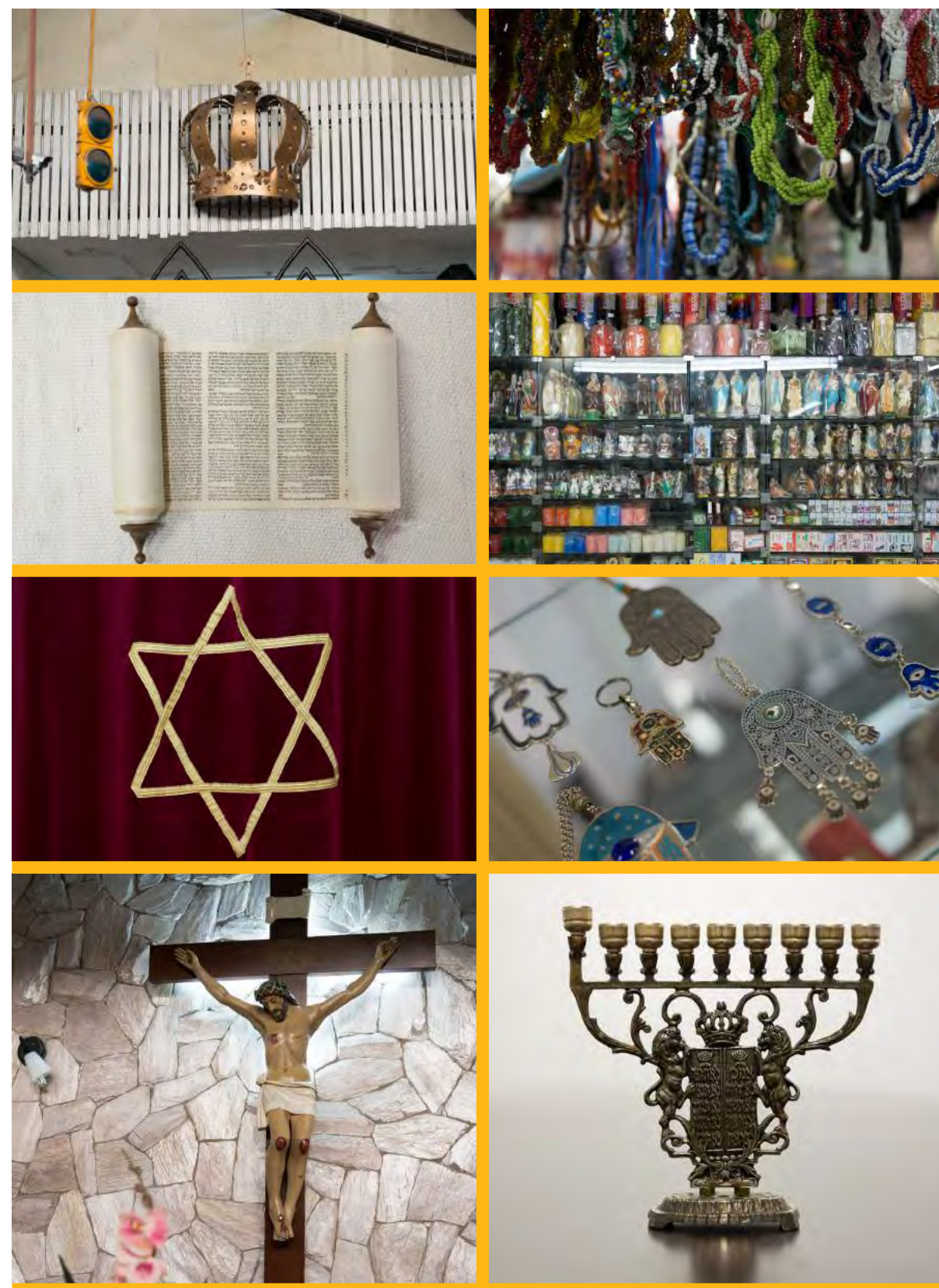
ROTEIRO
RELIGIÃO

ROTEIRO RELIGIÃO

O que as imagens nos fazem pensar acerca da religiosidade dos habitantes da capital mineira? Você acredita que existam especificidades nas manifestações religiosas de Belo Horizonte?

IEMANJÁ

Orixá feminino mais popular do Brasil. Considerada a Rainha do mar, sua atuação maior é sobre os mares e oceanos. É protetora dos marinheiros e dos pescadores, da flora e da fauna marinhas. Também é considerada a Grande Mãe e, por isso, protege a maternidade. O monumento na Lagoa da Pampulha foi esculpido por José Synfroni e inaugurado em 1982.



Símbolos Religiosos, 2013 — Fotos: Pedro Nicoli

Você já pensou na presença de uma estátua e da festa de Iemanjá na Lagoa da Pampulha?

A religiosidade é um dos temas tratados nesta publicação que mais caracterizam a formação cultural do povo brasileiro. Ela afeta a conformação das cidades, o modo de se vestir, a maneira de se relacionar com os grupos e com os indivíduos, de enterrar seus mortos e de organizar as festas. As manifestações religiosas cotidianas podem ser percebidas a todo o momento. Você é atento a essas manifestações?



Monumento a Iemanjá — Foto: Robson Vasconcelos



Reinauguração do monumento à Iemanjá, 2007 — Foto: Isabel Baldoni. Acervo: APCBH/ Fundo ASCOM

Observe as imagens:

As fotos ao lado são atuais e estão nos carros que circulam pela cidade.

O que está escrito nesses adesivos? Por que as pessoas usam esses adesivos? Os adesivos nos informam apenas aquilo que está escrito?

Preparamos este roteiro para explorar Belo Horizonte a partir da temática religiosa, mas não é um roteiro que lida com todas as manifestações religiosas existentes na cidade. Procuraremos interpretar o patrimônio cultural relacionando-o com esse tema. A partir desses exemplos que usaremos esperamos ser possível a construção de outros roteiros e interpretações.

Você já observou os nomes dos bairros da nossa cidade? Consegue lembrar-se de alguns?

Observe os nomes de bairros:

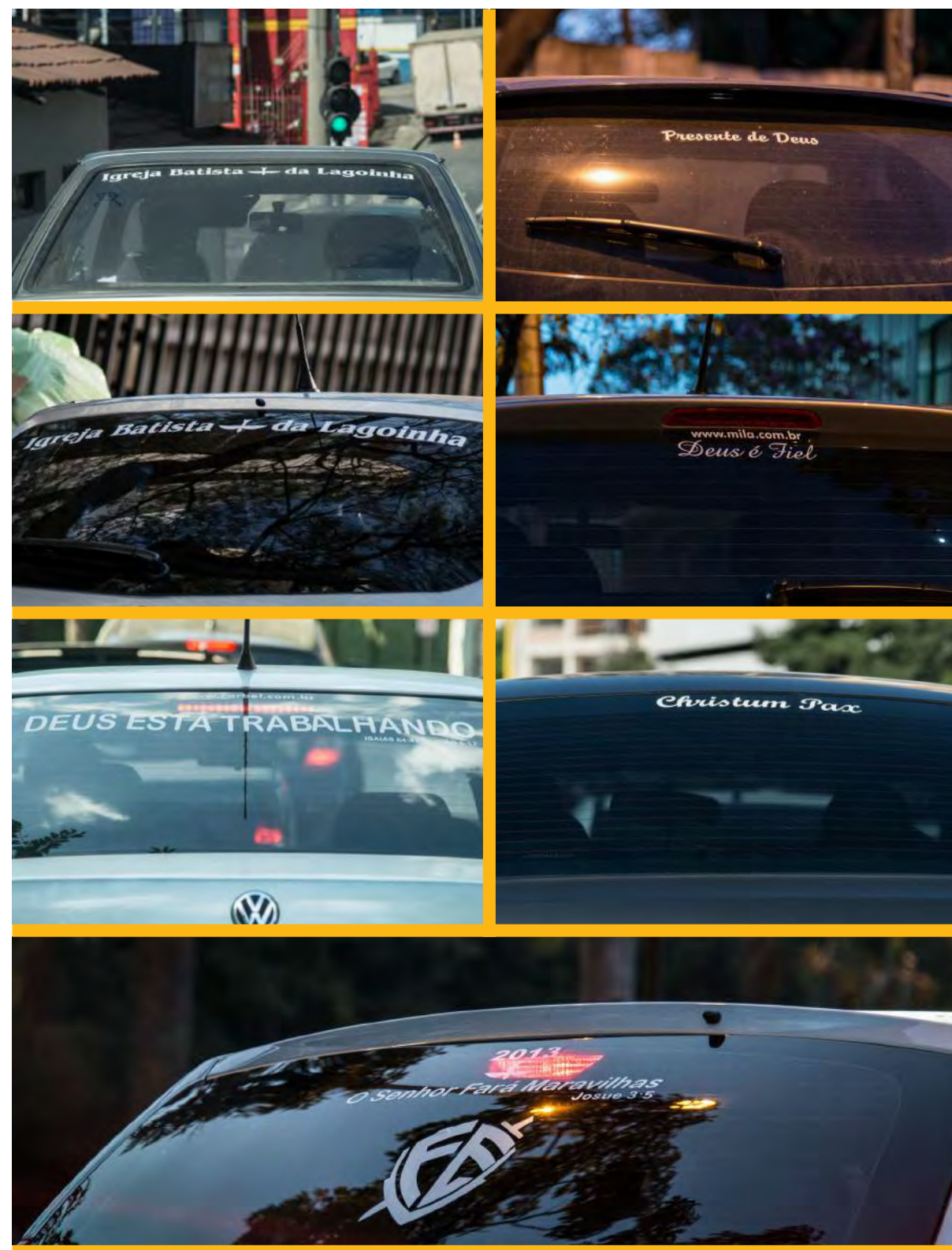
Regional Norte: Frei Leopoldo, Providência, São Bernardo, São Tomaz.

Regional Barreiro: Santa Cecília, Santa Helena, Vila Santa Margarida, Vila Santa Rita.

Regional Pampulha: Santa Amélia, Santa Branca, Santa Rosa, Santa Terezinha, São Francisco, São José, São Luiz.

Regional Venda Nova: Santa Mônica, São João Batista, São Paulo.

Regional Nordeste: Dom Joaquim, Dom Silvério, Paulo VI, Pousada Santo Antônio, Santa Cruz, São Gabriel, São João Batista, São José, São Marcos, São Paulo.



Adesivos em carros nas ruas de Belo Horizonte, 2013 — Fotos: Pedro Nicoli



Igreja São José — APCBH/Fundo ASCOM



Terreiro do Ilê Wopo Olojukan, 1995 ⁶¹

61 BELO HORIZONTE, 1995

Regional Leste: Colégio Batista, Novo São Lucas, Sagrada Família, Santa Efigênia, São Geraldo, Santa Inês, Santa Tereza, São Lucas, Vera Cruz.

Regional Centro-Sul: Anchieta, Carmo, Conjunto Santa Maria, Coração de Jesus, Cruzeiro, Lourdes, Região de Nossa Senhora da Boa Viagem, Santa Lúcia, Santo Agostinho, Santo Antônio, São Pedro, São Bento.

Regional Oeste: Madre Gertrudes, Parque São José.

Regional Noroeste: Aparecida, Aparecida-sétima seção, Bom Jesus, Bonfim, Coração Eucarístico, Dom Bosco, Dom Cabral, Frei Eustáquio, Glória, Monsenhor Messias, Padre Eustáquio, Santa Maria, São Cristóvão, Santo André, São José, São Salvador.

Ao observarmos os nomes dos bairros, podemos perceber a força da religião na cidade. Qual religião é a principal contemplada com os nomes dos bairros?

Proponha uma explicação para essa preferência.

Observe as fotos:

O que você vê nessas fotos? Na primeira conseguimos reconhecer quantas edificações? E na segunda? Há algum símbolo aparente nas fotos que nos ajuda a identificar o local? Você conhece algum desses locais?

As duas fotos referem-se a bens que foram tombados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. A primeira é da Igreja São José, situada no centro de Belo Horizonte, e a segunda é do terreiro do Ilê Wopo Olojukan, no Bairro Aarão Reis.

Apenas usando as fotos como referência é possível fazer uma defesa desses tombamentos?

TOMBAMENTO

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens culturais.

62 BELO HORIZONTE, 1991

Compare as fotos – Qual é a situação da Igreja São José nos dois momentos? Quais construções vemos no entorno da igreja nas duas fotos? Você acha que as pessoas se relacionam com essa igreja hoje da mesma maneira que na época em que foi edificada?

Além disso, destaca-se a importância do espaço desafogado representado pelos jardins, que se contrapõem à massa edificada, aliviando a paisagem urbana e resgatando à escala humana. [...] Durante muito tempo, passava-se num pulo, da missa de São José para o passeio no Parque e o domingo se fazia alegre e abençoado. 62

A Igreja de São José fica no centro de Belo Horizonte, local de tráfego intenso de pessoas, carros, e palco de diversas manifestações religiosas e políticas. Você acredita que a importância dessa construção para a cidade está relacionada à sua arquitetura ou ao uso que as pessoas fazem dela? É possível dissociar o seu uso da sua arquitetura?

IGREJA SÃO JOSÉ

O projeto da Matriz de São José foi elaborado por Edgar Nascentes Coelho em 1901. A igreja foi inaugurada em 1904 e o projeto da escadaria, do arquiteto Luiz Oliveri, aprovado em 1910. Terminada a Matriz, foi construído o convento sob responsabilidade do Irmão Gregório Thiago Malders, arquiteto da Congregação Redentorista. Em 1934, foi construído o Salão Paroquial com projeto de Ângelo Murgel. Depois disso, a área da igreja sofreu novos acréscimos como o prédio de lojas e a Capela da Velas, de 1965. Uma parte da área externa hoje é usada como estacionamento.



Dom João Resende Costa em missa do lado de fora da Igreja São José na ocasião do Dia das Mães, 1963

Acervo APCBH/ Fundo ASCOM



Igreja São José, 1991 — Acervo DIPC

63 BELO HORIZONTE, 1995

64 Idem

Há símbolos religiosos nessa foto? Quais?

[...] o povo de santo, também em Belo Horizonte, tem com os animais, os minerais e os vegetais, com o ar, a água, o fogo e a terra, com o mundo natural e sobrenatural, relações de devoção.” Não há separação entre natureza e cultura.

Os povos africanos e seus descendentes tiveram – e têm- na religião uma arma fundamental para a preservação. O território africano foi aqui redimensionado. [...] Um espaço onde reconstruir a terra pedida e distante. Um espaço mítico materializado em cada árvore, casa, subsolo, vai nos trazer a África.

O Ilê Wopo Olojukan integra-se ao contexto metropolitano da cidade, que cresce absorvendo e modificando suas áreas periféricas. Torna-se cada vez mais difícil a existência de grandes áreas de mata, a criação de animais, o cultivo e a coleta de plantas de valor litúrgico ⁶³.

Analisando os trechos citados é possível pensar o tipo de espaço necessário para a manifestação do candomblé? Existem espaços como esses na região central de Belo Horizonte?

Em entrevista concedida à época da elaboração do Dossiê para o processo de tombamento do terreiro, Carlos Ribeiro da Silva afirma que: “Em 1971, não aceitaram terreiro, mudou o nome para Centro Espírita. Os cartórios na época não aceitavam botar terreiro. A palavra, terreiro até pouco tempo atrás era coisa de baixo nível” ⁶⁴.



Terreiro do Ilê Wopo Olojukan, 1995

TERREIRO ILÊ WOPO OLOJUKAN

O terreiro localiza-se na Rua Benedito Xavier n.2030 — Bairro Aarão Reis e é considerado o mais antigo terreiro de candomblé de Belo Horizonte.

Já em 1995 é publicada no Diário Oficial do Município a seguinte Deliberação:

É possível pensar quais foram as transformações sociais que provocaram essa mudança de olhar sobre o terreiro entre 1971 e 1995?

O trecho abaixo foi retirado da Ata da Reunião com a COHAB, SUDECAP e URBEL realizada no dia 10 de maio de 1996.

“Ata da Reunião com a COHAB, SUDECAP E URBEL – [...] correspondente a canalização do Ribeirão do Onça, cujas obras atingirão área do Ilê Wopo Olojukan tombado em 09.11.1995. [...] Dr. Cássio Magnani argumenta que o tombamento do Ilê Wopo Olojukan foi posterior ao Decreto Estadual de 17.06.95, que determinou ser de utilidade pública a área que será desapropriada. Em seguida Dra Maria da Betâna apresentou a planta da área onde serão feitas as obras, explicando a importância da mesma para a cidade de Belo Horizonte, no sentido de proporcionar o desenvolvimento comercial daquela região bem como, para a população ribeirinha, visto que as mesmas serão assentadas em locais mais dignos de sobrevivência”⁶⁵.

Qual foi a discussão principal dessa reunião?

Após refletir sobre a importância da proteção dos bens culturais e a necessidade de obras para o desenvolvimento da cidade, proponha uma solução para o problema expresso na ata.



Diário Oficial do Município, 17 de novembro de 1995 (editado) — Acervo: APCBH

66 BELO HORIZONTE, 2009

Quais informações podemos extrair do gráfico ao lado?
É possível aferir as motivações? No dia a dia da cidade
é possível perceber a presença dessas manifestações?
Como? Você acha que outros grupos religiosos também
cresceram da mesma maneira?

A mensagem de Cristo custou muito a chegar às cidades antigas de Minas Gerais. O povo, agarrado demais às tradições, aos mitos e ao fetichismo dos tempos coloniais, dava-se bem com o cerimonial vazio e as lendas velhas. [...] Convenhamos que, antes de nós, aqui já operavam outros grupos evangélicos como os batistas e os metodistas. (ABDÊNAGO, 1974)

A construção da Igreja causou grande polêmica e revoltou grande parte da vizinhança local, tradicionalmente católica. Muitos moradores, inclusive, chegaram a apedrejar os vidros da Igreja, por várias vezes seguidas (PIMENTEL, 1993:91). Também o Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Cabral, alegando que tal instalação seria uma ofensa ao sentimento religioso dos belo-horizontinos, solicitou seu embargo ao prefeito Juscelino Kubitschek. Este, ao contrário do que foi solicitado pelo prelado, interveio para que a obra de construção do templo batista fosse levada à diante ⁶⁶.

Quais as dificuldades apresentadas nos dois trechos acima?
A convivência religiosa na nossa cidade é pacífica ou ainda temos problemas?

IGREJAS PRESBITERIANAS EM BELO HORIZONTE

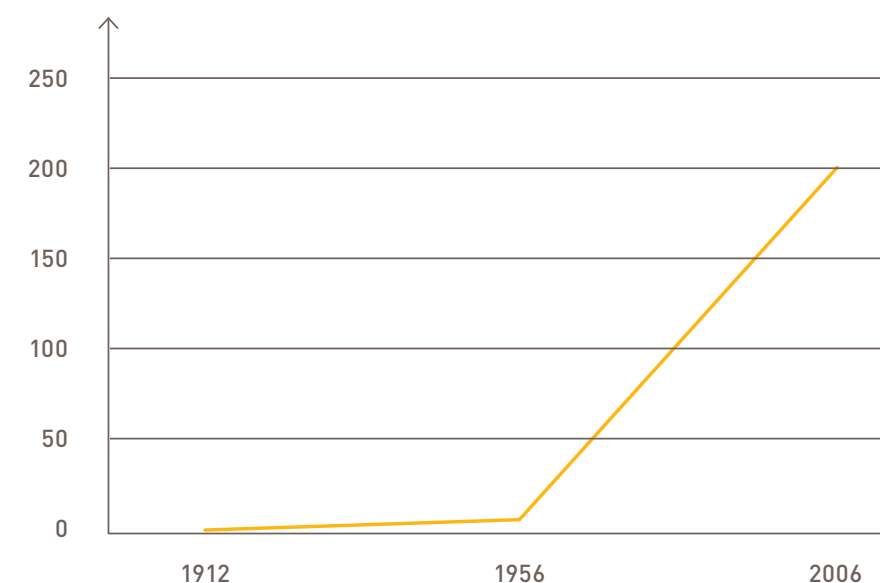


Gráfico de Crescimento das Igrejas Presbiterianas elaborado pelos autores

IGREJA PRESBITERIANA

O Templo da Primeira Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte foi construído em 1922. Em 1960, a edificação foi demolida e outra foi construída, tendo em 2008 recebido o tombamento municipal. Está localizada na Rua Ceará, esquina com Avenida Afonso Pena.

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Nas imagens ao lado se destacam templos religiosos. Escolha uma das religiões apresentadas e elabore um pequeno “dossiê de tombamento” tratando da importância dessa manifestação religiosa para a cidade. Não se esqueça de abordar as referências arquitetônicas do templo, a representatividade deste bem para a coletividade e para a manutenção de um patrimônio cultural diverso para Belo Horizonte.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO

Material elaborado por meio de pesquisa que traz elementos para subsidiar a tomada de decisão sobre a pertinência de proteção de um bem cultural.



Templo religioso, 2013 — Fotos Pedro Nicoli



Templo religioso, 2013 — Fotos Pedro Nicoli



Templo religioso, 2007 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB. Foto: Juvenal Lima



Templo religioso, 2007 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB. Foto: Gilvan Rodrigues



Templo religioso, 2007 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB. Foto: Ana Carolina Pereira

ROTEIRO
ESCOLAS

ROTEIRO ESCOLAS



67 PAULA *apud* VIANA, 2004:84

“Cidade de burocratas e estudantes. Cidade que parece ser só sorriso e cabeça pensante.” ⁶⁷

Quase a totalidade das crianças em idade escolar está matriculada. São 811 escolas particulares, 188 escolas municipais, 235 escolas estaduais, além de escolas federais e unidades municipais de ensino infantis. A presença das escolas na cidade é fortíssima. Nos horários de início das aulas, estudantes com mochilas nas costas e uniformes escolares se multiplicam. O sinal toca, eles somem da cidade e vão para dentro dos muros das escolas. No período de férias escolares, a cidade se modifica: o trânsito mais tranquilo, os ônibus mais vazios. Os alunos somem, as crianças reaparecem, as praças e os parques movimentam-se. Nos cinemas o número de lançamentos, principalmente dos filmes voltados aos adolescentes e crianças, amplia-se. Os clubes são mais frequentados, os preços dos “pacotes de férias” para os viajantes sofrem uma inflação. Fevereiro chega, as papelarias estão cheias, os uniformes reaparecem, o sinal volta a tocar, o ano recomeça...

São essas marcas da escola nos tempos e movimentos da cidade que abordaremos neste roteiro.



Colégio Marconi, 2006 — Foto: Isabel Baldoni. Acervo: APCBH/ Fundo ASCOM

Belo Horizonte, cidade planejada para ser civilizada, higiênica e moderna, deveria também ter uma população que a representasse. Era necessário criar um novo homem que pudesse viver nesse espaço urbano. A instituição escolar seria responsável por essa tarefa.

A inauguração do primeiro Grupo Escolar de Belo Horizonte aconteceu em 1906. Até então existiam escolas isoladas. O modelo do Grupo Escolar era uma nova modalidade, que procurava racionalizar o ensino, construindo classes homogêneas, currículos uniformes, divisão do trabalho e maior controle sobre os alunos e professores. Na região urbana da nova capital são construídos prédios específicos para abrigar escolas que saem do espaço privado, deixando os prédios improvisados, e a educação ganha o seu lugar.

Em 1914, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco ganhou sua sede em uma região central da cidade.

Observe a imagem. Quais são as características da fachada da escola? Em 1914, em uma recém-inaugurada capital, ainda pouco ocupada, o Grupo Escolar tinha uma presença marcante na paisagem. Por que construir um prédio com tanta visibilidade para abrigar uma escola? Por que nomear uma escola como Barão do Rio Branco?

Além dos grupos escolares, a região central da cidade também possuía um educandário ginasial. O Ginásio Mineiro, transferido de Ouro Preto para a Cidade de Minas, era o estabelecimento responsável por educar os jovens, procurando disciplinar e formar cidadãos.

A partir de 1903, os estudantes do Ginásio Mineiro que estivessem usando uniforme teriam direito a meio passe de bonde. Por meio da roupa, esses jovens começaram a ser identificados na cidade.

Em relatório de 1908, o reitor da Instituição, Boaventura Santos, declara que:

Temos feito exercer nossa influência até fora do estabelecimento, para que todos se convençam de que os vigiamos de longe. Já puni alumnos pelo seu mal procedimento nos bondes: e há poucos dias suspendi um que atirou bomba no jardim ou na porta de um collegio quando (...) se retirava para casa. (SANTOS apud VIANA, 2004) (SIC)



Grupo Barão do Rio Branco, data provável 1930/1949 — Acervo MHAB. Foto: Photo Nunes

68 FARIA FILHO, 1996:94

69 Idem.

70 HARRINGTON *apud* SANTOS, 2010:182

Em 1911, inicia-se a construção de grupos escolares na região suburbana. Ao contrário dos imponentes prédios construídos na região urbana, as instituições suburbanas não recebem tanta atenção, funcionando em edificações adaptadas, com corpo de funcionários reduzido.

Em relatório apresentado pela diretora do Grupo Escolar da Colônia Bias Fortes, em 1915, lemos que:

Um tempo precioso foi consumido em arrancar das crianças os vícios contraídos do lar. No bairro em que está situado esse grupo (Henrique Diniz) as crianças são criadas geralmente nas ruas, sendo pois, com grande esforço, que se consegue boa disciplina, por que não estão habituadas a sujeição e obediência ⁶⁸.

A diretora do Grupo Escolar do Barro Preto, área também ocupada por trabalhadores de renda mais baixa, escrevia em 1913 que:

A biblioteca, tanto quanto os “cursos complementares e agrícolas”, ou, como já vimos, os espetáculos e cerimônias escolares, pode ser concebida também como uma forma de trazer as “pessoas do bairro” para dentro da escola e, assim, quem sabe, ir mudando seus hábitos e costumes “domésticos”, que tanto prejudicam a freqüência e o aproveitamento dos meninos e meninas ⁶⁹.

Nos trechos dos três diretores das escolas de Belo Horizonte podemos perceber uma preocupação com uma educação que ultrapassasse os muros das escolas. Qual visão os diretores têm da rua? E das famílias? Qual seria a obrigação da escola em relação à cidade? E em relação aos alunos? E atualmente, quais são as preocupações da escola?

Além das escolas públicas, foram inauguradas várias escolas particulares, sendo grande parte de escolas confessionais (católicas ou protestantes). Colégio Santa Maria, Izabella Hendrix, Sagrado Coração de Jesus, Imaculada são algumas das escolas de orientação religiosa existentes nas primeiras décadas do século XX na capital.

O Colégio Batista Mineiro foi a segunda escola de orientação protestante inaugurada na capital (após o Izabela Hendrix). A sede própria da escola ocupou uma área até então conhecida como “Colina da Floresta”.

Antes de pensar em comprar qualquer propriedade para o Colégio, Dr. Maddox tentou alugar uma casa (...). Quando tinha alugado uma casa e aprontava tudo para iniciar as aulas, o dono pediu as chaves de volta, alegando que não sabia que ia ser usada para uma escola protestante ⁷⁰.

Por que o Pastor Maddox (primeiro diretor do Colégio Batista) teve dificuldade em alugar uma casa para iniciar a escola? Você acha que a escola iniciou com um grande número de alunos? Por quê? E hoje, há um número maior de escolas protestantes?

A história das igrejas e da educação se mistura muito, sendo as primeiras responsáveis pela educação de parte da população no mundo todo. Por que as Igrejas, além de templos, também constroem escolas?

71 GERKEN, 2009:16

O nome Colégio Batista passou a designar toda uma região no alto do Bairro Floresta. Como esse processo aconteceu? Qual conotação tinha ser chamado de morador do “Colégio Batista”?

O Colégio Batista também ficou conhecido por sua arquitetura na década de 1930. Era considerado um prédio moderno, de concreto armado, higiênico e salubre. Como ficava no alto de uma colina, podia ser avistado de várias partes da cidade.

A presença das escolas na cidade não se restringe à presença do seu prédio. As festas, os desfiles de 7 de setembro, comemorações do 15 de novembro, dentre outros, eram momentos em que grupos de alunos saíam às ruas e havia uma disputa para saber qual escola tinha se destacado. Mas as excursões escolares também traziam visibilidade aos alunos:

Dia de fazer excursão também era uma festa! Aquele dia também foi uma festa: quando todas as crianças saíram do Grupo Escolar Helena Pena para uma excursão que fizemos a pé pelas ruas do Bairro Sagrada Família até o Bairro Floresta. Quando passávamos pelas ruas, as pessoas, ouvindo vozes infantis, saíam das suas casas para nos ver passar. Como morávamos perto, os encontros eram comuns e, por vezes, podíamos nos encontrar com alguns familiares, o que gerava sempre uma grande emoção. O destino: o Cine Floresta[...]”⁷¹.

Para onde os alunos estavam indo? Era um lugar desconhecido para eles? Qual é a emoção de sair em uma atividade fora da escola? A autora afirma que os alunos estavam passando por um caminho que fazia parte do cotidiano. Por que agora a emoção era diferente?



Colégio Batista, 1947 — Acervo: MHAB

Essas escolas seguem modelos de arquitetura relativamente comuns às escolas públicas na nossa cidade.

Ao observar a imagem, vamos refletir sobre o significado desse espaço.

Você acha que essa edificação foi planejada para essa comunidade na qual está inserida ou seguiu um modelo de arquitetura escolar? O que significa existir um modelo de arquitetura escolar padronizado?

Observe o interior da escola:

Todas as suas áreas são visíveis ou existem lugares escondidos? Existem lugares que são proibidos aos alunos? Quais? Existem lugares proibidos aos diretores/professores? Quais? Existem áreas livres? Identifique-as. Qual é a importância do pátio e da quadra? A comunidade pode entrar livremente na escola? E os alunos podem sair?

Quando tratamos do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, no início do roteiro, abordamos a presença marcante do seu prédio na região em que estava inserido. Você acha que essa escola tem a mesma presença marcante? Qual é a diferença delas? De que outras formas a escola pode se fazer presente na comunidade?



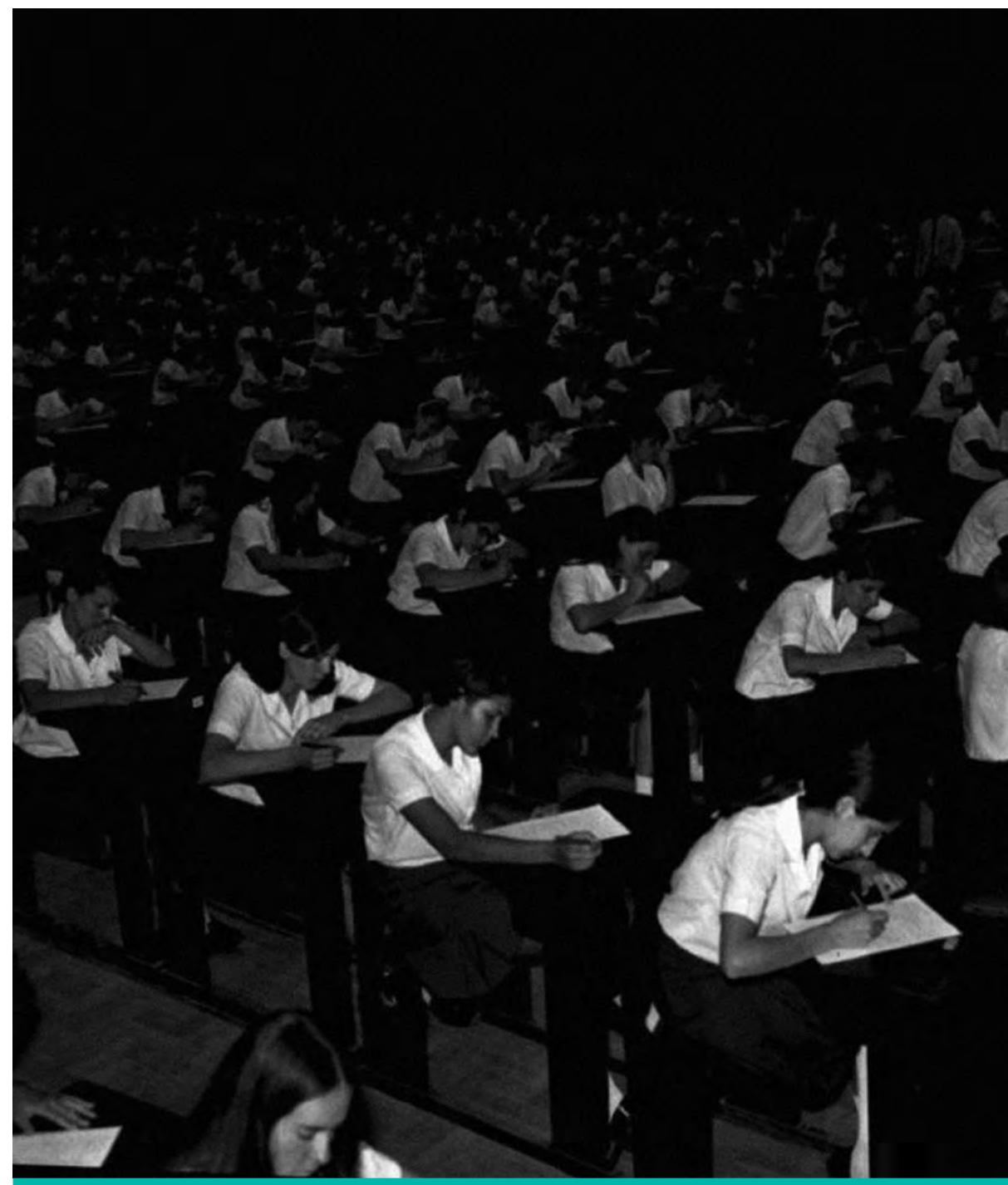
Escola Estadual Antônio Clemente, 2007 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB. Foto: Weruska Cançado.



Escola Municipal Salgado Filho, 2007 — Acervo: Arquivo Administrativo MHAB. Foto: Aluno da escola.



Sala de Aula do Colégio Marconi, 2006 — Acervo: APCBH/ Fundo ASCOM. Foto: Isabel Baldoni



Colégio Municipal, 1967 — Acervo: APCBH/ Fundo ASCOM

Observe as duas imagens:

Elas apresentam o interior da escola com alunos em atividades em diferentes períodos. Em que elas se diferem? Em que elas se assemelham? Nessas cerca de 40 anos que separam uma fotografia da outra, há mudanças significativas na instituição escolar?



Fachada da Escola Municipal Lídia Angélica, 2013 — Foto: Pedro Nicoli

Esses muros são marcas da escola integrada que se espalham pela cidade. Que relações essa escola estabelece com o espaço da cidade? Há um lugar específico para a educação?

As crianças se deslocam para as escolas todos os dias, o caminho da escola é um dos principais locais nos quais as elas se relacionam com a cidade.

Procure se lembrar do caminho que você fazia da sua casa até a escola na qual estudou (ou na que trabalha).

O que você encontrava nesse caminho? Quais os elementos da paisagem que marcaram você? O que você aprendeu sobre a sua cidade nesse caminho? Você fez amizades? Viveu algum momento difícil? Você ia a pé para a escola, de carro, especial ou transporte público? Qual era o sentimento nesse deslocamento: alegria, tédio, preguiça, excitação, sono? Que mudanças cotidianas a escola traz à vida da criança?

No roteiro Áreas Verdes tratamos da Escola Hélio Pellegrino que colaborou com a mobilização, possibilitando a abertura de um parque público.

PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

No roteiro vimos alguns tipos de escolas e percebemos que elas são criadas pelo seu contexto, além de também o criarem. Todos os dias ouvimos críticas ao modelo atual das escolas, muitas vezes considerado antigo, sem relação com o contexto atual das novas tecnologias. Outras tantas vezes, ouvimos críticas aos alunos atuais, que são muitas vezes considerados desrespeitosos, agressivos e sem vontade de aprender.

Você concorda com esse diagnóstico? Nesta atividade vamos tentar planejar a escola ideal. Reflita sobre o modelo de escola que considera perfeita, considerando as seguintes questões:

- 1 — Quais seriam os objetivos dessa escola?
- 2 — Ela seria comunitária, pública, particular?
- 3 — Quais seriam as disciplinas ministradas?
- 4 — Quantas horas por dia os alunos ficariam na escola?
- 5 — Como seria o prédio escolar?
- 6 — Em qual lugar de Belo Horizonte ela seria construída?
- 7 — Como seria a organização das turmas? Existiriam turmas?
- 8 — Como seria o processo avaliativo?
- 9 — Qual público atenderia?
- 10 — Como seriam as salas? Existiriam salas?
- 11 — Que material seria necessário?
- 12 — Quem seriam os professores?
- 13 — Seria possível transformar as suas ideias em realidade? Por quê?

BELO HORIZONTE
**E A NATUREZA
DA METRÓPOLE**

BELO HORIZONTE E A NATUREZA DA METRÓPOLE: UM BREVE HISTÓRICO DA CAPITAL DE MINAS GERAIS

Yuri Mello Mesquita | *Historiador e diretor do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*

72 JORNAL DE MINAS. *BH Ano 80: Edição Histórica sobre o 80º aniversário de BH. Belo Horizonte: JM Divisão Editorial Especial, 1977, p. 3; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto. Belo Horizonte: SEPLAG, FJP/CEHC, 1997. [Coleção Centenário]. p. 23-28. A FJP publicou cinco fascículos sobre o saneamento básico da cidade, em 1997. Algumas referências a seguir serão feitas de acordo com os títulos dos fascículos consultados.**



Bares, restaurantes, supermercados, *shoppings* e outros estabelecimentos comerciais têm feito plotagens e pendurado quadros com fotografias da cidade de Belo Horizonte de períodos anteriores à década de 1950. Essas imagens, geralmente, mostram uma cidade arborizada e provinciana, com poucos carros e belos casarões. A contemplação desses cartões postais cria um sentimento nostálgico em alguns cidadãos, mesmo naqueles que não viveram essa época, que imaginam um passado de tranquilidade, de uma cidade mais simples, sem os movimentos rápidos e frenéticos da urbe contemporânea. Essa proliferação imagética no comércio, somada à falta de literatura histórica sobre Belo Horizonte pós-1945, entre outros fatores, criou uma “história cartão postal” da nossa cidade que valoriza de forma desmesurada o passado em detrimento do presente, muito comum em algumas matérias jornalísticas que ficam mais abundantes na proximidade do dia 12 de dezembro, aniversário da capital de Minas.

Todavia, ao analisarmos mais de perto a rica documentação do APCBH, e os jornais de Belo Horizonte durante toda a sua

história, percebemos uma cidade cheia de contrastes, com seus problemas e virtudes, que se transformou num ritmo muito intenso, principalmente a partir dos anos 1950. Como historiador, pretendo aqui fazer um breve histórico da capital de Minas Gerais, focando na sua fundação em 1897, mas sem ignorar o período pós-Juscelino Kubitschek na municipalidade (1940-1945). Pretende-se chamar atenção para o processo de metropolização, que ocorreu em ritmo intenso, principalmente entre 1950-1970. O objetivo deste pequeno artigo é deixar alguns termos lidos neste livro mais claros e desmitificar alguns “lugares comuns” sobre a história de Belo Horizonte. O breve espaço, todavia, impede reflexões mais profundas, mas se espera que este texto também sirva de convite para o leitor se aventurar pelos acervos dos órgãos da Fundação Municipal de Cultura, e pela história da capital de Minas Gerais.

BH ANTES DE BH

Os anos que se seguiram à proclamação da República foram marcados, em Minas Gerais, por instabilidades políticas, administrativas e econômicas causadas, entre outros fatores, por disputas entre ex-monarquistas e republicanos, por anseios separatistas de regiões como a Zona da Mata e o Sul de Minas, e pela falta de sintonia entre as elites políticas do estado. Esses problemas provocaram constantes mudanças na administração de Minas Gerais, que teve cinco diferentes presidentes nomeados entre 1889 e 1891 ⁷². Nesse contexto de incerteza, a mobilização pela mudança da capital, desejo dos republicanos e de fortes grupos políticos do estado, perdeu um pouco de força, mas foi manifestada de forma recorrente por membros da

73 Essa reforma foi planejada em 1890 prevendo-se o alargamento das ruas e praças, nivelamento de morros e colinas, construção de pontes sobre vales. Foi feito, inclusive, um plano de diversificação econômica para o município, como o cultivo de uvas e a produção de vinhos, mas nada disso foi efetivado.

74 O presidente do estado corresponde hoje ao cargo de governador.

75 VIANNA, 1997:13

76 Samuel Gomes Pereira foi o engenheiro responsável pela região que, futuramente, abrigaria Belo Horizonte.

77 VIANNA, 1997:23-26

78 MINAS GERAIS, 1893:16-19

administração pública, sempre com forte reação de grupos políticos simpáticos a Ouro Preto, que pretendiam a modernização da cidade colonial através de uma ampla reforma **73**.

Nesse contexto, acreditava-se que o nome Curral d'El Rey, que abrigaria a Cidade de Minas, representava o atraso do regime monárquico recém-deposto. Assim, já em 1889, membros do clube republicano do pequeno arraial, emoldurado pela Serra do Curral, reuniram-se para escolher um novo nome, mais adequado ao novo regime. Depois de várias reuniões e propostas, foi proposto o nome de Arraial de Belo Horizonte.

No governo de Augusto de Lima, iniciado em março de 1891, o movimento de mudança da capital ganhou força. O governante chegou a decretar a transferência para a região do Curral d'El Rey. Com isso, o então presidente de Minas Gerais **74** pretendia integrar Minas Gerais à economia internacional, criar um centro administrativo moderno e dinâmico e refrear as tendências separatistas de regiões como a Zona da Mata e o Sul de Minas, entre outros objetivos. Contudo, devido à forte reação dos defensores de Outro Preto e de outras localidades, Augusto de Lima recuou, deixando a decisão para o Congresso Constituinte **75**.

Após uma série de debates, o Congresso mineiro aprovou, nas Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 15 de junho de 1891, a mudança da capital do estado, mas a decisão sobre o local dependeria de estudos a serem realizados por uma ou mais comissões, livremente nomeadas pelo presidente do estado. No final de 1892, após a eleição de Afonso Pena, é formada a Comissão de Estudos das Localidades, presidida pelo engenheiro Aarão Reis e composta por técnicos de fora de Minas Gerais para evitar polêmicas de favorecimento de uma

região do estado em detrimento de outra. A Comissão, a partir de 1893, fez estudos envolvendo as cidades de Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna, Várzea do Marçal e Curral d'El Rey (Arraial de Belo Horizonte) **76**.

As análises deveriam compreender, em primeiro lugar, as qualidades naturais de salubridade de cada terreno, ou seja, a situação do solo e do subsolo, o clima, a presença de pragas, doenças e bactérias infectocontagiosas. Após a análise desses elementos, era colocada a questão dos mananciais de água, a sua possibilidade de uso para consumo e para esgoto e a facilidade da instalação das redes sanitárias.

O relatório final da Comissão, entregue ao governo do estado por Aarão Reis, a 16 de junho de 1893, apresentou um estudo muito favorável em relação aos mananciais do sítio que abrigava o arraial do Curral d'El Rey. As análises das águas dos córregos Acaba Mundo, Serra, Cercado e Cercadinho deram resultados satisfatórios e poderiam ser utilizadas sem *“filtragem preventiva”* devido à sua pureza **77**. O relatório discorre também sobre a hidrografia da região, informando a existência de vários córregos e ribeirões, afluentes majoritariamente do Rio Arrudas, dos quais pelo menos 12 poderiam ser aproveitados para o serviço de abastecimento. O sistema a ser construído poderia ser capaz de atender às necessidades de 400.000 habitantes com consumo de 300 litros de água por dia. Para o *“futuro mais remoto”*, havia ainda o Ribeirão dos Macacos, em Nova Lima, e da Pantana, em Ibirité, que poderiam ser *“canalizados para o serviço da nova cidade, quando esta atingir as proporções correspondentes à necessidade de tais trabalhos”* **78**.

Aarão Reis, encarregado do relatório final, apresentou Várzea do Marçal, na Zona da Mata, como primeira opção para a nova capital, ficando Curral d'El Rey em segundo lugar. As duas regiões ofereceriam as melhores condições de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, mas Várzea do Marçal levaria vantagem quanto à comunicação, através das ferrovias, com outras regiões do estado e do País. A partir da divulgação do estudo, as discussões e os confrontos políticos dos defensores de cada região se intensificaram e, nesses debates, aspectos naturais foram levantados e utilizados como argumento.

Os defensores da região do Curral d'El Rey argumentavam que o grande número de córregos da cidade poderia servir para o abastecimento, fornecer umidade nas épocas mais secas e ajudar na manutenção de uma temperatura estável. Em relação ao clima, a Serra do Curral também foi citada, pois a moldura da futura cidade impediria a chegada dos ventos úmidos e frios do sul.

79 Segundo Abílio Barreto, os votos dos representantes de Ouro Preto em favor do arraial Curral d'El Rey foram fundamentais para a vitória deste sítio. Barreto afirma que os ouro-pretanos acreditavam que a construção da capital, num arraial pobre e sem ferrovias, não seria viável dentro do prazo estabelecido, o que poderia inviabilizar a mudança. (BARRETO, 1995:430-32)

80 FJP, 1997:33.

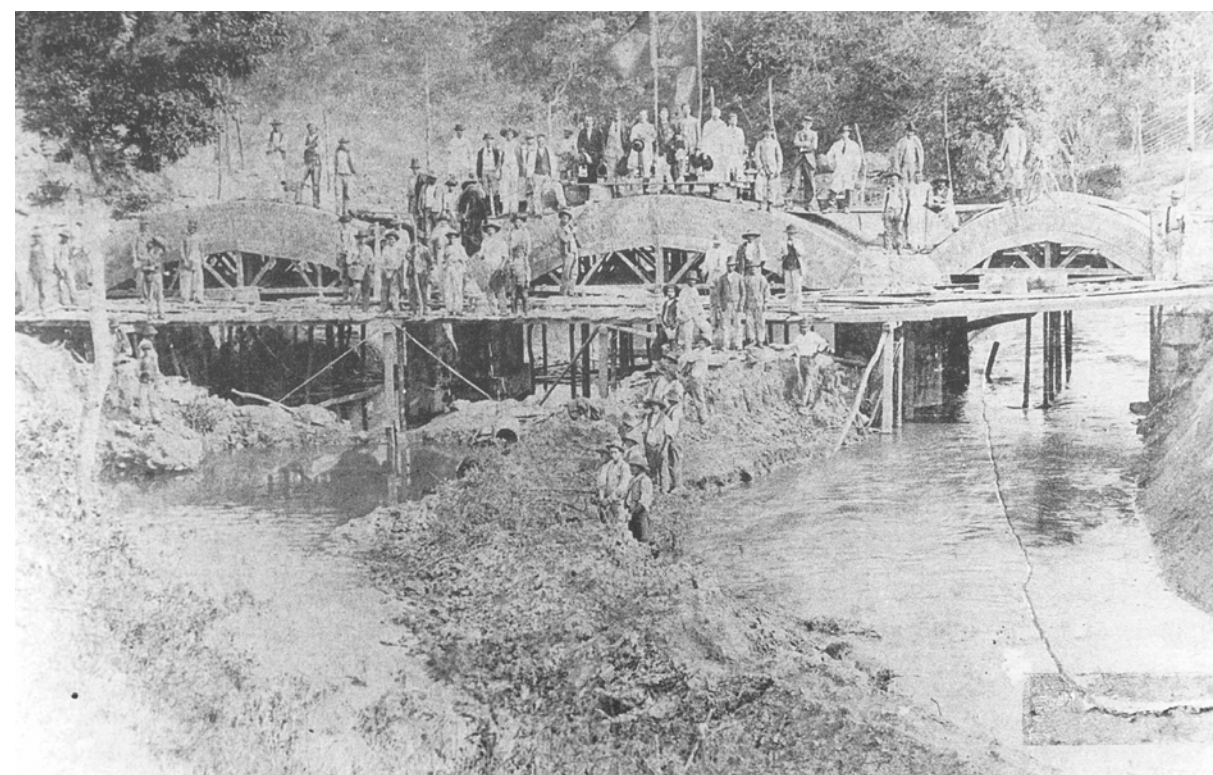
Evidentemente os principais motivos da escolha da região para a nova capital foram políticos. Os grupos da região Central, Norte e Oeste de Minas foram favoráveis a Curral d'El Rey, que ganhou por uma estreita margem de votos. De qualquer forma, os rios ganharam posição de destaque tanto nos relatórios técnicos quanto nos debates políticos **79**.

Após a escolha da região, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi criada, por meio de decreto, no dia 14 de fevereiro de 1894. Para sua chefia, foi nomeado, mais uma vez, o engenheiro Aarão Reis, membro da geração pré-republicana da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A futura cidade deveria responder a exigências relativas aos padrões de assepsia, salubridade e higiene urbana, compatíveis com uma visão científica das urbes típica do final do século XIX na Europa, em que o sanitarismo tinha enorme importância. Os engenheiros responsáveis pelo planejamento sanitário da CCNC traziam os ideais mais recentes de engenharia sanitária do velho continente, mas, devido às especificidades do solo, dos rios, do clima, do prazo apertado e da escassez de recursos, os técnicos tiveram que improvisar soluções no calor do momento. Algumas delas deram certo, outras nem tanto, por isso pode-se afirmar que a engenharia sanitária adotada na Nova Capital de Minas Gerais foi, em grande medida, testada e desenvolvida localmente.

Em junho de 1895, houve uma reestruturação na CCNC. Nas mudanças, o engenheiro Francisco de Paula Bicalho sucedeu Aarão Reis, que saiu após discordâncias com Bias Fortes, o presidente do estado. Bicalho tinha aproximadamente dois anos para construir uma cidade adequada a receber a sede do governo estadual **80**, e esse prazo apertado fez com que a Comissão tomasse ações

rápidas para efetivar obras vitais para o funcionamento da urbe. Assim, a nova direção repensou o que havia sido planejado em relação ao sistema de esgotos. Na pressa de inaugurar a capital, entretanto, foi tomada a lamentável decisão de efetuar o lançamento de esgotos direto no Rio Arrudas, sem qualquer tipo de depuração ou tratamento, contrariando o que era previsto nos planos iniciais de Reis e Bicalho.

A hidrografia teve papel relevante na escolha do sítio em que a cidade seria construída, e as primeiras análises dos córregos Acaba Mundo, Serra, Cercado e Cercadinho, elogiados pela qualidade e limpidez da água, indicaram que eles seriam aptos para a captação. Além deles, havia ainda o Ribeirão Arrudas, que poderia arcar com a tarefa de levar o esgoto, depois de devidamente tratado, para fora da urbe. Mas, no projeto da Nova Capital de Minas, esses córregos foram relegados a um segundo plano da vida urbana, pois seriam canalizados para acompanhar as ruas retas, com esquinas em 90 graus.



Trabalhos de tubulação no Ribeirão Arrudas, março de 1896

Acervo MHAB. Disponível em: www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br

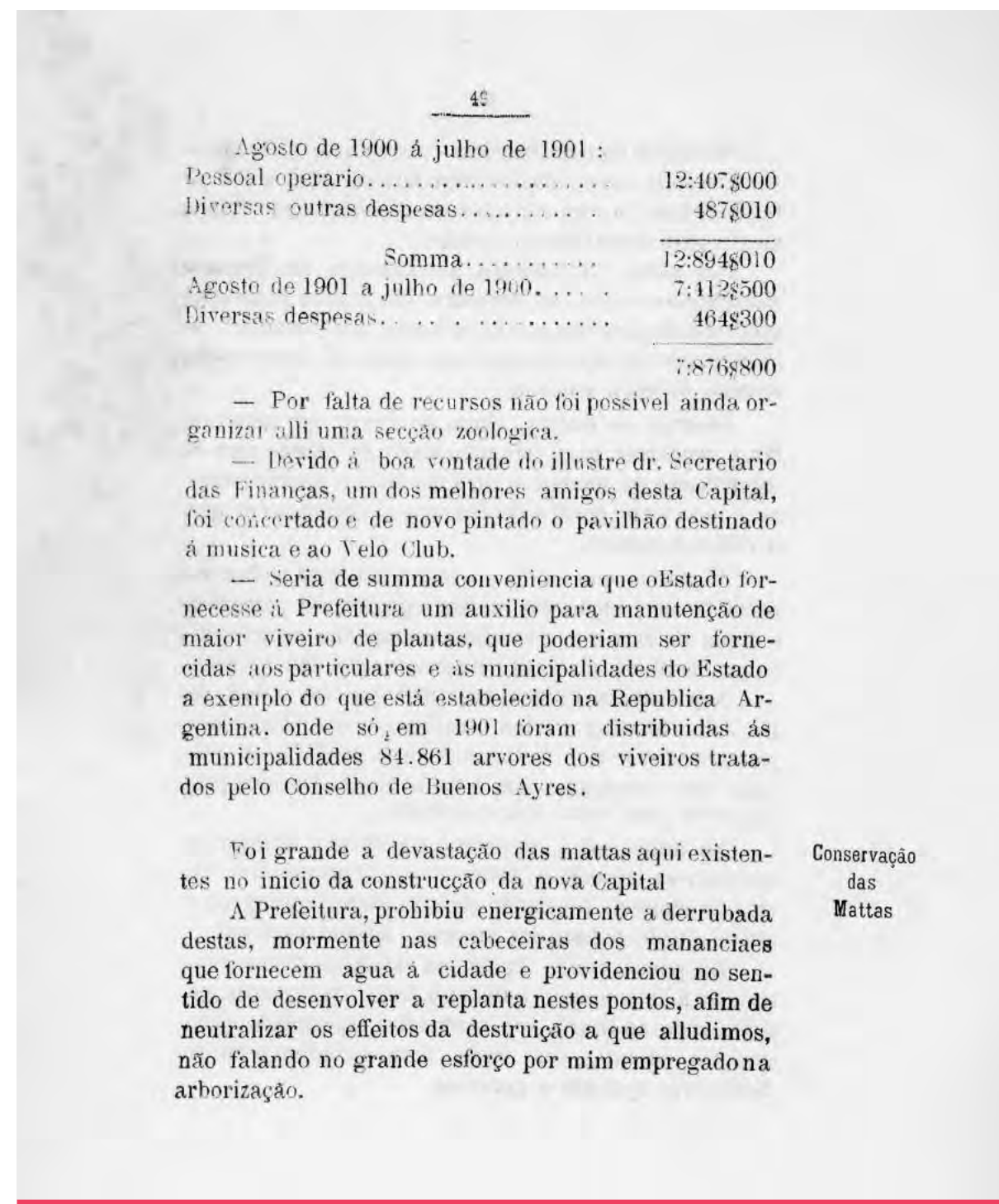
81 PREFEITURA DE BELO
HORIZONTE, 1900:49

82 DUARTE, 2006

A CIDADE DE MINAS

Em 12 de dezembro de 1897, dia de grandes festejos, foi inaugurada a Cidade de Minas, nova capital do estado. A nova cidade foi descrita por visitantes e seus primeiros habitantes como algo inacabado, com ruas vazias, poucos edifícios, com muita poeira na seca e muita lama na época de chuvas. Não havia muitas opções de entretenimento e o movimento era escasso mesmo nas ruas mais centrais, que também eram mal iluminadas à noite. Havia enormes espaços vazios, com poucas árvores, o que ocasionava fortes ventanias, principalmente no final do inverno, espalhando poeira por toda a cidade. Em 1901, durante a gestão de Bernardo Monteiro, a Cidade de Minas passou a se chamar Belo Horizonte, além disso, foi iniciado efetivamente o processo de arborização ⁸¹, que diminuiu os efeitos danosos das fortes ventanias propiciando também sombra, muito útil nos meses mais quentes do verão. Vale ressaltar que o verde, moldura das principais ruas da cidade, adquiriu, com o passar dos anos, um sentido de patrimônio coletivo em Belo Horizonte. Dessa forma, o conceito de “Cidade Jardim” foi reinventado e reutilizado várias vezes durante a história de Belo Horizonte ⁸².

Tendo em vista essas descrições da cidade recém-inaugurada, vale a pena ressaltar a necessidade de separar o projetado do construído e delimitar os limites entre o projeto e a obra. A Comissão chefiada por Aarão Reis projetou uma cidade de grande porte, capaz de suportar 200 mil habitantes, com água e instalações sanitárias que seriam disponíveis a todos, mas houve uma grande diferença entre o projeto e a execução. A CCNC enfrentou problemas financeiros, de tempo, de logística, de falta de materiais, de escassez de mão de obra especializada, dentre outros. Devido a esses fatores, a rede de água não foi construída conforme o plano, os materiais



Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Bernardo Pinto Monteiro. p. 49 — Acervo APCBH/Coleção Relatórios Anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte

83 GUIMARÃES, 1991:195

pretendidos não foram utilizados e a capacidade da mesma era bem inferior ao necessário.

Em relação aos esgotos, os problemas foram ainda maiores. A estação de tratamento planejada não foi construída e o lançamento de detritos foi feita de forma direta no Rio Arrudas, uma lamentável decisão tomada na pressa de construir o sistema de esgotos da cidade. Além disso, as galerias pluviais não foram construídas, levando a uma sobrecarga do sistema. Deve-se destacar também que a rede de esgoto se limitava às casas na zona urbana com plantas aprovadas pela municipalidade. Dessa forma, em outros locais não havia o menor controle em relação aos dejetos produzidos pelos lares, jogados em regos improvisados nas ruas, nos córregos ou em cisternas que, em alguns casos, comprometiam os lençóis freáticos, poluindo alguns córregos desde a nascente. Esses improvisos e a falta de respeito aos preceitos sanitários da época, tão propalados pelos projetistas da urbe, fizeram com que a cidade não tivesse um planejamento de infraestrutura sanitária para orientar a sua expansão, resultando em graves problemas no abastecimento de água e na rede de esgotos.

BELO HORIZONTE, CIDADE MUTANTE

Esses problemas estruturais, somados ao crescimento descontrolado e à falta de planejamento em longo prazo, criaram uma bola de neve com péssimas consequências para a cidade. A partir do final dos anos 1940, a situação sanitária de Belo Horizonte tornou-se cada vez mais crítica, com o arrebitamento de esgotos, falta de água, enchentes a cada chuva e um alto índice de doenças, como a esquistossomose e a gastroenterite. Com o crescimento cada vez mais acelerado da capital mineira, sobretudo entre 1950 e 1970, os serviços urbanos tornaram-se insuficientes, o lixo se acumulava pelas

ruas, a polícia era incapaz de controlar a crescente criminalidade, as escolas não tinham vaga para novos alunos, as moradias tornaram-se escassas e os cemitérios não tinham espaço para nenhum defunto a mais.

Nesse contexto, em 1947, ocorreu a primeira eleição para prefeito da história do município, quando Octacílio Negrão de Lima assumiu o posto de chefe da municipalidade após vitória nas urnas. Nessa época, preocupações muito caras às campanhas políticas da atualidade já eram debatidas, como o transporte público, em estado precário na época. Anteriormente, Belo Horizonte foi administrada por um prefeito e um Conselho Deliberativo, ambos nomeados pelo Executivo do estado. Somente em 1936 a cidade teve instituída uma Câmara Municipal eleita pelos seus habitantes, mas, um ano depois, em 1937, após o golpe do “Estado Novo”, a câmara foi fechada e o governo da cidade foi assumido por interventores ⁸³.



Relatório de 1948 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima. p.14b
Acervo APCBH/Coleção Relatórios anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte

Depois disso, após a queda de Getúlio Vargas, no intervalo democrático de 1945-1964, a nova dinâmica da cidade fez com que a municipalidade reconhecesse que a forma de administrar a capital deveria ser repensada. Várias gestões de prefeito, como a de Negrão de Lima (1948 – 1951), Américo Rennê Giannetti (1951 – 1954), Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959), entre outros, fizeram o exercício de refletir sobre a urbe, com o intuito de melhorar sua estrutura e agilizar a administração pública. A cidade, contudo, expandia num ritmo muito mais rápido do que qualquer previsão, fazendo crescer também os problemas.

Entre 1950 e 1970, Belo Horizonte teve a maior taxa de crescimento populacional do País. Saltou de uma população de 352.000 habitantes em 1950 para 1.250.030 em 1970. Na capital, essa taxa aumentou muito a partir da década de 1930 e encontrou seu ápice nas décadas de 1950/60. Já a RMBH apresentou crescimento maior na década de 1960/70, devido à concentração de indústrias naquelas cidades. Todavia, não houve apenas uma concentração industrial, mas também de renda. As taxas de desemprego continuaram altas, as vilas e favelas de Belo Horizonte aumentaram e a situação estrutural da cidade tornou-se cada vez pior. Esse crescimento inseriu-se num processo de êxodo rural e metropolização das mais importantes cidades da América Latina a partir dos anos 1930. Belo Horizonte mudou rapidamente, passando a ter um ritmo mais acelerado e intenso. A conversa tranquila nas portas dos cafés do centro passou a ter como concorrente o barulho dos carros. As calçadas diminuíram e as árvores foram cortadas para dar lugar aos automóveis, que se tornaram protagonistas dos projetos urbanos, principalmente a partir da década de 1960. Outro fenômeno que se intensificou nesse período foi a verticalização da cidade. Os casarões e sobrados foram

substituídos por edifícios que surgiram na área central. Os locais para morar ficaram cada vez mais escassos, aumentando a especulação imobiliária e a abertura de novas vilas por parte do poder público. As moradias irregulares também cresceram e favelas surgiam em todos os cantos da cidade, inclusive nas ruas centrais e nas beiras dos rios e córregos.

A infraestrutura da cidade não acompanhou o aumento populacional, o que provocou uma crise nos serviços de saneamento básico nas décadas de 1950 e 1960. Os esgotos arrebentavam pelas ruas e a água fétida escorria pelas sarjetas. O lixo, que se acumulava nas calçadas, assoreava os córregos e, a cada chuva, transbordavam. Após as inundações sobrava um mar de lama, sujeira e lixo, onde as crianças adoravam brincar sem saber dos riscos que corriam de contrair doenças como esquistossomose e gastroenterite. Para piorar, as ruas e os passeios tinham mais buracos que asfalto. Além disso, surgia, na década de 1950, um dos maiores problemas da nossa cidade hodiernamente: a questão do trânsito de veículos e dos deslocamentos urbanos.



Diário de Minas, Belo Horizonte, 7 jan. 1950, p. 7

84 DM, 1950:7

85 *Idem.*

No início da década de 1950, Belo Horizonte sofria com diversos problemas relacionados ao tráfego de veículos. O transporte coletivo era ineficiente, inadequado, com pouca fiscalização e apresentava um grande número de acidentes. As ruas não suportavam o volume crescente de automóveis e os engarrafamentos no centro da cidade já aconteciam na hora do *rush*. Mas o problema mais assustador eram os atropelamentos e batidas entre veículos, com vítimas fatais. Os cidadãos não tinham costume de atravessar as ruas, disputadas por um número cada vez maior de automóveis. Muitos cruzavam as vias de forma distraída. Jornais da capital noticiavam acidentes nessas condições, como os atropelamentos de uma sexagenária no Centro e de um rapaz na Pampulha, no dia 3 de janeiro de 1950, provocados pelo excesso de velocidade e pela falta de cuidado dos pedestres. Três dias depois, um atropelamento na Rua Jacuí matou um menor. No mesmo dia outro acidente similar no Barro Preto deixou uma pessoa gravemente ferida. Com o aumento da frota nos próximos anos, os problemas de trânsito agravaram-se ⁸⁴.

As colisões de veículos com vítimas, assim como os atropelamentos, também eram comuns. Em um sábado, no dia 7 de janeiro de 1950, o capotamento de um caminhão no Bairro Serra, após colisão com outro veículo, deixou dois mortos e três feridos. Quatro dias depois, houve um violento choque entre dois automóveis na Avenida Amazonas, deixando uma mulher em estado de saúde grave ⁸⁵.

A solução desses problemas esbarrava em uma série de dificuldades, uma vez que os motoristas dos ônibus coletivos, reclamando das condições de trabalho, do baixo salário e do grande número de passageiros, entraram, em diversas ocasiões, em greve. Quando os trabalhadores resolviam dirigir os ônibus,

os donos das concessionárias faziam locaute, proibindo a entrada dos motoristas nas garagens para desmobilizar as reivindicações de aumento de salário (como na paralisação de dezembro de 1950). Na falta dos ônibus, os passageiros buscavam os bondes, velhos, inseguros e lotados.

Devido à grande lotação dos bondes, pessoas continuavam a andar nos estribos, desrespeitando a regulamentação do município, correndo o risco de serem atingidas por caminhões e ônibus que passavam rente aos bondes. Muitos motoristas, inclusive profissionais, não tinham licença para dirigir. Tudo isso fez com que os problemas do trânsito aumentassem. Apesar de o número de vítimas fatais ter oscilado com o tempo, os congestionamentos pioraram, principalmente porque a frota não parou de aumentar devido a uma cultura automobilística que priorizou o carro individual.



Rua dos Tamoios, retirada de postes, década de 1950. — Acervo APCBH/Fundo ASCOM

CONCLUSÃO

Este pequeno artigo procurou fazer um breve apanhado de alguns aspectos da história da nossa cidade e tentou demonstrar como muitos dos problemas atuais têm longa história em Belo Horizonte, colocando em perspectiva a valorização desmesurada de um passado idealizado da capital de Minas. Obviamente, nesse curto espaço, a reflexão sobre nossa cidade foi curta e rasteira. Todavia, junto com os roteiros apresentados nesta publicação, tentamos demonstrar uma urbe com múltiplas interpretações e temporalidades, com seus defeitos, mas também com suas muitas qualidades. Um dos objetivos deste artigo, assim como de toda esta obra, é instigar o leitor a ir além, a pesquisar e a refletir sobre nossa cidade múltipla, sua natureza, seu belo pôr do sol, o movimento dos seus habitantes, as festas, as paixões das discussões após um clássico de futebol, entre vários outros fatores e histórias de uma cidade que não se cansa de se reinventar.



Acervo APCBH/Fundo ASCOM

**REFERÊNCIAS
E ACERVOS
CONSULTADOS**

REFERÊNCIAS

ABDÊNAGO Lisboa. *História da Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte: até 1972, seus 60 anos de existência*. São Paulo: Editora Canaã, 1974.

ANDRADE, C. D. Olhai bem as montanhas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1973.

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1979. 238 p.

ARAÚJO, Vanessa B.; **ROSSI**, Ana Paula C. A relação Museu/Escola no Museu Histórico Abílio Barreto: parceria em construção. In: **NASCIMENTO**, S. S.; **BOSLLER**, A. P. (Orgs.) *Museu e Escola – 2 CD-ROM*. Belo Horizonte: UFMG; FAE; LEME, 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Cartilha Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: Informação e Memória*. Fundação Municipal de Cultura: Belo Horizonte, 2007. 32 p.

_____. *Curso para professores e bibliotecários*. Belo Horizonte: APCBH, 2012. Apresentação em Power Point.

_____. Página do APCBH. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/cultura/arquivo>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

ARREGUY, C. A. C.; RIBEIRO, R.R. (coord.). *Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/cultura/arquivo>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

ARROYO, Michelle. *Educação Patrimonial*. Belo Horizonte, 2033. Entrevista concedida a Isabela Guerra.

ASSMAN, Jan. *Memória Comunicativa e Cultural*. Instituto de Estudos Avançados USP. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/midiateca/video/memoria-comunicativa-e-cultural-1>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

AVANTE. Belo Horizonte, ano 1, n 9, p.1, 24 ago. 1924 *apud* MACHADO, Fabiana Moraes. *Entre caboclas e Thedas Baras: a tradição e a modernidade a partir do cinema na década de 20 na jovem capital mineira*. 2005. 161 f. (Dissertação) – Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, p. 65.

BAESSO, Renata. A arquitetura complementando o traçado urbano: os primeiros anos da Nova Capital de Minas (1895/1930). 2006. São Paulo. *Anais... IX Seminário de história da cidade e do urbanismo*. São Paulo: USP, 2006.

BAPTISTA NETO, Osias. *Impactos da moderação de tráfego na vitalidade urbana*. 2012. 105 f. (Dissertação) – Mestrado em Engenharia, Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BARBOSA, Agnaldo. *A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões*. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

BARBOSA, Ana Mae. Mediação cultural é social. In: **BARBOSA**, Ana M. e **COUTINHO**, Rejane G. (Org.) *Arte/Educação como mediação cultural e social*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995, p. 430-432. 2 v.

BATISTIN, Fabíola. *Arte pública: um olhar investigativo à educação patrimonial*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.artenaescola.org.br>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Parques de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1998.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. *Anexo do Dossiê do Processo de Tombamento do Ilê WopoOlojukan* (Deus mais do que tudo). Belo Horizonte, 1995.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. *Dossiê de Tombamento: Igreja de São José: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico*. Belo Horizonte, 1991.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. *Dossiê Igreja Batista de Belo Horizonte – Praça Raul Soares*. Belo Horizonte, 2009.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. *Processo de tombamento do Ilê WopoOlojukan*. Belo Horizonte, 1995, 12 p.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. *Política de Proteção de Patrimônio cultural*. Disponível em: <http://www.ponteentre culturas.com.br/media/textos_palestras/DIPC_politica_de_protecao_do_patrimonio_cultural_BH.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2013.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Parques. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15862&lang=ptBR&pg=5521&taxp=0&.>>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

_____. Prefeitura Municipal. *Gestão Compartilhada: bacias hidrográficas*. 2011. Disponível em <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/bacias-hidrograficas.>>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. Prefeitura Municipal. *Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo Prefeito Bernardo Pinto Monteiro*. (Coleção Relatório de Prefeitos) p. 49.

_____. Prefeitura Municipal. *Parque da Serra do Curral*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=15862&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0&.>>. Acesso em: 04 jun. 2013

_____. Prefeitura Municipal. *Relatório anuais de prefeitos 1899-1975*: Disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

BRAGA, Ataídes; LEITE, Fábio. *O Fim das coisas*. Belo Horizonte: PBH; SMCBH, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Mais Educação*. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2013.

BRITO, Saturnino de. Abastecimento de águas parte geral, tecnológica e estatística. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943, 234 p *apud* FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Saneamento Básico em Belo Horizonte: Trajetória em 100 anos: os serviços de água e esgoto*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1997, 44 p.

ONDE mora a minha história? *Aglomerado da Serra*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto. 2007, 20 p.

_____. *Bairro Cachoeirinha*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007. 20 p.

_____. *Bairro Guarani*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007, 20 p.

_____. *Bairro Havaí*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007, 20 p.

_____. *Bairro Santa Maria*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007, 20 p.

_____. *Bairro Serra Verde*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2005, 20 p.

_____. *Bairro Tirol*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007, 20 p.

_____. *Santa Terezinha*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007, 20p.

_____. *Alto Vera Cruz*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2006, 20 p.

CAJAZEIRO, Karime Gonçalves; SOUZA, Jean de Oliveira. *Dossiê de Proteção: conjunto urbano Bairro Cidade Jardim*. Belo Horizonte: PBH, FMC, DIPC, 2013. 27 p.

CAMPOS, Helena Guimarães. Coração ferroviário do Brasil. *Revista História Viva*. 07 de junho de 2009. Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/11/artigo98010-3.asp>>. Acesso: 22 de junho de 2013.

_____. *Da inclusão à exclusão social: a trajetória dos trens de subúrbio da região metropolitana de Belo Horizonte (1976-1996)*. 2002. 342 f. (Dissertação) -Mestrado em Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CARVALHO, Rosane M.R. de. *Exposição em Museus e Público: o Processo de Comunicação e Transferência da Informação*. 1998. 146p. (Dissertação) - Mestrado em Ciência da Informação, ECO-UFRJ/IBICT-CNPq, 1998

CASCO, Ana Carmen A. *Sociedade e Educação Patrimonial* – sobre o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial. Sergipe, 2005. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal>>. Acesso em: 21 maio 2013.

CASTRIOTA, L. B. ; Araújo, Guilherme. *Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI*. *Arquiteturarevista (UNISINOS)*, v. 5, p. 38-54, 2009.

CAVALCANTE, Lucas Henrique. *A bacia do Rio Arrudas: análise das inundações entre 1930 a 2005 no município de Belo Horizonte*. 2011. 132 f. (Dissertação) - Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN*. 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 2., 2003, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação de Política Urbana e Ambiental, 2003. 564p.

COSTA, Tiago Esteves Gonçalves da. *O transporte, a cidade e as pessoas* [manuscrito]: possibilidades e implicações do uso de estações subterrâneas de ônibus compactas no contexto de um sistema multimodal de transporte urbano. 2011, 184 f. (Dissertação) - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. 184 p.

CRUVINEL, Eduardo Henrique. *Monumentos, memória e cidade: estudo de caso em Belo Horizonte*. 2012. 155 f. (Dissertação) - Mestrado em Ambiente construído em Patrimônio, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DE BERNARDI, Andreia. *Dimensões do processo de educação na cidade*. 2011. 200 f. (Dissertação) - Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 12 jan. 1950

_____. Belo Horizonte. 3 ago. 1929. 2 p *apud* ARAUJO, Laís Corrêa. *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1996. p. 33

_____. Belo Horizonte. 3 jan. 1950.

_____. Belo Horizonte. 7 jan. 1950.

DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 60, maio/ago. 2007.

DUARTE, Regina Horta. *À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, UFMG, 2006. Não publicado

DUTRA, Soraia F. *A educação na fronteira entre museus e escolas: um estudo sobre as visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto*. 2012. 468 f. (Tese) Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte: 1906/1918*. 1996. 362 f. (Tese) Doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n. 25/26, p.265-276, set.1992/ago.1993.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. *Planejamento e organização de exposições*. Disponível em: <<http://www.difusaocultural.ufrgs.br>>. Acesso em: 01 abr. 2013

FRATINI, Renata. Educação Patrimonial em Arquivos. *Revista Histórica*, Campinas, n. 34, Janeiro/2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Omnibus: uma historia dos transportes coletivos em Belo Horizonte*. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. (Coleção Centenário). 119 p.

_____. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 Anos*. Centro de Estudos Históricos e Culturais, - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997, (Coleção Centenário). 289 p.

GARCIA, Luiz Henrique; GONZAGA, Clarita Ribeiro. *Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias*. Sítio, Parque, Centro de Cultura. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto. 2009.

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. *Entre bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930)*. 2009. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GÓIS, Aurino José. *Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados*. 2003. 123 f. (Dissertação) - Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. O mapeamento cadastral do Curral Del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial. 2009. Ouro Preto, *Anais... III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/gomes_o-mapeamento-cadastral-do-curral-del-rei.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

GRINSPUM, Denise. Educação para o Patrimônio: conceitos, métodos e reflexões para formulação de política. *Anais... Simpósio Internacional Museu e Educação: conceitos e métodos*. São Paulo: MAE, USP, MAM, 2001.

_____. *Educação para o patrimônio: museu de arte e escola - responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. 2000. 131 f. (Tese) - Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*. Belo Horizonte, cidade planejada. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas, 1991.

HARRINGTON, José Arnaldo. 50 anos: Pequeno Histórico do Colégio Batista Mineiro: 1918-1968. Acervo CBM. *apud* SANTOS, Hércules Pimenta. *Católicos e Protestantes: escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros*, Belo Horizonte, MG (1900/1950). 2010, 206 f. (Dissertação) – Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes P. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Educação Patrimonial em arquivos hoje: algumas propostas veiculadas na Internet. *Anais... XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP. 2008.

LANSKY, Samy. *Praça Jerimum: cultura infantil no espaço público*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt03-3560--int.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2006

LEÃO, Sandra Barros. Que recorte territorial podemos chamar de bairro? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. *Revista de Urbanismo*. Universidade do Chile, 2004. Disponível em: <www.revistaurbanismo.uchile.cl>. Acesso em : 01 Abr. 2013.

LOBATO, Monteiro. Diário de Minas, Belo Horizonte, 26 set. 1937 *apud* ARAÚJO, Laís Corrêa. *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

LUZ, Luiz Carlos. O novo mercado velho. *Jornal Diário de Minas*. Belo Horizonte, 22 jun. 1968 *apud* FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. 2006. 172 f. (Dissertação) – Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Fabiana Moraes. *Entre caboclas e Thedas Baras: a tradição e a modernidade a partir do cinema na década de 20 na jovem capital mineira*. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MASSARANI, Luisa; MERZAGORA, Matteo; RODARI, Paola (Orgs.). *Diálogos e ciência: mediação em museus e centros de ciências*. Rio de Janeiro: Museu da Vida/ Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2007, 92p.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o Patrimônio. *Educação em Revista*, n. 47, p. 135-155. Belo Horizonte, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 91-102, jan/jun 2000.

MESQUITA, Yuri Mello. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. 2013, 177 f. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MINAS GERAIS. *Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital* (CELINC). Relatório apresentado a S.Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna pelo engenheiro civil Aarão Reis, jan./maio 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 16-19.

_____. Decreto n. 1453 de 27 de março de 1901. *Regulamento das construções, reconstruções e demolições de obras na Cidade de Minas*. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1901.

NAVA, Pedro. Beira-Mar. Rio de Janeiro: José Olympo, 1968 *apud* ARAÚJO, Laís Corrêa de. *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. 1996. 196 p.

OLIVEIRA, Péricles Antônio Mattar de; **TEIXEIRA**, Clotildes Avellar Teixeira. *Monumentos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Lumiar. 2008. 143 p.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). *O saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001 (Repensando o Ensino), p. 128-148.

PAULA, João Antônio de. Belo Horizonte, paisagem humana e sentimental. Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte. BH 90 anos. Monteiro Corrêa Promotores Associados, 1987 *apud* VIANA, Natércia Micheletti. *Juventude, cidade e educação: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914)*. 2004. 128 f. (Dissertação) - Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PEREIRA, Júnia Sales. *Escola e Museus: diálogos e práticas*. Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2007.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (Org.). *Reinventando o MHAB: o museu e seu novo lugar na cidade – 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.

PORTAL MINAS SHOPPING. Disponível em: <<http://www.minasshopping.com.br/shopping.asp>>. Acesso em: 12 jun. 2013

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos. 2004

REIS, Aarão. *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital*. Rio de Janeiro, 1895. 45-60 p.

REVISTA ALTEROSA. Belo Horizonte, Sociedade Editora Alterosa Ltda. Jan. de 1942.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Becos da Memória, desenhos da Cidadania – Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral*. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte, 2001.

RIBEIRO, R. R; **TORRE**, M. M. C. Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte¹. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2012.

RIBEIRO, R. R. et al. A Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte: uma ação educativa do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, Leônidas José de Oliveira. *Caderno de Textos: inverno no MHAB*. Belo Horizonte. 2010.

RIBEIRO, R.R. (Coord.). *Histórias de Bairros: Regional Norte*. Belo Horizonte: APCBH. 2011, p. 28

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. 1996. 325 f. (Dissertação) – Mestrado em Educação Física, Escola de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1996.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; **KESSEL**, Carlos; **GUIMARAENS**, Cêça (Org.). *Museus e Cidade*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

SILVEIRA, Anny Jacqueline Torres. *A capital e o sonho de uma Petit Paris: os cafés no cotidiano de Belo Horizonte (1897-1954)*. 1995. 288 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

SIMAN, Lana Mara C. Entre o asfalto e a terra: a fecundidade educativa do cotidiano poético da cidade. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas et al (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 818p. (Didática e prática de ensino)

SIMIÃO, Daniel (Coord.) *O quilombo das Mangueiras*: relatório antropológico. Núcleo de estudos de populações quilombolas e tradicionais: UFMG. 2008. Disponível em: <<http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/relatorio-antro-mangueiras-ufmg>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

_____. Educação em Museus: produto ou processo. *Boletim CECA Brasil*, n.1, 2002. Disponível em: <www.icom.org.br/CECA>. Acesso em: 01 jun. 2013.

_____. Educação em Museus: produto ou processo. Disponível em: <www.icom.org.br/CECA>. Acesso em: 01 abr. 2013

TERENCIO, Alberto de. Coluna Pensa e Diz. *Jornal Informador Comercial*, Belo Horizonte: 1948. (Carta) *apud* ANDRADE, Alessandra Amaral. *A presença feminina na Escolinha do Parque*: trajetórias de vida de ex-alunas de Guignard. 2008. 131 f. (Dissertação). Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 131p.

UFMG. Projeto Manuelzão. *Canalização de cursos d'água*. Disponível em: <http://www.manuelzao.ufmg.br/sobre_o_projeto/posicionamento/canalizacao>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. Projeto Manuelzão. *Núcleo Nossa Senhora da Piedade*. Disponível em: <<http://www.manuelzao.ufmg.br/mobilizacao/nucleos/n%C3%BAcleo-nossa-senhora-da-piedade>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

VIANNA, N.S. *Belo Horizonte*: seu abastecimento de águas e sistemas de esgoto. 1890-1973. Belo Horizonte: [s.n.], 1997, 115p.

ACERVOS CONSULTADOS

Acervo APCBH. Acervo de *clippings* da Sala de Consultas

Acervo APCBH. Coleção Legislação Municipal Impressa

Acervo APCBH. Coleção Relatórios anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte

Acervo APCBH. Coleção Revista Alterosa

Acervo APCBH. Coleção Revista Belo Horizonte

Acervo APCBH. Coleção Revistas Diversas

Acervo APCBH. Doação da Fundação João Pinheiro

Acervo APCBH. Fundo Assessoria de Comunicação Social do Município – ASCOM

Acervo Casa do Baile – Arquivo Administrativo

Acervo Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura

Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – MHAB

Acervo Museu de Arte da Pampulha – Centro de Documentação

Acervo Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana

An aerial, black and white photograph of a city, likely Bogotá, Colombia, showing a dense urban landscape with various buildings and a prominent tall skyscraper on the left. A large, semi-transparent red circle with a white border is centered over the image. Inside the circle, the text 'FICHA TÉCNICA' is written in white, bold, uppercase letters, flanked by two horizontal white lines.

FICHA TÉCNICA

FICHA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Marcio Araujo de Lacerda

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Leônidas José de Oliveira

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Yuri Mello Mesquita

ESPAÇO CULTURAL CASA DO BAILE

Guilherme Maciel Araújo

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Carlos Henrique Bicalho

MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA

Michelle Mafra

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO

Célia Regina Araújo Alves

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE

Adalson de Oliveira Nascimento

SUPERVISÃO TÉCNICA

Michelle Márcia Cobra Torre

TEXTOS

Isabela Tavares Guerra | Leônidas José de Oliveira | Michelle Márcia Cobra Torre | Soraia Freitas Dutra | Yuri Mello Mesquita

CONSULTORIA – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Soraia Freitas Dutra

PESQUISA

Iago de Almeida Souza | Isabela Tavares Guerra | Luiza Márcia Terrinha | Marcelle Teixeira Girundi | Cirlei Rocha | Sarah Ferraz

EQUIPE INSTITUCIONAL

Bruna Aparecida Mendes (Centro de Referência da Moda) | Cássio Gonçalves Campos (Espaço Cultural Casa do Baile) | Fernanda Maziera Junqueira (Museu de Arte da Pampulha) | Françoise Jean Souza (Diretoria de Patrimônio Cultural) | Ismael Krishna de Andrade Neiva (Diretoria de Patrimônio Cultural) | Joanna Guimarães (Casa JK) | Michelle Márcia Cobra Torre (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte) | Raphael Rajão (Centro de Referência Audiovisual) | Virgínia Cândida Ribeiro (Museu Histórico Abílio Barreto)

REPRODUÇÃO DE IMAGENS

Leidiane Fernandes dos Santos Galdino | Rúbia Carla dos Santos Dias

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Leandro Araújo Nunes | Maria Helena Batista | Meire Márcia Rodrigues

PROJETO GRÁFICO

Greco Design

FOTOS

Pedro Nicoli

REVISÃO

Rachel Sant'Anna Murta

FICHA CATALOGRÁFICA

Rafaela de Araújo Patente - CRB: 2143

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Rafaela de Araújo Patente

AGRADECIMENTOS

Alessandro Borsagli; Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Centro Cultural Lagoa do Nado; Centro Cultural Lindéia Regina, Centro Cultural Padre Eustáquio; Centro Cultural Salgado Filho; Michelle Arroyo; Secretaria Municipal de Educação; Instituto Histórico Israelita Mineiro; Fundação Municipal de Parques.

Realização

ACAP-BH
Associação Cultural
do Arquivo Público
da cidade de Belo Horizonte



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

www.pbh.gov.br

Patrocínio



Incentivo

